

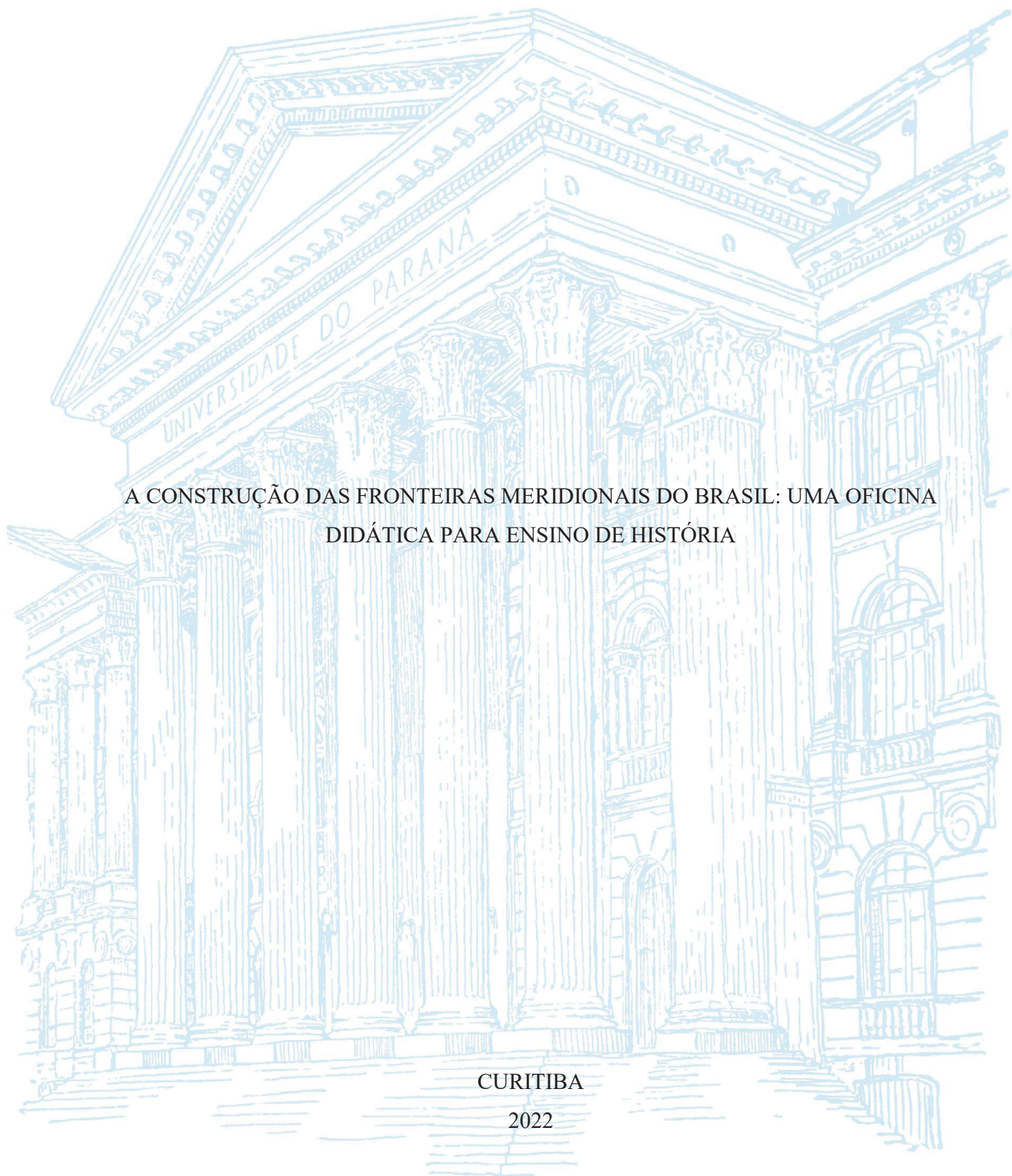
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIO DE CÁSSIO JURACHEK

A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO BRASIL: UMA OFICINA
DIDÁTICA PARA ENSINO DE HISTÓRIA

CURITIBA

2022



FABIO DE CASSIO JURACHEK

A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO BRASIL: UMA OFICINA
DIDÁTICA PARA ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça.

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Jurachek, Fabio de Cássio

A construção das fronteiras meridionais do Brasil : uma oficina didática para ensino de história. / Fabio de Cássio Jurachek. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Nunes Mendonça.

1. História (Ensino médio) – Estudo e ensino. 2. Brasil – Fronteiras - História. 3. Métodos de ensino. 4. Didática (Ensino médio). I. Mendonça, Joseli Maria Nunes, 1960-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FABIO DE CÁSSIO JURACHEK** intitulada: **A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO BRASIL: UMA OFICINA DIDÁTICA PARA ENSINO DE HISTÓRIA**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

01/09/2022

14:32:28.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/08/2022

10:50:06.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/09/2022

21:31:13.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam pela democracia, que lutam contra o fascismo, que lutam pela garantia dos direitos fundamentais. Dedico também a todas as famílias que atravessaram momentos dolorosos da pandemia em nosso país. Dedico aos profissionais da educação, que incessantemente lutam pela construção de uma sociedade justa, lutam pela universidade pública gratuita e por uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me auxiliaram nessa longa caminhada. Temo por esquecer alguém e por isso, recorrerei a generalizações em alguns casos.

Agradeço primeiramente a todos os meus amigos, que de alguma forma ou outra, me ajudaram a não perder o pouco que restava de minha esperança. Sou grato, sem exceção, pelo acolimento que me proporcionaram nos momentos difíceis e por toda a força que me deram para a continuidade da pesquisa. Gostaria, em especial, agradecer três amigos pela dedicação com a minha pesquisa e com minha carreira profissional: Augusto, meu compadre, obrigado pela força nas horas difíceis e por ser o cara a quem devo o início da minha carreira como professor. Angelo, obrigado por ser prestativo ao se oferecer para ler meus textos e opinar sobre. Felipe Taborda, obrigado por me apoiar sempre e por me presentear, você e a Pâmela, com o apadrinhamento de uma linda criança, nosso amado Caetano.

Agradeço ao pessoal da equipe do Colégio Estadual Zilda Arns e ao do Colégio Stella Maris Xaxim. Obrigado por entenderem o momento difícil e, por muitas vezes, me liberarem para concretizar os textos que compõem este trabalho diante do pouco tempo que tive. Agradeço especialmente às diretoras Sabrina e Letícia do Zilda Arns e Andréa e Flávia, do Stella Maris, por me auxiliarem nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus alunos que, de uma maneira ou outra, sempre me apoiaram nos momentos em que pensei em desistir. Obrigado, este trabalho é inspirado e é para vocês.

Agradeço a todos as professoras e professores do programa PROFHISTÓRIA. Todas as aulas me mostraram novas perspectivas de trabalho em sala de aula e sem dúvida modificaram a minha prática docente, inspirando-me em cada aula a me tornar um professor-pesquisador. Agradeço também aos meus colegas de turma por todas as conversas, as indicações, os desesperos confidenciais no café e pela proposta daquele churrasco que um dia espero que aconteça (segundo a Crislene, a nossa formatura).

Agradeço as contribuições das professoras Nádia e Roseli na banca de qualificação deste trabalho. A ajuda foi valorosa e sem elas eu não conseguiria ter refinado o trabalho em tão pouco tempo. Obrigado por disporem do seu tempo para a leitura do nosso trabalho e nos indicarem o melhor caminho a ser seguido.

Agradeço profundamente a minha orientadora, professora Joseli. Obrigado pela compreensão nos momentos difíceis de doença e com a grande carga de trabalho dos últimos

tempos. Obrigado por me auxiliar na estruturação e finalização do meu trabalho. Obrigado por me resgatar quando eu fugia das vistas e por sempre me propor ajuda, mesmo eu não sabendo pedir. Obrigado por toda a paciência que teve a cada revisão de texto em que eu cometia os mesmos erros. Obrigado por aceitar ser minha orientadora e por me agraciar com valorosas explicações sobre teoria e prática. A professora é inspiradora e espero um dia poder ser uma fração do que a professora representa para nós.

E por fim, agradeço aos meus familiares, em especial, aos meus pais. Agradeço a minha avó Ana, que faleceu no meio do processo de composição deste trabalho, meu muito obrigado por tudo. Agradeço também aos meus avós Maria Alcidia e Alcides, que já não estão entre nós há alguns anos, queria que vocês estivessem aqui para ver tudo isso. Agradeço a minha mãe, que esteve do meu lado sempre, desde o início de toda a minha vida e que hoje, especialmente, me acompanha com fervor nessa caminhada. Obrigado por tudo mãe, principalmente nos momentos mais difíceis dos últimos tempos, onde nós só tínhamos a nós mesmos, obrigado por todas as vezes que me cedeu o colo e que me deu forças para continuar. E finalmente, quero agradecer ao meu pai, meu herói que sempre esteve junto de mim e que me apoiou nas decisões que tomei ao longo da carreira. Obrigado por tudo o que fez por mim e um especial obrigado por sobreviver aqueles terríveis 40 dias de hospitalização. Nunca mais culpe-se por ter “atrapalhado” o desenvolvimento deste trabalho pelas complicações da sua doença, por você, eu trancaria mais uma vez, desistiria se fosse preciso e faria o possível para lhe ter aqui novamente, e eu o tive. Obrigado por ficar aqui, pai.

“E se a nuvem explodir, trovejar em seu ouvido,
você grita e ninguém parece ouvir. E se a sua
banda começar a tocar melodias diferentes, te
vejo no lado escuro da Lua”

Pink Floyd – Brain Damage

RESUMO

Nessa Dissertação tratamos da construção histórica das fronteiras brasileiras, em especial na região meridional do país, analisando os métodos e princípios utilizados nas disputas territoriais e observando as populações das regiões nas quais os limites fronteiriços foram estabelecidos. A partir dessa abordagem, que possibilita estabelecer relações interdisciplinares entre a História e a Geografia, criamos uma oficina pedagógica para tratar do tema. A metodologia empregada no desenvolvimento da Dissertação foi principalmente a pesquisa bibliográfica, realizada em obras que tratam do tema, a partir das quais formulamos um texto acadêmico que desenvolve o tema e também desenvolvemos a parte propositiva do trabalho. A parte acadêmica da Dissertação está apresentada em dois capítulos. No primeiro abordamos as determinações dos Tratados de Tordesilhas (1494) e Madri (1750) e seus impactos na disputa territorial entre as Coroas Ibéricas na região meridional da América portuguesa e espanhola. No segundo, analisamos a construção das fronteiras meridionais da região sul do Brasil, com destaque para o processo de consolidação das fronteiras do Paraná e de Santa Catarina nos séculos XIX e XX. No terceiro capítulo da Dissertação nos debruçamos sobre as questões do ensino de História propriamente, retomando as formulações de Isabel Barca sobre a metodologia de ensino das aulas-oficina. Nesse mesmo capítulo, realizamos a parte propositiva da Dissertação, apresentando uma oficina elaborada para o ensino do processo histórico envolvido na definição das fronteiras de algumas áreas da região meridional do Brasil. A oficina é voltada a estudantes do Ensino Médio da Educação Básica, está orientada pela Educação Histórica e foi elaborada a partir das formulações de Isabel Barca para essa metodologia de ensino.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Histórica; Oficina Didática; fronteiras meridionais do Brasil.

ABSTRACT

In this Dissertation we deal with the historical construction of the Brazilian borders, especially in the southern region of the country, analyzing the methods used in the territorial disputes. As well as observing the populations of the regions in which the border limits were established. From this approach, establishing an interdisciplinary connection between History and Geography, we created an educational workshop to deal with the subject. The methodology applied in the development of the Dissertation was mainly bibliographical research. It was based on works that deal with the topic, from which we formulated an academic text that develops the subject and the propositional part of the work. The academic section of this dissertation is presented in two chapters. In the first we approach the determinations of the Treaties of Tordesillas (1494) and Madrid (1750), as well their impact on the territorial dispute between the Iberian Crowns in the southern region of Portuguese and Spanish America. In the second section, we analyzed the construction of the southern frontiers in the southern region of Brazil. We emphasized the consolidation process of the frontiers of Paraná and Santa Catarina in the 19th and 20th centuries. In the third chapter, we focus on the issues of History teaching itself, reviewing Isabel Barca's formulations about the teaching methodology of the workshop classes. In this chapter, we presented a workshop designed to teach the historical process involved in the definition of the frontiers of some areas of the southern region of Brazil. The workshop is aimed at students of Basic Education High School, is oriented by History Education and was developed based on Isabel Barca's formulations for this methodology of teaching.

Key words: History teaching; History Education; Didactic Workshop; Brazil southern borders.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa produzido pelo cartógrafo português Luís Teixeira, em 1574.....	11
Figura 2: Territórios em negociação da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões Orientais.....	14
Figura 3: Mapa demonstrando a sobreposição do Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso.....	16
Figura 4: Distribuição geográfica aproximada dos povos indígenas na atual região meridional do Brasil em 1500.....	18
Figura 5: Representação do trajeto principal e os ramais do Caminho do Peabiru sobrepostas nas atuais divisões territoriais.....	22
Figura 6: Os principais caminhos tropeiros do sul do Brasil.....	24
Figura 7: Os caminhos históricos do sul do Brasil.....	26
Figura 8: Mapa produzido por Manuel Angelo Ferreira de Aguiar, em 1775, mostrando a região dos Sertões de Tibagi e os Campos de Guarapuava.....	30
Figura 9: Mapa elaborado na segunda campanha militar de Guarapuava, em 1775, por José Custódio de Sá e Faria.....	31
Figura 10: Mapa esboçando o território do Campos de Palmas, elaborado por Tito Alves de Brito em 1843.....	38
Figura 11: Detalhe do <i>Mapa do Brazil e Paraguay</i> produzido pelo britânico Sidney Hall, em 1828.....	41
Figura 12: Mapa representando o território de Palmas e os rios considerados nas negociações.....	48
Figura 13: Mapa das propostas de organização fronteiriça de Paraná e Santa Catarina na década de 1850.....	53
Figura 14: Mapa reproduzindo o Decreto Imperial de 1865.....	55
Figura 15: Mapa reproduzindo o Decreto Imperial de 1879.....	56
Figura 16: <i>Mapa do Estado do Paraná para servir ao estudo da questão de limites com o Estado de Santa Catharina</i> produzido por Romário Martins em 1911.....	59
Figura 17: Mapa produzido por Romário Martins em 1919, interpretando o acordo de limites de 1916.....	64
Figura 18: Mapa representando os limites entre Santa Catarina e Paraná definidos no Tratado de 1916.....	65

SUMÁRIO

Introdução.....	2
1.0 Formação territorial da região meridional do Brasil.....	8
1.1 Das disputas coloniais aos tratados insolúveis.....	8
1.2 As nações indígenas do planalto catarinense.....	17
1.3 A construção dos caminhos tropeiros e a fundação de Lages.....	21
2.0 As disputas territoriais no século XIX e no alvorecer do século XX.....	29
2.1 A invasão e conquista dos Campos de Guarapuava.....	29
2.2 A ocupação dos Campos de Palmas.....	37
2.3 A Emancipação do Paraná e o domínio dos territórios paranaenses no século XIX.....	39
2.4 A consolidação das fronteiras internacionais: a problemática da Questão de Palmas.....	48
2.5 As disputas estaduais pela delimitação de fronteiras: as disputas entre Paraná e Santa Catarina.....	52
3.0 O Ensino de História através de mapas históricos e de oficina didática.....	67
3.1 A Oficina Didática como recurso metodológico para o Ensino de História.....	67
3.2 A Consciência Histórica e o uso de mapas nas aulas de História.....	70
3.3 Oficina Didática: Compreensão do processo histórico da construção de fronteiras meridionais do Brasil.....	75
Considerações Finais.....	103
Referências.....	106

Introdução

Esta dissertação apresenta o resultado de uma pesquisa acadêmica sobre a formação histórica das fronteiras da região meridional do Brasil e uma proposição para o ensino de História sobre esse tema, composta no formato de uma Oficina Didática voltada para professores e alunos do Ensino Médio da Educação Básica. A Oficina possibilita uma abordagem interdisciplinar entre a História e a Geografia, tornando as relações entre essas disciplinas mais compreensíveis, já que essa abordagem interdisciplinar não é comum nos livros didáticos até o presente momento.

A questão territorial sempre despertou meu interesse, desde quando cursava a Educação Básica. A formação de fronteiras e as instituições de poder sempre me chamaram a atenção nos livros de Geografia que folheava quando adolescente, mesmo que intuitivamente. Embora meu maior interesse fosse pela História, os temas que eram transversais com a Geografia eram os meus preferidos. Quando cursei licenciatura em História na PUCPR, a discussão estabelecida no TCC não foi diferente daquela pela qual sempre me interessei, estudando o estabelecimento das fronteiras coloniais do estado do Rio Grande do Sul dentro do recorte temporal de 1680, data de fundação da Colônia do Sacramento, até 1801, data do Tratado de Badajós, que encerra a questão no Estado, material esse produzido em 2012.

Entre 2016 e 2017, cursei a pós-graduação em História e Geografia do Paraná no instituto ITECNE, tendo as primeiras leituras de textos acadêmicos exclusivos da Geografia. Na parte final do curso, tive aula com o professor Nilson Cesar Fraga, do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, que ministrou um módulo composto por dois finais de semana sobre o Contestado, sendo no primeiro a discussão teórica do conflito e no segundo, uma visita de campo à região do Contestado. Na visita de campo, fomos até as cidades de Lebon Régis, Caçador, Mattos Costa e Calmon, consideradas cidades do coração do Contestado, onde ocorreram os episódios finais da guerra, em 1916. Foi com essa experiência na região do Contestado que me interessei pelo tema.

Ao ter contato com leituras mais profundas da questão do Contestado, pude perceber que a abordagem do conflito na educação ainda é superficial e, em alguns casos, simplista. O conjunto das abordagens sobre o conflito normalmente está apresentado nos itens dos movimentos populares da Primeira República e recebem pouco aprofundamento, o que julgo necessário. Além da abordagem histórica, a questão do Contestado é partilhada com elementos

e conceitos geográficos, tomando como exemplo as categorias que norteariam o desenvolvimento teórico desta dissertação, e que não são devidamente trabalhados transversalmente e interdisciplinarmente com a História. É por conta desta abordagem e da falta de material interdisciplinar que decidi aprofundar este conteúdo por meio da construção de um material didático

Com o ingresso no PROFHISTÓRIA, em 2019, pude dar segmento à ideia de pesquisa que surgiu durante a visita de campo ao Contestado. Originalmente, a intenção inicial da pesquisa no PROFHISTÓRIA era trabalhar com lugares de memória e a história traumática do conflito, viés abordado em nossa visita à região, em 2017. Fui aconselhado a reduzir o trabalho por ser muito ambicioso e por termos um tempo diminuto para a realização, optando por trabalhar com o recorte anterior à guerra, numa perspectiva histórico-geográfica. Como material didático, a intenção era construir um jogo de tabuleiro que mobilizasse as categorias de território e que pudesse abordar os diferentes significados atribuídos ao espaço do Contestado pelos sujeitos envolvidos na problemática.

Porém, em 2020, nós professores fomos surpreendidos pela pandemia da COVID-19 e o posterior *lockdown*, transformando nossas atividades presenciais, nos colégios, em atividades remotas. Isso significou para educação um recrudescimento nas atividades avaliativas, já que em todo o ano de 2020 as aulas remotas não foram ministradas por nós, mas sim pela TV aberta. A quantidade de atividades avaliativas semanais e o trabalho administrativo triplicou neste período. Eu, como funcionário da rede pública e particular, estive equilibrando-me entre estes dois mundos nesse período difícil. No âmbito da escrita, tive de adaptar-me à uma realidade onde era inviável, pelas restrições sanitárias, planejar visitas às bibliotecas, aos arquivos ou outras instituições, acarretando um trabalho construído, em grande parte, através de acervos virtuais. Em 2021, vivemos os momentos mais críticos da pandemia em nosso país. As atividades remotas na rede pública se iniciaram (embora com uma quantidade mínima de alunos pelas condições materiais da população) e em abril, no mais alto pico de falecimentos, eu e minha família fomos acometidos pela doença. O período foi difícil pois perdemos minha avó, acometida por doenças terminais e enfrentamos um longo tempo de hospitalização do meu pai, em virtude das complicações da COVID-19. Felizmente, após todos os momentos angustiantes, meu pai sobreviveu. Com várias obrigações familiares, pedi trancamento do curso por seis meses.

Quando voltei à escrita, houve necessidades de mudança na extensão, na perspectiva e no rumo que o trabalho seguiria. A intenção inicial, de trabalhar com um jogo didático-pedagógico que utilizasse das categorias de território e da dinâmica do poder, foi substituída pelo modelo de aula-oficina, baseada nas metodologias propostas por Isabel Barca. Na qualificação, seguimos as contribuições da banca e alteramos o objetivo do trabalho, que passaria a ser uma discussão sobre o processo de construção histórica das fronteiras brasileiras.

E assim defini, por fim, o objetivo do trabalho apresentado: analisar o processo histórico de formação das fronteiras brasileiras, com especial recorte, à região meridional do Brasil, na qual se insere a região do Contestado, antigo objeto de estudo. Para tal, analisamos as dinâmicas impostas pelos tratados coloniais de Tordesilhas e de Madri na configuração territorial da América portuguesa e espanhola, ressaltando os métodos e os princípios utilizados nas definições territoriais. Ressaltamos também as implicações destas decisões territoriais sob as populações da zona em litígio e como se utilizou a historicidade das populações para servir de justificativa nos documentos elaborados na disputa territorial. Por fim, procuramos interpretar o processo de disputa territorial envolvendo os países independentes de Brasil e Argentina na Questão de Palmas, no século XIX, e as disputas envolvendo as províncias/estados de Paraná e Santa Catarina durante o século XIX e início do século XX. Nessa análise, ressaltamos o quanto os processos históricos de estabelecimento populacional, desenvolvimento de estruturas de colonização e os dispositivos de acesso à terra foram determinantes nas disputas de limites. Na dimensão propositiva, o objetivo desta pesquisa é possibilitar uma aproximação do conhecimento acadêmico e sua metodologia com os saberes escolares, com a intenção de que os alunos tenham contato com fontes históricas, para compreender o trabalho do historiador, e que possam compreender as relações que a ciência histórica possui com a Geografia.

Esse trabalho se insere, no âmbito do Ensino de História, nas propostas da Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio, quando observamos a competência número 2 do eixo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: *Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.*¹

¹ **Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf, p. 561.

Nessa competência e nas suas respectivas habilidades, definidas pela BNCC para esse período, pretende-se:

[...] comparar e avaliar a ocupação do espaço, a delimitação de fronteiras e o papel dos agentes responsáveis pelas transformações. Os atores sociais, na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, no interior de uma cidade, região, Estado ou mesmo entre Estados, produzem diferentes territorialidades que envolvem variados níveis de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Dada essa complexidade de relações, é prioritário levar em conta o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história e da política na produção do espaço.²

Dessa maneira, verifica-se a necessidade de produzir um material didático que mobilize a história da construção do espaço. Nos livros didáticos de História, temos pouca ou nenhuma menção à historicidade do espaço, o que se torna um contrassenso por entendermos a proximidade da relação entre História e a Geografia. Essa relação é articulada pela presença do “ser humano”, ou seja, ele é o ator indiscutível das duas ciências, ele é o sujeito comum compartilhado com ambas pela sua ação transformadora no espaço durante o tempo.³ O Espaço, sobretudo, é a área de transformação e/ou permanências das civilizações humanas. Sobre a definição e a intersecção das duas ciências, Barros afirma que:

Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.⁴

Esse trabalho mobilizou como referenciais teóricos e categorias de análise os conceitos oriundos da Geografia política e da Geopolítica – Espaço e Território. A partir do trabalho de pesquisa e da elaboração da oficina, pretendemos levar para as aulas de História a possibilidade de compreender as regiões de fronteira como sendo campo de forças da atuação humana ao longo da sua ocupação.

A análise das disputas e transformações nos espaços do Brasil meridional abordadas nessa dissertação e os procedimentos envolvidos na construção do material didático proposto

² Ibidem, pág. 561.

³ BARROS, José D’Assunção. **Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo Espaço**. Geografia (Londrina), v. 19, n. 3, 2010. p. 67.

⁴ Ibidem, p. 69.

são orientados pelas categorias de território e de territorialidade. Sobre a relação entre espaço e território, Raffestin define estes conceitos e os relaciona:

Local de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento.⁵

Dessa maneira, entendemos que os territórios são produzidos no agir e fazer cotidiano das relações humanas e a territorialidade diz respeito às ações envolvidas na transformação dos espaços em territórios, ou seja, tornar um espaço, seu. O ser humano, ao se apropriar de um espaço e transformá-lo em propriedade, seja pela compra, pela posse ou por qualquer outro tipo de regulamentação válida, define ou redefine um território. Ao se estabelecer qualquer relação com o espaço que configure poder, as definições de território são continuamente atualizadas e redefinidas.⁶ Este é o movimento – aquele que a demarcação de limites confere poder sobre as fronteiras definidas – que Estados e unidades administrativas usam para construir suas jurisdições.

Como referencial na construção do material didático, utilizaremos a metodologia de aula-oficina proposta por Isabel Barca⁷. Essa aula-oficina será organizada sob a perspectiva da Educação Histórica, defendida por Isabel Barca, e será discutida no terceiro capítulo dessa dissertação.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro - *Formação territorial da região meridional do Brasil* - discutimos a construção territorial que definiu os limites coloniais do Brasil, com os Tratados de Tordesilhas (1492) e de Madri (1750). Também discutimos o processo de povoamento da região meridional do Brasil, dando destaque à área que atualmente compreende os estados de Santa Catarina e Paraná. Abordamos também os aspectos da ocupação do território, desde o estabelecimento das nações indígenas originárias e

⁵ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 144.

⁶ BARROS, José D'Assunção. **Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo Espaço**. Geografia (Londrina), v. 19, n. 3, 2010. p. 82.

⁷ BARCA, Isabel. Aula Oficina: Do Projeto À Avaliação. In: **Atas Da Quarta Jornada De Educação Histórica. Para Uma Educação De Qualidade**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131 – 144

a invasão dos colonizadores. Analisamos a construção dos caminhos coloniais – que ligavam o sul do Brasil as Minas Gerais – e como a economia local se estruturou a partir desta ocupação.

No segundo capítulo – *As disputas territoriais no século XIX e no alvorecer do século XX* - analisamos a chegada dos sertanistas às regiões oeste do atual Paraná e Santa Catarina – Campo de Guarapuava e Palmas – e como se estruturou o povoamento dessas localidades a partir da invasão das terras das nações indígenas. Abordamos também o processo de Emancipação do Paraná e como esse processo acelerou o conflito com Santa Catarina pelos domínios territoriais dos Campos de Palmas. Abordamos a disputa territorial entre as nações de Brasil e Argentina, que ficou conhecida como Questão de Palmas, no Brasil, ou Misiones, na Argentina. Nesse contexto, colocaram-se em oposição os países interessados no potencial econômico da região, pela existência de matas de araucárias e principalmente, erva-mate. E por fim, abordamos as disputas territoriais entre as províncias brasileiras do Paraná e Santa Catarina pela jurisdição de áreas no final do século XIX, situação que se estendeu até 1916, com a assinatura do Tratado de Limites.

No terceiro capítulo - *O Ensino de História através de mapas históricos e de oficina didática* – relacionamos os conceitos sobre o Ensino de História que nortearam a produção do material didático deste trabalho, fazemos considerações sobre a Didática da História e refletimos sobre a formação da Consciência Histórica. Nele também apresentamos uma reflexão sobre o uso de mapas históricos em sala de aula e retomamos as considerações de Isabel Barca sobre a metodologia da aula-oficina, que orientou a produção da parte propositiva dessa Dissertação, consolidada no formato da oficina didática intitulada *O processo histórico da construção de fronteiras meridionais no Brasil*, com um conjunto de sugestões para aplicação em sala de aula.

Esperamos que este trabalho cumpra com os objetivos estabelecidos e que a produção pedagógica que deriva dele atenda ao propósito de possibilitar a formação da Consciência Histórica nos alunos, para que possam desenvolver uma identidade histórica individual e coletiva e que possam interpretar as relações da formação das fronteiras como historicamente construídas.

1.0 Formação territorial da região meridional do Brasil.

Nesse capítulo, abordaremos a formação territorial da região meridional da América Portuguesa, considerando as disputas travadas no período colonial e também o povoamento da região no mesmo período. Como o objetivo dessa abordagem é subsidiar a composição de um material de ensino para ser trabalhado no Ensino de História na região meridional do Brasil, será enfocada a formação do complexo sistema de demarcações nesse espaço, cuja definição de fronteiras foi objeto de sucessivos tratados entre as Coroas Ibéricas. Junto da formação territorial, o povoamento da região foi realizado por sujeitos distintos ao longo do período colonial e configurou o principal aspecto na consolidação dos domínios brasileiros, principalmente pela possibilidade de utilização do princípio *uti possidetis* e pela concessão de sesmarias. Nesse processo, nações indígenas originárias entraram em conflito com colonizadores europeus que invadiram a região, dando nova feição à ocupação do território. Essa ocupação foi acompanhada pela criação de estruturas comerciais e caminhos tropeiros, fundação de vilas e cidades e regulamentações de posse da terra.

1.1 Das disputas coloniais aos tratados insolúveis.

A região meridional da América Portuguesa foi marcada por um conturbado processo histórico de delimitação fronteiriça, com estabelecimento de diversos tratados de limites no período colonial. As delimitações problemáticas e frágeis entre as duas Coroas Ibéricas originariam vários impasses e, espacialmente, esse território é produto desta indefinição iniciada no período colonial. O Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777) foram tentativas de estabelecer uma política territorial sobre os limites do mundo colonial, mas como não definiam as fronteiras de forma precisa, não sanaram os conflitos no período colonial e não impediram que os países independentes - Argentina e Brasil – as herdassem após a emancipação.⁸

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre as Coroas Ibéricas, embora não se restringisse a definir domínios no espaço americano, estabeleceu nele fronteiras que separavam territórios pertencentes a Portugal e à Espanha. Mesmo antes de sua assinatura, a oficialização dos futuros domínios já havia sido discutida em 1493, ano da notícia das descobertas

⁸ FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (Século XX e XIX).** Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011, p. 98

espanholas.⁹ À época, determinações de cunho e de amplitude internacional, especialmente referentes aos domínios marítimos, eram submetidas a autoridades que representassem poder amplo e irrestrito. Sobre essa autoridade, Berta Becker observou que “na ausência de um direito internacional que regulasse a situação, coube à autoridade papal garantir o direito à posse. Os primeiros limites das grandes fronteiras foram, assim, as bulas papais, e o tratado de Tordesilhas”¹⁰. As determinações dos primeiros tratados, assim, foram estabelecidas por Alexandre VI, papa espanhol.

Houve quatro bulas papais em 1493: Duas *Inter Caetera*, a *Eximiae Devotions* e a *Dudum Siquidem*, que estabeleciam um meridiano 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde para dividir o mundo.¹¹ Estas determinações geraram contestação por parte de Portugal, que se considerou prejudicado pelas determinações pró-Espanha. A partir das objeções portuguesas, em 1494 foi assinado o um novo tratado, na vila espanhola de Tordesilhas, que sob a orientação do papa Alexandre VI determinava:

E LOGO os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc., disseram que porquanto antre os ditos senhores seus constituintes há certa diferença sobre o que cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da feitura desta capitulação, está por descobrir no mar oceano; porém que eles por bem de paz e concórdia e por conservação do devido e amor que o dito senhor rei de Portugal tem com os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc.; a suas altezas praz, e os ditos seus procuradores em seu nome e per virtude dos ditos seus poderes outorgaram e consentiram que se faça e assine polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, des a dita raia e linha dada na forma suso dita, indo pola dita parte do levante dentro da dita raia a parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores pera sempre jamais. E que todo o outro, assim ilhas como terra firme achadas e por achar, descobertas e por descobrir, que são ou forem achadas polos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e per seus navios, des a dita raia dada na forma suso dita, indo por a dita parte do ponente depois de passada a dita raia pera o ponente ou ao norte ou sul dela, que tudo seja e fique

⁹ FERRARI, Maristela. **Conflitos Políticos na definição dos limites entre o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895)**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005, p. 4956.

¹⁰ BECKER, Bertha. Brasil – Tordesilhas, Ano 2000. In: **Território** nº 7. Jul/ Dez. LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. p. 8.

¹¹ FERRARI, Op. Cit., p. 4956

e pertença aos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Leão, etc., e a seus sucessores pera sempre jamais.¹²

O tratado estabeleceu um meridiano (mencionado na citação quando se refere aos polos ártico e antártico), que seria demarcado na distância de 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, possessão portuguesa. Todas as áreas de colonização que estivessem a leste desse meridiano seriam de posse portuguesa e a oeste, espanhola. Atribui-se ao tratado de Tordesilhas muito mais um aspecto prático do que uma definição formal e precisa de limites, em razão do desconhecimento geográfico e da tentativa explícita de diminuir as tensões entre as monarquias mais poderosas do mundo europeu.¹³ Essa negligência com pactos oficiais geraria contestações nos anos seguintes.

¹² **Tratado de Tordesilhas**, folha 3, frente e verso. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Acesso em: 05 jul. 2020

¹³ CAMARGO, Fernando. Pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), **Anais da XXIII reunião**, Curitiba, 2003, p.235.



Figura 1: Mapa produzido pelo cartógrafo português Luís Teixeira, em 1574, tendo como base as disposições do Tratado de Tordesilhas, retratando o território que seria o Brasil após o ano de 1548.

Fonte: <https://www.historia-brasil.com/mapas/teixeira-1574.htm>. Acesso em 18 mai. 2022.

Embora estabelecidas, as fronteiras do tratado sofreram mudanças com o processo de colonização portuguesa iniciado em 1530. A expansão territorial dos portugueses, principalmente pela ação dos sertanistas, dilatou o domínio português a oeste e a sul do referido meridiano e gerou novas divergências entre as Coroas. A situação de litígio entre as duas Coroas ibéricas acirrou-se em 1680 com a fundação da Colônia do Sacramento, polo português em

terras espanholas, situada no Sudoeste do território do atual Uruguai, próxima a Buenos Aires. A fundação da colônia aconteceu devido ao interesse português de ter acesso aos rios do interior do continente e, por sua posição estratégica, a colônia precisou ser ocupada e militarizada por seus possuidores ao longo dos anos.¹⁴ Um conflito violento se seguiu e, em 1681, os espanhóis retomam o controle da colônia pela força das armas, mas foram obrigados a devolver no mesmo ano aos portugueses por conta da assinatura do Tratado Provisional de 1681, ou Tratado de Lisboa. O conflito só terminou em 1715, quando foi assinado o segundo Tratado de Utrecht, que devolveu aos portugueses o território da Colônia do Sacramento. Esse tratado foi idealizado com a intenção de que, se devolvida a Colônia do Sacramento aos portugueses, eles reconhecessem a família Bourbon como família real espanhola, já que haviam ascendido ao trono espanhol pouco tempo antes.¹⁵

A ocupação portuguesa produziu vilas e cidades de organizações variadas, elevando as tensões entre as Coroas Ibéricas e exigindo um novo tratado, feito em 1750, o Tratado de Madri. Nas negociações deste tratado, Portugal utilizou, mesmo com certas ressalvas, o princípio do *uti possidetis*. Esse princípio, defendido na ocasião do tratado pelo diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, deriva do Direito Privado romano, “segundo o qual o território pertenceria a quem o tivesse colonizado ou conquistado”¹⁶. Sobre essa questão, Júnia Ferreira Furtado considerou que:

Embora nas negociações que culminaram no Tratado de Madri, os portugueses temessem a adoção pura e simples do princípio para resolver as disputas com a Espanha, o *uti possidetis* se configurou como elemento central nas negociações que desaguaram em Madri, em 1750. Nas conferências que precederam à assinatura do Tratado de Madri ficou resolvido que se renunciasse de todo ao estabelecimento de linhas imaginárias de demarcação. Ou seja, os acordos anteriores não seriam mais válidos e os novos limites passariam a ser determinados a partir dos rios e montes mais notáveis e conhecidos (as chamadas fronteiras naturais) e de cada uma das partes que os contratantes possuíam naquele momento.¹⁷

¹⁴ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa do Rio Grande do Sul (1850 – 1880)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 29.

¹⁵ POSSAMAI, Paulo Cesar. A fundação da Colônia do Sacramento. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004, p. 55

¹⁶ FERRARI, Maristela. Conflitos Políticos na definição dos limites entre o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005, p. 4957

¹⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. **O mapa que inventou o Brasil**. São Paulo: Odebrecht, 2013. p. 331- 339.

Dessa maneira, podemos perceber no Tratado de Madri uma primeira definição de marcos naturais como referencial para o estabelecimento de limites na América colonial. Há uma preocupação também com as verificações *in loco* das características naturais a partir de expedições demarcadoras.¹⁸ Essa é uma das primeiras vezes que, na geopolítica colonial, fora empregado o conceito de fronteira natural, já que as demarcações deste tratado procuravam seguir percursos ladeados por rios ou por cadeias de montanhas.

O Tratado de Madri determinou, no plano geopolítico, que a Colônia do Sacramento passasse para o controle espanhol. Em troca, Portugal receberia o território do Sete Povos das Missões, aldeamentos constituídos pela Companhia de Jesus na região entre o Paraguai, Argentina e Brasil, que foram dizimados em 1767 com a expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis.

Com o Tratado de Madri, Portugal reorganizava territorialmente suas fronteiras, facilitando a ocupação do espaço com povoações e tropas militares para solidificar novas bases para atividades de produção, assegurando a soberania do Império português pelo uso da terra.¹⁹ O Tratado de Madri estabeleceu funções parecidas para vários demarcadores em toda a fronteira em litígio, como observou Chaves:

Nas instruções enviadas aos governadores Gomes Freire de Andrade, Antonio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1749 e 1753, a Coroa esboçou as diretrizes político-administrativas direcionadas às capitanias que mantinham fronteiras com os domínios espanhóis na América do Sul. Ou seja, definiu políticas de fronteiras para essas áreas onde havia precária presença portuguesa: era preciso incorporar esses espaços à dinâmica política, jurídica, econômica, militar e populacional portuguesa.²⁰

O estabelecimento de colônias de povoamento, o início de organizações econômicas e a soberania territorial foram os pontos principais do Tratado de Madri. Embora a situação seguisse aparentemente sem dificuldades, o cumprimento dos princípios do *uti possidetis* e o estabelecimento das fronteiras naturais apresentou dificuldades. Além das desconfianças entre as Coroas, na medida em que as demarcações iam avançando e estabelecendo limites, as Coroas entravam em desacordo sobre o domínio dos territórios. Além dos soberanos ibéricos, outros sujeitos entravam nas disputas: os padres jesuítas e os guaranis das reduções dos Sete Povos

¹⁸ CAMARGO, Fernando. Pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), **Anais da XXIII reunião**, Curitiba, 2003, p.235

¹⁹ CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. Revista **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.- dez., 2014, p. 219.

²⁰ Ibidem, p. 219.

não aceitaram as determinações e o fato provocou a Guerra Guaranítica. Esse conflito, ocorrido entre 1754 e 1756, envolveu as Coroas Ibéricas e a população missioneira. O artigo nº 16 do Tratado estipulava que os indígenas da região do Tape (noroeste do atual Rio Grande do Sul), até então sob domínio da Coroa portuguesa, deveriam deixar suas povoações e se estabelecer em terras sob poder da Espanha, na banda ocidental do Rio Uruguai. Os indígenas e os jesuítas deveriam desocupar seus aldeamentos e Portugal os ocuparia com povoadores portugueses, com pagamento de uma baixíssima indenização.²¹

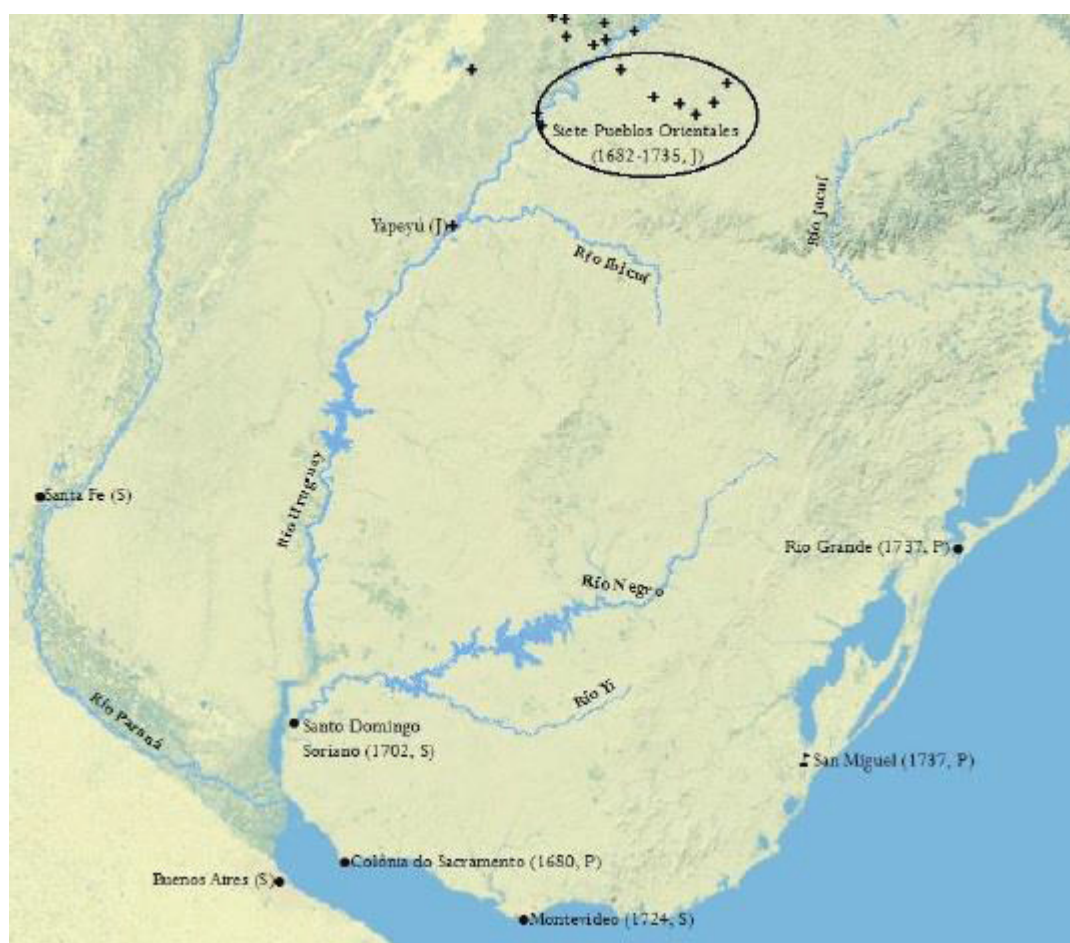


Figura 2: Territórios em negociação da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões Orientais.

Fonte: CORREA, Jessica Aparecida. **A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas Ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753 – 1756)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2021, p. 80.

²¹QUEVEDO, Júlio R. A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas missões. **Estudos Ibero – Americanos**. PUCRS, v. XX, n.2, p. 5 – 16, dezembro, 1994, p. 11.

Perdendo a hegemonia do Prata, Portugal passou a não cumprir com o compromisso da entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis. Em suma, a década de 1750 terminou sem a resolução dos conflitos e o cumprimento das demarcações propostas pelo Tratado de Madri. Diante dos impasses anteriores, as duas Coroas assinam o Tratado do Prado, em 1761. Este tratado definiu a suspensão do Tratado de Madri e também as demarcações que haviam sido feitas por virtude do mesmo.²² Assinado em meio aos conflitos geopolíticos da década em questão, sua aplicação não foi bem sucedida e o tratado logo foi substituído pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

Em sua estrutura, o Tratado de Santo Ildefonso continuou com muitas das determinações já estabelecidas no Tratado de Madri, com alterações necessárias em vista das invasões e choques políticos do período. O tratado estabelecia que a Espanha teria posse da Colônia do Sacramento e também o território das missões jesuíticas da banda oriental do rio Uruguai. Portugal, por sua vez, garantiria sua soberania sobre os territórios do Rio Grande e recuperaria a Ilha de Santa Catarina, invadida pelos espanhóis na década anterior. Embora julgando-se o grande prejudicado, Portugal aceitou a decisão por estar sem amplo apoio externo da Inglaterra.²³

²² CAMARGO, Fernando. Pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), **Anais da XXIII reunião**, Curitiba, 2003, p.236

²³ FERRARI, Maristela. Conflitos Políticos na definição dos limites entre o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005, p. 4958 – 4859.

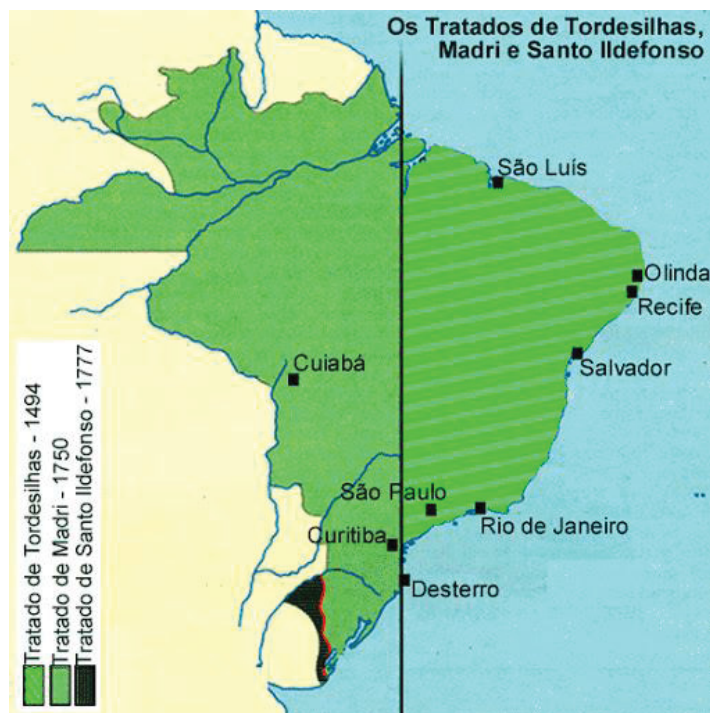


Figura 3: Mapa demonstrando a sobreposição do Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso.

Fonte: MULTIRIO, a mídia educativa da Cidade. **Contornos do Território**. Disponível em (<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/86-da-am%C3%A9rica-portuguesa-ao-brasil/8799-os-contornos-do-territ%C3%B3rio>). Acesso em: 22 ago. 2020.

O Tratado de Santo Ildefonso trouxe um período de relativa paz colonial. Os acontecimentos globais do período também desviaram temporariamente das atenções das questões territoriais, já que a instabilidade política europeia decorrente do processo revolucionário francês gerava certa desconfiança ao cenário monarquista ibérico. No final do século XVIII, com o fim do processo revolucionários francês e a independência dos Estados Unidos da América, a questão territorial no sul do Brasil reacendeu, ocasionando inclusive um conflito entre Portugal e Espanha, a Guerra das Laranjas.²⁴

O tratado responsável por encerrar esse ponto da discussão foi o Tratado de Badajós assinado em 1801, que pôs fim à guerra mas não redefiniu os limites territoriais já estabelecidos.²⁵ Justamente pela indefinição do tratado, Portugal retomou o território dos Sete Povos das Missões à força, além de conquistar áreas que o Tratado de Madri havia estabelecido

²⁴ Conflito entre Portugal e Espanha decorrente da pressão espanhola para Portugal se aliar a França napoleônica e lutar contra a Inglaterra, sua aliada histórica, sob pena de invasão. CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001. 351 p.

²⁵ CAMARGO, Fernando. Pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), **Anais da XXIII reunião**, Curitiba, 2003, p..239

como pertencentes à Coroa espanhola. Depois disso, não houve mudanças significativas nas demarcações, mas também estabeleceu-se que as determinações do Tratado de Madri e de Santo Idelfonso estavam revogadas. O território estava ocupado, mas politicamente indefinido e não regulamentado.

Os sucessivos tratados evidenciam a dificuldade na definição de limites e as disputas entre as Coroas de Espanha e de Portugal. Assim, os limites territoriais foram sendo definidos no campo diplomático e ensejando disputas e conflitos envolvendo seus ocupantes, sobre os quais falaremos a seguir.

1.2 As nações indígenas do planalto catarinense

Anteriormente a qualquer um dos tratados já mencionados no capítulo anterior, o que viria a se constituir como parte do sul brasileiro já estava ocupado por populações de origens distintas e de organizações sociais estabelecidas, as quais foram utilizadas inclusive para o requerimento *uti possidetis* português quando do estabelecimento do Tratado de Madri. Parte da população da região, não diferente de todo continente americano, era formada por nações indígenas. Não é possível construir, pelo menos por agora, um mapa complexo sobre a distribuição dos povos indígenas no sul do Brasil na época do descobrimento, tendo ainda muito a ser descoberto com pesquisas arqueológicas futuras. Embora exista esta lacuna nas pesquisas, é possível montar uma versão simplificada destas ocupações²⁶. Dos estimados 50 milhões de indígenas americanos, aproximadamente 6 milhões se localizavam no atual território brasileiro.²⁷ Na atual região do sul do Paraná e no atual planalto catarinense, havia majoritariamente duas grandes nações indígenas, os Kaigangs e os Xoklengs, pertencentes ao tronco linguístico Jê ou, como denominados pelos portugueses, Tapuia.²⁸

²⁶ D'ANGELIS, Wilmar R. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, 2017, p. 35

²⁷ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 31.

²⁸ Ibidem, p. 32. "Tapuia" era uma definição genérica dada pelos portugueses a indígenas não tupis. BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Vale Boa Ventura, 2012, p. 13. Disponível em: <http://www.valeboaventura.com.br/images/noticias/heranca_indigena/povos_indigenas_em_sc.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

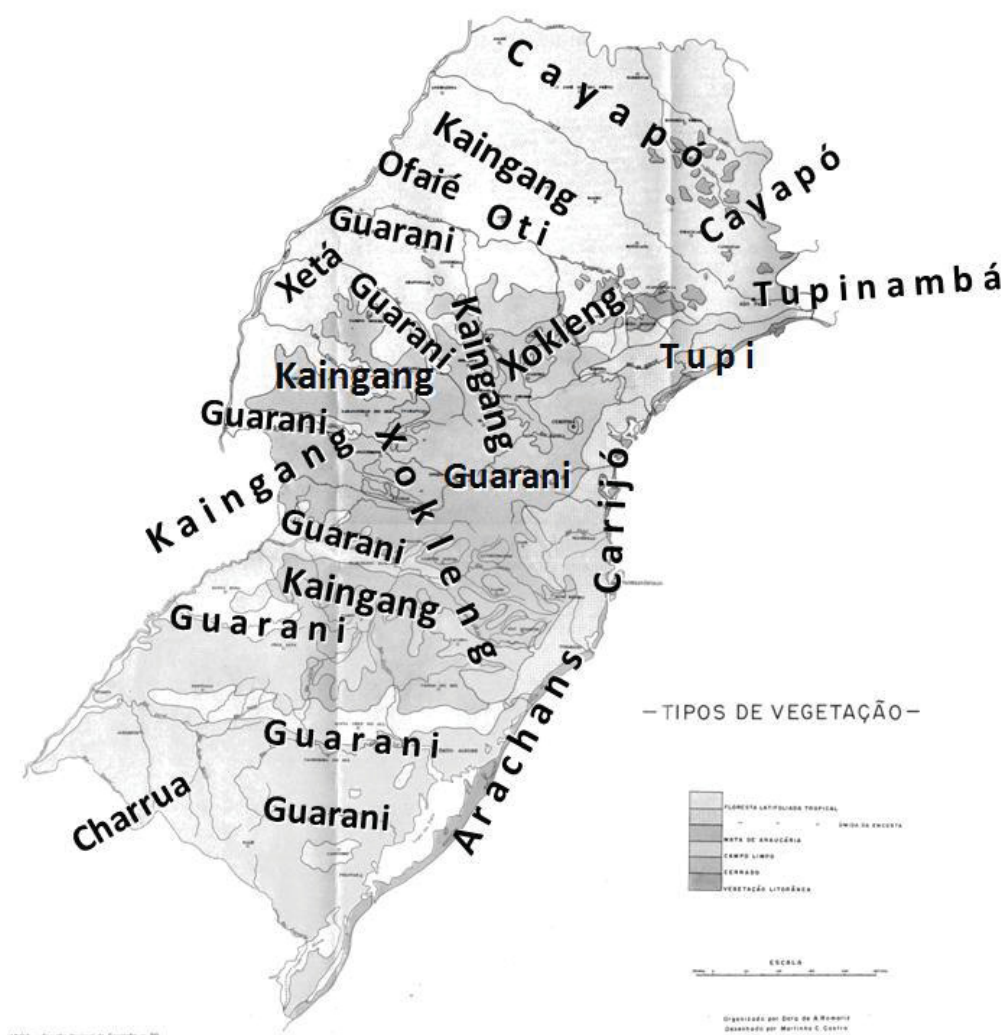


Figura 4: Distribuição geográfica aproximada dos povos indígenas na atual região meridional do Brasil em 1500.

Fonte: D'ANGELIS, Wilmar R. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, 2017, p. 36.

A chegada do colonizador ocorreu por meio de diversas formas. Darcy Ribeiro em seu livro *Os índios e a civilização*²⁹ caracterizou a ocupação colonizadora como frentes de expansão, especialmente a ação predatória dos bandeirantes paulistas e o estabelecimento das reduções jesuíticas, que iniciaram um processo de despovoamento da região em virtude da violência empregada pela captura e escravização de indígenas.³⁰

²⁹ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. (5a ed.). Petrópolis: Vozes, 1986.

³⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916**. / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 40.

A chamada “Frente de Salvação” ficou caracterizada pela fundação das reduções jesuíticas, especialmente espanholas, na região sul do Brasil. Embora essa ação não pareça uma ocupação de território por se tratar de fixação de uma minoria espanhola em relação a uma maioria indígena, o processo colocou os indígenas em contato com doenças infectocontagiosas que possibilitaram o enfraquecimento das nações indígenas.³¹ Além desse motivo, as reduções favoreceram o ataque da “Frente Escravista”. Essa frente se caracterizou pela ação predatória dos bandeirantes paulistas, que já agiam nas regiões setentrionais e que encontraram nas reduções jesuíticas do sul do Brasil a oportunidade de escravizar indígenas que já possuíam familiaridade com a agricultura e com a língua espanhola, melhor compreensível aos seus ouvidos.³²

Os povoadores que acompanharam estas frentes deram várias denominações aos indígenas da região tal como bugres, índios, selvagens, botocudos, silvícolas, gentios..., denominações essas que, sendo intensamente detratórias, iriam perdurar nos anos de consolidação do povoamento local, expressando na linguagem a violência empregada contra essa população.

Como o aprisionamento e escravização de indígenas pelas expedições bandeirantes, também a ocupação foi trágica para a população indígena. Os conflitos pela posse, que foram intensificados à medida que o avanço tropeiro e paulista, que passavam pela região levando gado e outros produtos do Rio Grande de São Pedro ao centro do Brasil, afugentavam e dizimavam os povos indígenas da região, caracterizando o que foi chamado, por Darcy Ribeiro, de “Frente Pastoril”. Essa frente iria fixar-se no que seria o caminho permanente que o gado riograndense percorreria e invernaria, passando pelos campos de Vacaria, de Lages, de Curitiba e de Castro, causando atritos com indígenas.³³ A fixação de colonos na área e a fundação das estruturas fundamentais do tropeirismo foram agentes determinantes no desaparecimento dos indígenas da região.³⁴

A reação indígena, embora enfraquecida, ocorreu. Relatos de ataques às estruturas colonizadoras por tribos indígenas eram frequentes. Cyro Ehlke afirma que indígenas, tropeiros e povoadores da região vivenciaram diversos conflitos até o início as duas décadas iniciais do

³¹ D’ANGELIS, Wilmar R. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, 2017, p. 37-38.

³² Ibidem, p. 36-37.

³³ Ibidem, p. 39.

³⁴ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 34.

século XX na região de Lages, Curitiba, Campos Novos e ao sul do Rio Negro de um modo geral até o início do século XX.³⁵ A reação indígena ao processo de ocupação contribuiu para que surgissem profissionais especializados em assassinar indígenas na região, que denominavam-se e eram denominados “bugreiros”. Sobre esses agentes, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos considerou: “[...] estes homens, pagos para limpar o sertão da presença indígena, cortavam as orelhas dos índios capturados para receber por índio morto e também como uma forma de comprovar que o serviço foi feito, [...] era comum dizer na região que “índio só é bom morto”.³⁶ Por via disto, não era estranho ou incomum a formação de grupos armados para retaliar os ataques da resistência indígena.

Além do extermínio dos indígenas homens, essa atividade também a captura de mulheres indígenas. Uma parcela das mulheres indígenas aprisionadas era levada a fazendas próximas e poderiam virar concubinas ou esposas dos homens da região.³⁷ Segundo Clovis Antonio Brighenti, houve um processo de miscigenação forçada na região, estimulado pela ideia de branqueamento, que ganhou força no século XIX.³⁸ Nesse processo, mulheres e crianças indígenas eram capturadas por bugreiros e conviviam junto de famílias brancas, formando os núcleos sociais que originariam a população cabocla.

Embora o embate com os colonizadores tenha sido contínuo e catastrófico, as rivalidades tribais, próprias do contexto pré-colombiano, motivaram diversas relações entre colonos e colonizados:

(...) Muito provavelmente este grupo de indígenas eram “Coroados domesticados” que, como os Kainguangues liderados pelos Caciques Condá e Nonoai, respectivamente de Chapecó e Passo Fundo, colaboraram intensamente, em muitas oportunidades, com a presença do colonizador português e brasileiro, para, em troca de armas e gêneros alimentícios, dar combate a outros grupos indígenas, seus antigos adversários Botocudos e Guaranis.³⁹

³⁵ EHLKE apud MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 34.

³⁶ SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xoklengs**. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 32. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-4-Silvio-coelho-indios-e-brancos-no-sul-do-Brasil.pdf>. Acesso em 19 abr. 2022.

³⁷ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 35.

³⁸ BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Vale Boa Ventura, 2012, p. 5.

³⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916**. / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 42.

Kaigangs e Xoklengs, embora vindos do mesmo tronco linguístico, não eram aliados em diversas situações. O processo de povoamento da região não foi marcado exclusivamente por atritos, mas também por alianças e trocas de favores entre indígenas e colonizadores. Essas alianças eram motivadas, sobretudo, por uma expectativa, mesmo que pequena, de sobrevivência mediante a emergência da nova organização que a colonização portuguesa representava.

1.3 A construção dos caminhos tropeiros e a fundação de Lages

No processo de ocupação da região que posteriormente seria fronteira entre o atual Paraná e Santa Catarina, foi importante a presença de uma população cabocla que se estruturou no movimento da economia tropeira. Essa economia foi primordial no estabelecimento de bairros rurais e na organização das primeiras propriedades posseiras na região, que extraíam das matas e dos ervaais da região sua atividade econômica. Essa ocupação tem como ponto inicial a fundação da vila de Lages, ao sul, vila ligada pelo Caminho das Tropas com Rio Negro, ao norte, e que adentrava o Paraná com sentido as feiras de Sorocaba e as Minas Gerais.

Desde meados do século XVII, essa região já era conhecida pelas autoridades portuguesas. O movimento inicial de exploração destes territórios utilizou os antigos caminhos indígenas e seus ramais e, no caso do sul da América Portuguesa, o Caminho do Peabiru. Este caminho integrava o Oceano Atlântico à costa do Pacífico, atravessando os atuais países do Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru. O caminho continha aproximadamente quatro mil quilômetros de extensão e foi a principal via de ligação terrestre existente na América pré-colombiana antes da chega dos europeus ao continente.⁴⁰

⁴⁰ FRANCISCON, Anderson; MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi. A arquitetura na reprodução da memória: o caminho de Peabiru. **Akrópolis** Umuarama, v. 25, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2017, p. 107-108.

descia mais ao sul em direção ao atual estado de Santa Catarina e ao atual Rio Grande do Sul, contando, cada um deles, com mais ramais adicionais ao longo de suas rotas.⁴²

O Caminho do Peabiru e seus ramais foram utilizados pelos europeus para iniciarem a exploração da região meridional do Brasil nos séculos XVII e XVIII. No que tange à região do atual Paraná, por ser um território ainda não ocupado por luso-brasileiros, seus documentos referiam-se genericamente como “Sertão de Coritiba”. Somente com a construção de caminhos que ligavam as capitanias do sudeste ao extremo sul, o reconhecimento passou a ser efetivo.⁴³ Estes caminhos utilizaram, como base estrutural, os caminhos indígenas já existentes além de construírem picadas no meio das florestas, com o intuito de viabilizar a infraestrutura para o desenvolvimento do tropeirismo.

Além da presença indígena na região, o tropeirismo contribuiu para forjar a identidade cultural da região e estabelecer o modelo pecuarista.⁴⁴ A atividade dos tropeiros ocorreu com grande concentração na região entre os séculos XVII e XIX:

(O) Tropeiro iniciava-se na profissão por volta dos 10 anos, acompanhando o pai, que era o negociante (compra e venda de animais), o condutor da tropa. Usava chapelão de feltro cinza ou marrom, de abas viradas, camisa de cor similar ao chapéu de pano forte, manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro, botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger-se nos terrenos alagados e matas.⁴⁵

Os tropeiros eram responsáveis pelo carregamento de gados muar e cavalar além de outras mercadorias da capitania do Rio Grande de São Pedro até a região sudeste do Brasil, principalmente para a região das Minas Gerais e nas áreas de expansão cafeeira. Os rebanhos de gado do sul haviam sido introduzidos pelos jesuítas em suas reduções, tendo sido dispersado pelos campos de Vacaria e Lages após os acontecimentos da Guerra Guaranítica.⁴⁶

⁴² CORREA, Valdir. **Caminho do Peabiru: um resgate cultural para o turismo**. Dissertação (mestrado) – Universidade da região de Joinville – Univille, Mestrado em Patrimônio e Sociedade, 2010, p. 13

⁴³ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 32.

⁴⁴ Ibidem, p. 36.

⁴⁵ RECCO apud MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 37.

⁴⁶ Ibidem, p. 37.

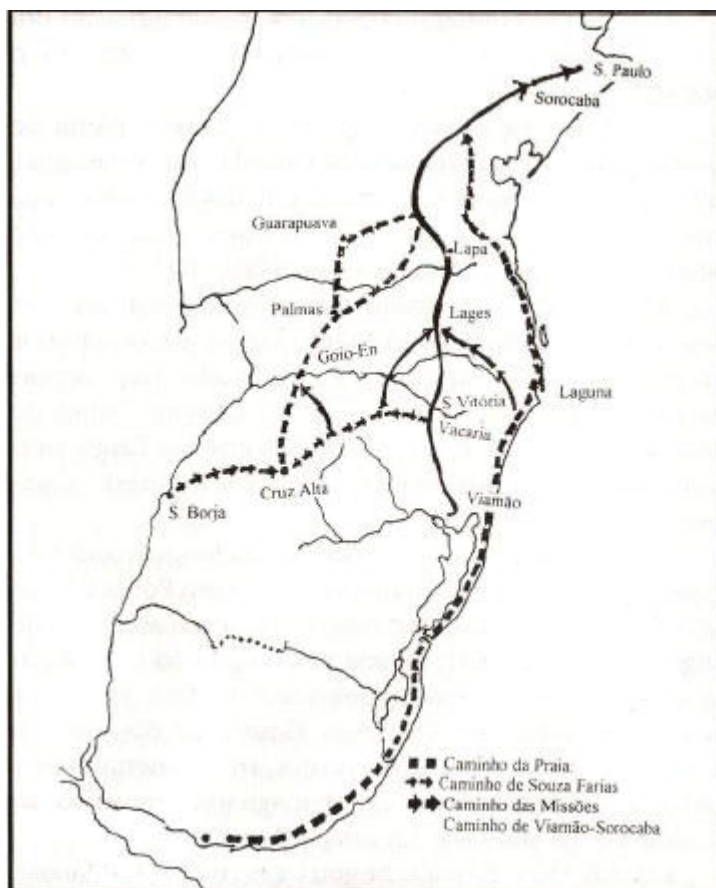


Figura 6: Os principais caminhos tropeiros do sul do Brasil.

Fonte: FLORES apud SILVA, Sueli Maria da. **O Tropeirismo de Porcos: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região nordeste do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.** Dissertação (mestrado), Pós-graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2006, p. 50.

As tropas de gado passavam por caminhos e picadas estabelecidas no período colonial. As disputas entre Portugal e Espanha pelo controle do sul do Brasil motivaram Portugal a abrir caminhos que ligavam as recentes povoações da região, ampliando assim o domínio e a influência na região do Prata:

Ao mesmo tempo em que a abertura de caminhos destinados ao escoamento de muares abastecia os centros consumidores que demandavam meios de transporte, expandia e consolidava a pecuária sulina, fortalecendo o lado meridional da Colônia, que estava sempre em conflito com a Espanha.⁴⁷

⁴⁷ FILHO, Alcides Goularti. A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013, p. 150.

Dessa maneira, foram abertos os primeiros caminhos entre as povoações litorâneas, que futuramente seriam chamados de Estrada Real.⁴⁸ A Estrada Real era “um conjunto de picadas que ligavam as Capitânicas meridionais pelo litoral unindo a Colônia do Sacramento a Rio Grande, Laguna, Desterro, São Francisco, Paranaguá e Santos.”⁴⁹ Embora a Estrada Real fosse de fundamental importância na ligação entre as cidades-fortalezas, não foi ela o primeiro caminho a ser fundado para atender as demandas do comércio de gado. Em 1727, Francisco de Souza Faria abriu o primeiro caminho que cortava o planalto catarinense, o Caminho dos Conventos. Este caminho foi aberto ligando a Colônia do Sacramento até Sorocaba, passando pelos Campos de Lages⁵⁰, contando com um traçado íngreme na região da Serra Geral. Sobre as impressões gerais da região, Elke cita que:

O sargeiteo—mór Francisco de Souza Faria, quando ali chegou em 1729, ao dar abertura à Estrada dos Conventos (depois ‘Estrada Real’, ‘do Sertão’, ‘da Mata’ e outras mais designações), nele encontrou abundantíssimo mel e farto pinhão, dos quais até morreram de indigestão alguns de seus acompanhantes, pelo muito que deles se fartaram. Encontrou ainda, grande quantidade de antas e porcos monteses, afora o gado que vinha das extremidades sul de Lages, antigos ‘Campos da Vacaria’ ou ‘De Cima da Serra’, onde estes foram laçados, anos antes, pelos missionários espanhóis de Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul.⁵¹

As descrições de Francisco de Souza Farias são as primeiras observações sobre o território do planalto catarinense e, em grande parte, procura ressaltar as qualidades e as abundâncias que a terra possuiu. O testemunho de Farias serviria de base para o encorajar o povoamento dos campos nos anos seguintes.

Devido às constantes dificuldades de atravessar a Serra Geral com tropas, uma nova variante do traçado foi criada em 1732 por Cristóvão Pereira de Abreu, que saiu de Viamão, passou por Vacaria e chegou na região dos Campos de Lages, ligando-se ao antigo Caminho

⁴⁸ FILHO, Alcides Goularti. A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013, p. 148.

⁴⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 43.

⁵⁰ Os Campos de Lages se localizavam no planalto catarinense e também eram conhecidos por Campos d’ Cima da Serra. “Neste planalto predominantemente basáltico há áreas sedimentares, como aquela em que se situa a cidade de Lages e os seus arredores. A este planalto deu-se a denominação ampla de “campos” de Lages, porquanto, jurisdicionalmente todo ele era centralizado por aquela cidade.” PIAZZA, Walter F. A Escravidão Numa Área de Pastoreio: os “Campos” de Lages. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, XVI(1,2):263-274, jul. e dez., 1990, p. 263.

⁵¹ EHLKE apud MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 36.

dos Conventos. Estava assim construído o Caminho Viamão-Sorocaba, ou Caminho de Cima da Serra ou, como será referido neste trabalho, o Caminho das Tropas. No mapa abaixo, podemos observar os trajetos e as intersecções destes caminhos coloniais na região meridional do Brasil:

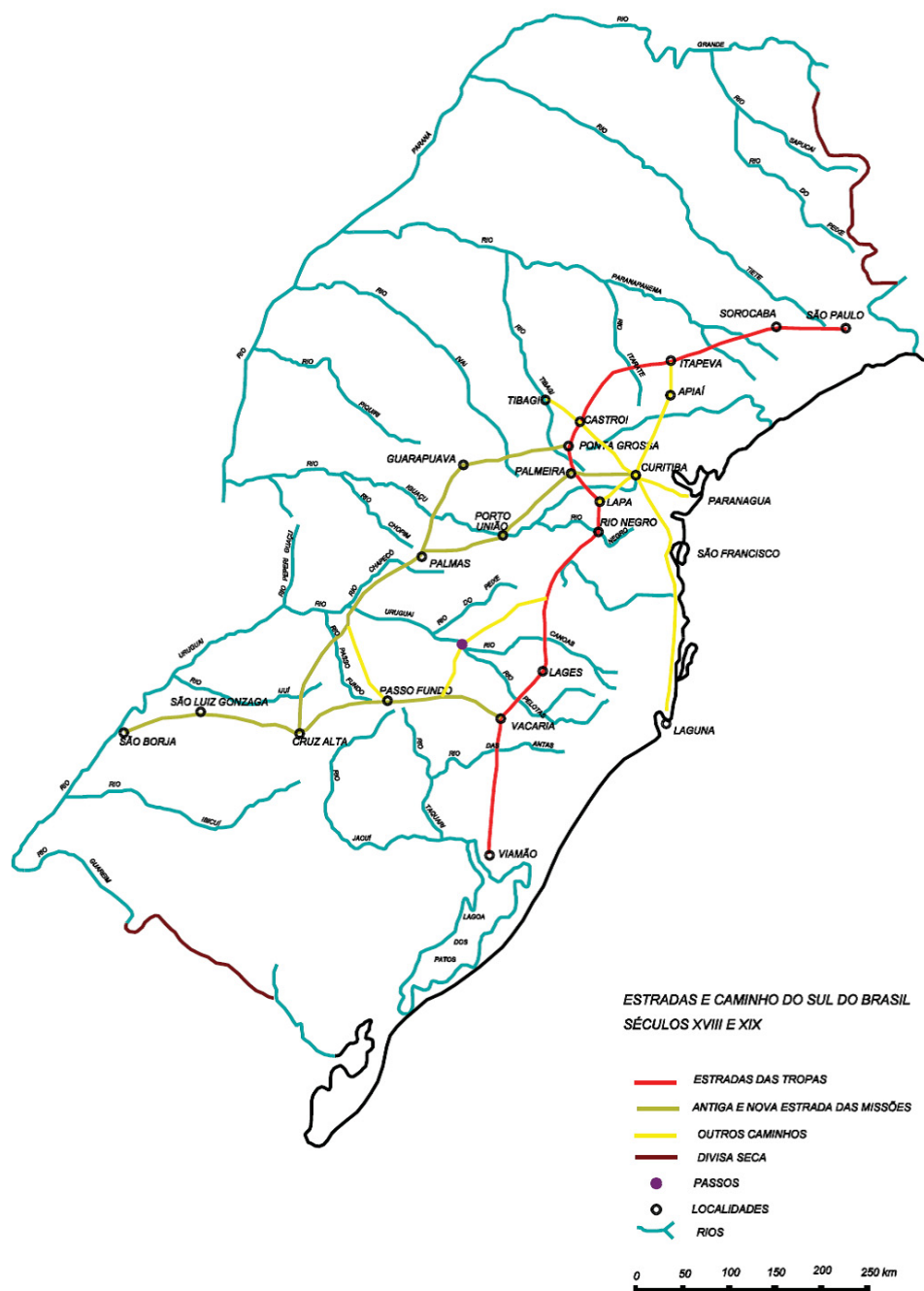


Figura 7: Os caminhos históricos do sul do Brasil.

Fonte: VICENZI apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese

(doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 114.

A preferência dos tropeiros pelo Caminho das Tropas ocorria por aspectos práticos. A Estrada Real⁵² do litoral possuía caminho mais lento por conta dos rios que entrecortavam seu traçado, além dos constantes bloqueios provocados pela presença de espanhóis na região.⁵³ Além da melhor localização geográfica, o Caminho das Tropas também contava com muitas variantes de traçado, que podiam ser facilmente transitáveis, dependendo das condições climáticas.⁵⁴

Ao longo do Caminho das Tropas, os usos da terra foram diversificados, propiciando o surgimento de estruturas de ocupação de colonos e agricultores:

Com o caminho das tropas se formou um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. O planalto meridional iniciando no Rio Grande e seguindo até a Capitania de São Paulo, era dominado pela mata de araucária e entrecortado por formações de campos naturais em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria (no RS), Lages, Campos Novos, Curitiba e Estiva (Papanduva), Lapa, Castro, Palmeira e Curitiba, no Paraná.⁵⁵

Essa ocupação logo definiu-se como aspecto importante no estabelecimento das fronteiras das províncias e futuros estados. As fazendas de internada e os pousos de tropeiros propiciaram a formação de vilas e povoações, que organizavam infraestrutura necessária para viabilizar e facilitar a atividade do tropeirismo na região. Os tropeiros que adentravam os Campos de Lages com as cargas vindas de Viamão pela fronteira do Rio Pelotas, precisavam pagar impostos correspondentes às suas cargas, o que exigia uma estrutura administrativa e militar que ao mesmo tempo que favorecesse a arrecadação de impostos, delimitasse as fronteiras entre a Capitania de São Paulo e a de São Pedro.⁵⁶

⁵² O caminho das tropas Viamão – Sorocaba também recebeu a alcunha de Estrada Real após sua regulamentação e oficialização como rota comercial. “O título de Estrada Real possibilitava a travessia de gado e mercadorias com a autorização da Coroa, garantindo a arrecadação de impostos, bem como, a suposta segurança por um caminho oficializado.” MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 38.

⁵³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 43.

⁵⁴ Ibidem, p. 43.

⁵⁵ Ibidem, p. 44.

⁵⁶ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Op. Cit., p. 37 – 38.

A necessidade de fundar estruturas de povoamento e fiscalização foi o fator principal para que, em 1766, a capitania de São Paulo enviasse a primeira expedição para reconhecer oficialmente os caminhos da serra e fundar uma vila. Antonio Correia Pinto de Macedo foi o encarregado para fundar a vila que pudesse atender as demandas locais: garantir pouso aos tropeiros, perseguir e dizimar as ameaças indígenas e criar defesas contra uma possível invasão espanhola na região. É com a instalação desta vila, a vila de Lages, que os limites das capitanias de São Paulo e de São Pedro são definidos.⁵⁷ A conversão de pousos de tropas em vilas e cidades não foi um fenômeno particular de Lages, mas as cidades de Curitiba e Campos Novos também tiveram o mesmo destino.⁵⁸ Com a fundação de novos caminhos ligando a vila de Lages ao litoral, a atividade tropeira permitiu que Lages se desenvolvesse. Lages havia sido fundada por ordens da capitania de São Paulo ainda no período colonial e fazia parte de um conjunto de ações que o governo português usou para legitimar a posse das terras em disputa com a Espanha.

Com a formação dos caminhos coloniais na região, houve o estabelecimento de pequenas e grandes propriedades que necessitavam, naquela altura, de regularização fundiária perante o Estado brasileiro. Com o trânsito de mercadorias e o crescimento da região ao redor do Caminho das Tropas no início do século XIX, iniciou-se a formação de latifúndios e sítios que possuíam como atividade principal a pecuária e a lavoura de subsistência.⁵⁹ Tanto grandes latifúndios quanto os sítios eram propriedades adquirida pelo uso e ocupação da terra.

Nesse capítulo, vimos que no período colonial as disputas territoriais travadas por Portugal e Espanha foram caracterizadas por sucessivos tratados e que, no caso da América, estes tratados utilizaram os princípios de colonização da área para definir o direito à posse do território. A colonização efetiva do espaço é o que justificaria o domínio da Coroa, como orientava o princípio do *uti possidetis*, que se caracterizava, na situação em questão, como o estabelecimento de estruturas colonizadoras. No próximo capítulo, abordaremos como essas disputas continuaram com as nações independentes de Brasil e Argentina e sobretudo, como estas disputas ocorreram na definição das fronteiras entre as províncias e os estados de Paraná e Santa Catarina.

⁵⁷ MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015, p. 32 – 33.

⁵⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 45.

⁵⁹ *Ibidem*, pág. 46.

2.0 As disputas territoriais no século XIX e no alvorecer do século XX.

Neste capítulo, abordamos as disputas ocorridas no século XIX e XX pela posse do território entre o Brasil e a Argentina e também entre Santa Catarina e Paraná. Damos especial destaque para o processo de ocupação de vastas áreas de vegetação rasteira, gramíneas e arbustos esparsos, que compõem o bioma denominado Campos, do interior das possessões brasileiras, indagando como esses movimentos puderam garantir a expansão das fronteiras em acordo com o princípio do *uti possidetis*. Analisamos também o processo de Emancipação Política do Paraná e as disputas territoriais com a província de Santa Catarina para a garantia de seu território, disputa esta que utilizou métodos próximos aos que foram utilizados pelas disputas territoriais elencadas no capítulo anterior.

2.1 A invasão e conquista dos Campos de Guarapuava

No período colonial, as autoridades portuguesas denominavam as terras interiores do Brasil de “sertão”. Esse termo designava territórios que eram desconhecidos por exploradores brancos ou indígenas considerados “civilizados” mas que poderiam ser desbravados a qualquer momento.⁶⁰ Não só utilizavam essa nomenclatura mas, no caso do sul do Brasil, normalmente aplicava-se a nomenclatura de “Campos” para estas regiões mais distantes e inexploradas. Eram considerados “Campos” as regiões que não eram providas essencialmente de vegetação arbórea e suas características eram compatíveis com a criação de gado.⁶¹ Assim sendo, eram comuns as denominações, no Paraná, dos Campos de Curitiba, Campos Gerais, Campos de Palmas, Campos de Guarapuava, entre outros. A colonização destes sertões seria essencial para garantir o domínio e a construção das fronteiras entre a América portuguesa e espanhola. Neste item, abordamos a região meridional da América portuguesa sob a perspectiva da ocupação dos Campos de Guarapuava.

A região já era conhecida desde o final do século XVI, a partir das expedições sertanistas que atravessaram os “sertões do Tibagi”. Os sertões de Tibagi estavam localizados entre os Rios Tibagi, Ivaí, Iguaçu e Paraná, como é identificado no mapa a seguir:

⁶⁰ PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 15.

⁶¹ BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação da terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012, p. 15.



Figura 8: Mapa produzido por Manuel Angelo Ferreira de Aguiar, em 1775, mostrando a região dos Sertões de Tibagi e os Campos de Guarapuava. Nesse mapa, o Rio Tibagi mantém atualmente a nomenclatura, o Ubatuba corresponde ao atual Ivaí e o Rio do Registro corresponde ao atual Iguaçu.

A ocupação destes campos fazia parte do interesse português em assegurar o domínio do território, que havia passado para sua jurisdição após o Tratado de Madri de 1750, além de controlar novas fontes minerais para aumentar o tesouro real, aumentando também sua influência na chamada “frente pastoril”.⁶³ Essa estratégia de organização produtiva fez parte de um conjunto de políticas idealizadas pelo Marquês de Pombal para defender os territórios portugueses na América das incursões de demarcação no auge das disputas provocadas pela Guerra dos Sete Anos. O sucesso das expedições dependia diretamente do controle e da conversão das populações indígenas da região como requisito para o *uti possidetis*.⁶⁴

Além desse motivo, havia a intenção da conquista dos Campos de Guarapuava por estarem localizados numa região que poderia se conectar com os caminhos das tropas e os campos de gado das regiões missioneiras, ou seja, ligar São Paulo aos campos do Rio Grande do Sul.⁶⁵ O Caminho das Tropas era constantemente atacado por indígenas, por isso era considerado perigoso pelos seus utilizadores no século XVIII. Para manter o funcionamento das vias coloniais e de todas as estruturas econômicas que nelas existam e eram usadas para consolidar o domínio português, os portugueses consideravam estabelecer novas variantes de rotas, que poderiam ter seus trajetos definidos nos Campos de Guarapuava e nos Campos de Palmas.⁶⁶ Sobre esse projeto, Almir Antonio Souza e Jailson Teixeira Lino afirmam que:

Os Campos de Guarapuava representavam o oeste a ser conquistado a partir desses caminhos, e ao sul deles estavam os Campos de Palmas e a possibilidade de se abrir novos caminhos que diminuíssem a distância e facilitassem o percurso para as regiões missioneiras. A população indígena que habitava esses lugares e exercia o domínio sobre os campos, viu seus territórios invadidos pelas tropas joaninas e restaram a esses povos os aldeamentos como uma opção de sobrevivência do grupo étnico.⁶⁷

⁶³ BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação da terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012, p. 14-15. Darcy Ribeiro define a Frente Pastoril como ocupações que definiram as rotas permanentes do gado entre a região meridional do Brasil e a região das Minas Gerais, caracterizando – se principalmente por fazendas de “invernada” que se instalaram em regiões de campos naturais. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. (5a ed.). Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶⁴ PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 10.

⁶⁵ SOUZA, Almir Antonio de. LINO, Jailson Teixeira. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de Atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos -Campos de Guarapuava (1810-1825). **História (São Paulo)**, v.40, e2021016, 2021, p. 2

⁶⁶ Ibidem, p. 2.

⁶⁷ Ibidem, p. 3.

As expedições organizadas com os fins de conquista recebiam a incumbência de combater os indígenas resistentes e catequizar os indígenas que se submetessem à autoridade, pois a presença indígena poderia ser utilizada como presença de povoamento. Uma recomendação do Marquês de Pombal também determinava que os indígenas fossem utilizados para este fim, pois ele sabia que não podia contar com a população portuguesa para ocupar aquelas áreas, consideradas inóspitas, como afirma Nicolau Sevcenko:

O objetivo fundamental era que os índios fossem protegidos e recebessem toda a assistência necessária das autoridades coloniais, a fim de que povoassem as terras devolutas, promovendo o seu desenvolvimento agrícola e assim atraindo seus co-irmãos das áreas espanholas.⁶⁸

Para tanto, foram criados alguns aldeamentos na região no início da invasão, sendo o do Atalaia o mais importante, sobre o qual retomaremos adiante.

As primeiras expedições de reconhecimento da região iniciaram seus trabalhos em meados do século XVIII. O governador da província de São Paulo, Morgado de Matheus, deu as ordens para que expedições pudessem desbravar os ‘Sertões de Tibagi’, área que compreendia até então os Campos Gerais e os Campos de Guarapuava, a partir de 1765, ano de sua chegada ao poder.⁶⁹ O encarregado pelas primeiras expedições à região foi seu sobrinho, o Tenente Coronel Afonso Botelho, entre os anos de 1768 e 1774. Depois de várias tentativas, em 1770, uma sexta expedição conseguiu alcançar os Campos de Guarapuava e fazer contato com os indígenas da região.

O primeiro contato aparentemente não estava cercado de hostilidade mas o grupo de Afonso Botelho sofreu uma emboscada dos indígenas e teve diversas baixas, o que os obrigou a recuarem e saírem dos Campos de Guarapuava pela falta de recursos para uma eventual batalha.⁷⁰ Embora o resultado dessa expedição não tenha sido satisfatório por conta do conflito, o resultado considerado positivo pelos portugueses foi que, com a chegada na região, não foram verificados postos ou fortes militares espanhóis.⁷¹ Mesmo com as perdas ocorridas, foram feitas

⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. **O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino**. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes et al. **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: PNP Paribas, 2003, p.21.

⁶⁹ PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 23.

⁷⁰ Ibidem, p. 26.

⁷¹ WARCHOWCZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7ª edição – Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1995, 276 p.

outras incursões até o ano de 1774, mas com um poderio de combate diminuto comparado ao contingente indígena. Após essas incursões, não houve grandes movimentos na região pelos quarenta anos seguintes.

Os Campos de Guarapuava, oficialmente, só seriam desbravados a partir de 1808, com a vinda da Família Real ao Brasil e a construção de expedições reais aos sertões do Brasil. Em 1808, Dom João elabora a “*Carta Régia de 13 de maio de 1808 - Manda fazer guerra aos indios Botocudos*”⁷². O conteúdo desta carta traz ordens, embora direcionada a Capitania de Minas Gerais, que deveriam ser seguida em todo e qualquer processo de expansão da colonização.

Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, do meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes. Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me as graves queixas da Capitania de Minas Geraes têm subido á minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os indios Botocudos, antropophagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce e rios que no mesmo desaguardam e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquellas visinhanças e tem até forçado muitos proprietarios a abandonal-as com grave prejuizo seu e da minha Real Coroa, mas passam a praticar as mais horriveis e atrozes scenas da mais barbara antropophagia, ora assassinando os Portuguezes e os Indios mansos por meio de feridas, de que servem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos; tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldear-se e a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas Leis que regem os meus povos; e até havendo-se demonstrado, quão pouco util era o systema de guerra defensivo que contra elles tenho mandado seguir, visto que os pontos de defeza em uma tão grande e extensa linha não podiam bastar a cobrir o paiz: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos, em primeiro logar: Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada contra estes Indios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como ja o são as immensas variedades de Indios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social.⁷³

⁷² Coleção das leis do Brasil (1891). **Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional**, p.37, vol. 1. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acesso em 15 jul. 2022.

⁷³ Ibidem, p. 37.

Esta carta estabelece o recurso da “guerra justa” contra todos os indígenas (na carta, referidos como “botocudos”) que apresentassem resistência ao processo de colonização, que não aceitassem o aldeamento, que não negassem suas crenças consideradas inumanas e que não aceitassem tornar-se “vassalos úteis”. Essa postura norteou os processos de colonização num primeiro momento.

No ano seguinte, em 1809, Dom João elabora a “*Carta Régia – de 1º de Abril de 1809 – Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território*”⁷⁴ no qual ordena, especificamente, que se povoassem os Campos de Guarapuava:

Sendo muito útil a comunicação das Capitanias de S. Paulo e Rio Grande pelos campos que vertem para o Uruguay, e passam perto do Paiz das Missões; ordenovos que vos entendais com o governador do Rio Grande, como também lhe mando directamente significar, para que ambas as capitanias nos seus respectivos territórios e dentro dos limites do Rio das Pelotas, ou pelo alto da serra como dantes era, concorram com os meios necessários para fazer esta estrada quanto antes transitável, de maneira que se consiga assim uma mais fácil comunicação das duas Capitanias, e por este meio com esta Capitania que assim communicara com ambas mais facilmente.⁷⁵

Este trecho da carta revela intenção de não só ocupar o território contra uma possível invasão espanhola, mas também o desejo já citado de abrir caminhos alternativos entre o Rio Grande de São Pedro e São Paulo, para ser uma alternativa ao Caminhos das Tropas. Em oposição a carta régia de 13 de maio de 1808, na qual se ordena a guerra justa contra os indígenas, este documento apresenta uma mudança de postura e de estratégia no controle das populações indígenas da região:

(...) e portanto considerando que não é conforme aos meus princípios religiosos, e políticos o querer estabelecer a minha autoridade nos Campos de Guarapuava, e território adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os Índios, extirpando suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados e imensos sertões (...) ⁷⁶

⁷⁴ Coleção das leis do Brasil (1891). **Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional**, p.36 a 38. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18321>. Acesso em 03 mai. 2022.

⁷⁵ Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809, **Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional** p. 36, vol. 1. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html. Acesso em: 26 ago. 2022.

⁷⁶ Ibidem, p. 36.

Nesse trecho, Dom João ressalta a recomendação de que não se praticasse a guerra contra indígenas num primeiro momento, contrariando o documento do ano anterior. Essa preocupação deriva, principalmente, da posição estratégica dos Campos de Guarapuava e que, se o indígena fosse aldeado, ele poderia representar a ocupação portuguesa na região, necessária para o requerimento da posse do território. Conforme Francisco Teixeira Júnior afirma, essa preocupação não teve motivação humanitária ou com a preservação dos indígenas, mas sim pela necessidade de garantir o elemento humano nos campos, dada a dificuldade de se estabelecer uma povoação de civis luso-brasileiros, além de militares, na região.⁷⁷

Ainda em 1809, foi criada a Real Expedição dos Campos de Guarapuava, orientada pelos preceitos da carta régia mencionada acima, pelo príncipe regente Dom João VI para a conquista definitiva de Guarapuava. No comando dessa expedição estava Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que era chefe do Regimento de Cavalaria miliciana de Curitiba, e o padre Francisco Chagas, que era capelão militar e faria o trabalho de catequização e evangelização dos indígenas. Essa expedição chegou aos Campos de Guarapuava em 1810 e fez o que as outras expedições não tinham feito anteriormente: por onde passavam, abriam picadas para converter em estradas para a região.⁷⁸ Quando atingiram os Campos de Guarapuava, a expedição escolheu um lugar propício para acampar, lugar que daria origem ao aldeamento de Atalaia, palavra que significa "ponto elevado, de onde se vigia".⁷⁹

O então chamado abarracamento de Atalaia foi dirigido pelo missionário padre Francisco de Chagas e se caracterizou pelo primeiro núcleo português no Campos de Guarapuava. Em 1818, após anos de convivência entre brancos e indígenas, o padre Francisco Chagas insistiu que fosse criada nas redondezas do abarracamento uma freguesia, pois defendia que a convivência dos brancos com os indígenas era prejudicial aos próprios indígenas.⁸⁰ Dessa maneira, foi instaurada a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, a futura cidade de Guarapuava, podendo assim o Atalaia definitivamente se transformar somente em aldeamento e o núcleo urbano-administrativo ser separado das obrigações religiosas.

⁷⁷ JUNIOR, Francisco Ferreira. O degredo interno no Brasil do século XIX e sua utilização na ocupação dos Campos de Guarapuava. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 3 no.1, janeiro-abril 2011, p. 64.

⁷⁸ SOUZA, Almir Antonio de. LINO, Jailson Teixeira. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de Atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos -Campos de Guarapuava (1810-1825). **História (São Paulo)**, v.40, e2021016, 2021, p. 5.

⁷⁹ Ibidem, p. 7.

⁸⁰ DURAT, Cristiano Augusto. Terras de Aldeamentos: Trajetória de atalaia e sepultura no Campos de Guarapuava. **Revista Semina** V9 - n 1 – 2010, publ. no 1º sem. 2011, p. 6.

A trajetória de Atalaia e da Freguesia foram diferentes. Atalaia sofreu com diversos ataques de indígenas hostis ao longo do primeiro quartel do século XIX, enquanto a Freguesia conseguiu se defender e ser o embrião da cidade de Guarapuava. A ocupação da área foi de vital importância para o estabelecimento da fronteira sul da capitania de São Paulo, como Franco Netto afirma:

Guarapuava é uma dessas áreas que, no início do século XIX, teve importante papel face ao interesse do Governo Imperial em defender seu território de possíveis investidas dos espanhóis e em expandir as fronteiras agrárias. Por isto, o processo migratório para a formação de seu povoamento foi fundamental para essa localidade. As características básicas de sua população estavam relacionadas com o tripé grande propriedade de terra, mas não devemos esquecer que havia as pequenas propriedades também, o senhor e o escravo, e, por um determinado tempo, a participação da população indígena local, que não conhecemos tanto quanto seria desejável.⁸¹

Com a consolidação do povoamento de Guarapuava, o governo português começou a olhar mais adiante, na direção sul, de onde vinham as notícias que mais campos verdes e potencialmente produtivos deveriam ser ocupados: os Campos de Palmas, assunto do próximo item.

2.2 A ocupação dos Campos de Palmas.

A partir da ocupação dos Campos de Guarapuava e com a fundação da Freguesia que seria a futura cidade de Guarapuava, a frente portuguesa de expansão procurou garantir a colonização de territórios localizados ao sul, conhecidos como Campos de Palmas. Estes Campos compreendiam uma área de aproximadamente 30621 quilômetros quadrados e eram delimitados pelos rios Peperi–Guaçu, Santo Antônio, Chopim e Chapecó, além do Rio Iguaçu ao norte, no atual território do sudoeste paranaense e oeste catarinense.⁸² A área também já era conhecida desde as expedições sertanistas do século XVII.

⁸¹ FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX. Guarapuava:** Unicentro, 2007, pág. 35.

⁸²FERRARI, Maristela. Conflitos Políticos na definição dos limites entre o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005, p. 4959.



Figura 10: Mapa esboçando o território do Campos de Palmas, elaborado por Tito Alves de Brito em 1843.

Fonte: PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 121.

Os Campos de Palmas, assim como os Campos de Guarapuava, além de serem abundantes em recursos naturais, também representavam possibilidades na abertura de novos caminhos para o sul, alternativos ao Caminho das Tropas.⁸³ Essas vias de comunicação terrestre foram expandidas no século XIX, muito por conta do avanço da frente agropastoril e, a partir das vilas de Palmeira e de Guarapuava, as expedições de reconhecimento partiam para os territórios a serem usados para sua construção. Em 1836, o governo paulista designou as primeiras duas incursões/expedições para demarcar o território de Palmas, sendo uma liderada por José Ferreira dos Santos e a outra por Pedro de Siqueira Cortês. A expedição comandada

⁸³ SOUZA, Almir Antonio. BERNARSKI, Joice. O capitão comandante dos índios – Vitorino Condá, nos Campos de Palmas, no Iranin e no Chapeco: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 28, n. 42, 2015, p. 98.

por Santos chegou ao Rio Iguaçu e a de Pedro Cortês atravessou-o e chegou até os Campos de Palmas, dando início à ocupação de fazendeiros paulistas que fundaram oficialmente a primeira vila.⁸⁴ Nos anos seguintes, com a criação das Companhias de Guarda Municipais Permanentes pela província de São Paulo, outras expedições foram responsáveis por demarcar novas fazendas na região e as proteger das ações dos indígenas.

Além de todas as possibilidades ligadas à pecuária bovina e à construção de estradas, os Campos de Palmas interessavam também pelas florestas e faxinais que ali haviam e por recursos que podiam ser explorados para comercialização, inclusive no mercado externo: a erva-mate e o pinheiro-araucária.⁸⁵ Nesse contexto, os Campos de Palmas passaram a ser considerados de vital importância tanto para São Paulo, quanto para o Império Brasileiro, mas também para a Argentina, que cobiçava o território pelo seu potencial natural; assim, sua ocupação se tornou cada vez mais estratégica:

A existência dos campos de Palmas, dentro do território pretendido pela Argentina, assustava o governo brasileiro. Uma região de campos era muito fácil de ocupar. Desenvolveu-se então entre as autoridades imperiais brasileiras a noção de que seria de urgência ocupar os campos de Palmas antes que os argentinos o fizessem. Quem ocupasse os territórios em disputa, isto é, o lado que tivesse o *uti possidetis*, ganharia a questão e anexaria o território

A questão tomou fôlego diferente com a Emancipação da província do Paraná, em 1853, quando a disputa passou a ser entre países, províncias imperiais e futuros Estados, como trataremos a seguir.

2.3 A Emancipação do Paraná e o domínio dos territórios paranaenses no século XIX

A legislação sobre terras o território do atual Paraná ganhou um novo capítulo no século XIX, quando se iniciaram as discussões sobre o processo de uma emancipação política da 5ª comarca em relação a província de São Paulo. A partir da consolidação do processo de emancipação, a província do Paraná buscava firmar suas fronteiras com a província de Santa

⁸⁴ FILHO, Alcides Goularti. Estrada de Campos Novos e de Palmas: dois caminhos no meio de uma disputa territorial. **ESTUDIOS HISTÓRICOS** – CDHRPyB - Año XI - Julio - 2019 - Nº 21 – ISSN: 1688-5317. Uruguay. p. 2.

⁸⁵ RIBEIRO, Antonio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas. **Boletim de Geografia** – UEM – ano 07, nº 1, setembro, 1989, p. 26.

Catarina de maneira efetiva. Antes de abordarmos a questão fronteiriça, faremos um breve apanhado sobre o processo de emancipação da província.

Desde o século XVII, com a exploração do ouro, vilas foram fundadas na região do litoral, sendo a primeira elevada a cidade, a de Paranaguá. Com o sucesso da mineração na região, Paranaguá foi elevada a capitania e nesse contexto, ocorreu a fundação de Curitiba. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, foi criada a capitania de São Paulo e Paranaguá, embora próxima, mas sem uma administração direta, foi elevada a 5ª comarca da capitania de São Paulo, título que preservaria o ano de 1853.⁸⁶

Segundo Angelo Priori, os reivindicadores da emancipação utilizavam os discursos dos problemas estruturais da comarca de Paranaguá sob administração paulista para uma defesa do processo de emancipação:

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo.⁸⁷

De acordo com Priori, essas falhas na administração formaram uma junção de fatores que cada vez mais serviam para defender um processo de emancipação. Com a vinda da Família Real, em 1808, intensificaram-se as discussões sobre a emancipação, mas as autoridades paulistas opositoras não acreditavam que a nova província tinha condição de sobreviver sem o auxílio e a proteção de São Paulo. Em 1812, o Príncipe Dom João transferiu a capital da 5ª comarca de Paranaguá para Curitiba.

⁸⁶ PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 15.

⁸⁷ Ibidem, p. 16.

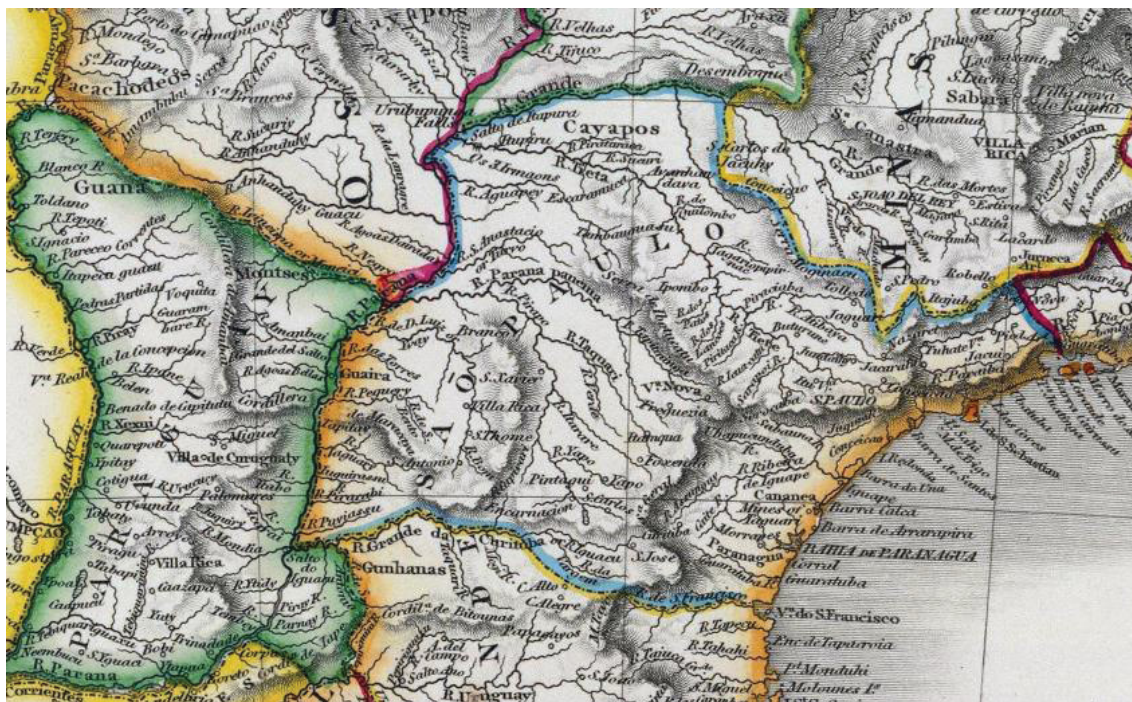


Figura 11: Detalhe do *Mapa do Brazil e Paraguay* produzido pelo britânico Sidney Hall, em 1828. Este mapa mostra a província de São Paulo e sua divisão ao sul limitadas pelo “Rio Grande de Curitiba”, nome dado ao Rio Iguaçu à época.

Fonte: <https://www.historia-brasil.com/mapas/brazil-1828.htm>. Acesso em 29 ago. 2022.

Embora tendo seus pedidos negados de forma recorrente, as exigências de emancipação política foram tomando força a cada vez que a economia da comarca dinamizava e se estabelecia como própria. No decorrer da primeira metade do século XIX, a economia da 5ª comarca passou a crescer a partir do processo de decadência da economia pecuarista da província do Rio Grande do Sul e pela valorização das exportações de erva-mate e madeira, que eram abundantes nos campos do atual território paranaense.⁸⁸ Esse processo possibilitou que as reivindicações de emancipação obtivessem uma aceitação maior por virtude da estruturação econômica.

Havia, além das motivações próprias, questões de interesse nacional para defender a emancipação. De acordo com Francimar Petrolí, as elites da 5ª comarca conseguiram apoio para emancipação não só através de suas próprias reivindicações de autonomia política, mas também porque a emancipação da província respondia a interesses do governo monárquico em relação ao que considerava que fossem os “interesses nacionais” relacionados à integridade territorial:

⁸⁸ PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 17.

Além das argumentações dos curitibanos, é preciso também considerar a posição do governo central em relação ao assunto “província do Paraná”. De fato, o Poder Executivo procurou destacar a relevância política dos “interesses nacionais” acerca da criação de uma nova unidade administrativa. Os interesses nacionais, verdade seja dita, estavam fundamentados nas preocupações com a integridade territorial e política, nas questões sobre população e recursos financeiros, além da necessidade do domínio estatal a respeito de espaços fronteiriços que eram considerados estratégicos. É importante que se diga, nesse contexto, que os interesses nacionais que ora pontuamos estiveram presentes nas argumentações não apenas no Executivo, mas também no espaço do Legislativo.⁸⁹

De acordo com Maria Cristina Ferreira dos Santos, os interesses nacionais, que sobrepujavam as preocupações paulistas com a perda de receita com tarifas alfandegárias e o controle do porto de Paranaguá, estavam ligados diretamente ao receio de ocupações paraguaias e argentinas no território brasileiro.⁹⁰ A nova província significava a possibilidade de consolidar os domínios imperiais ao sul do Brasil, com a fundação de povoados e o estabelecimento de instituições administrativas e políticas, já que o governo imperial não tinha subsídios para controlar de maneira centralizada estes aspectos importantes da consolidação territorial.⁹¹

As rebeliões regenciais no Império ocorridas entre 1831 e 1840 exerceram influência para acelerar o processo de emancipação. O principal movimento que exerceu essa influência na comarca foi a Revolução Farroupilha (1835-1845), ocorrida principalmente pelo descaso do governo imperial brasileiro com as economias do charque rio-grandense. O governo Imperial preocupou-se em estabelecer barreira física entre os farroupilhas do Rio Grande do Sul e os liberais de São Paulo.⁹² O governo provincial de São Paulo, aliado ao Império e com o mesmo receio da união já referida, confiou à comarca de Curitiba o apoio para com o governo central, que foi trocado por uma promessa de emancipação.⁹³ O Barão de Monte Alegre, presidente de São Paulo, garantiu a elevação à província, expressando o temor de uma união com os riograndenses:

⁸⁹ PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 132.

⁹⁰ SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento. **Revista eletrônica de críticas e teoria de literaturas**, vol. 6, n. 1, Porto Alegre, 2010, p. 2.

⁹¹ PETROLI, Francimar I. da S. Op. Cit., p. 133.

⁹² SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Op. Cit., p. 2.

⁹³ PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 18.

(...) no perigo que há de, por mais tempo continuar a desatender a essas representações [que pediam a emancipação da 5ª Comarca]; nos perpétuos receios que tem o governo a cada pequena comoção que aparece no Império, de que a comarca se agite e acompanhe o movimento, por desgostos de não merecerem atenção dos seus votos a tão longo tempo manifestados; nas proporções, enfim, que este estado de coisas oferece a todo revolucionário ou demagogo para envolver em seus planos de desorganização um país muitíssimo interessante em todos os tempos, que atualmente ainda o é, muito mais pela proximidade em que fica da província do Rio Grande do Sul.⁹⁴

Esse trecho do ofício, enviado aos ministros do Império em 1842, demonstra a vontade já referida de criar uma barreira entre liberais paulistas e riograndenses, inclusive defendendo que a comarca de Curitiba já possuía condições materiais e financeiras de ser emancipada de São Paulo, além de que seu território já era considerado distante do centro da administração paulista e necessitava de uma administração mais próxima.⁹⁵

Embora a emancipação fosse um assunto com adesão da classe política local, a medida deveria ser discutida pelos parlamentares do Império que, no início por muitas vezes, negavam ou minimizavam a importância do assunto. A partir de 1850, a emancipação da província passou a ser preocupação do Império no processo de consolidação das fronteiras nacionais. Essa preocupação motivou a criação da província do Amazonas, em 1850, mas o processo da comarca de Curitiba não foi imediato, sendo ainda transformada de 5ª comarca para 10ª, numa tentativa paulista de desmobilizar o movimento.⁹⁶ As províncias de Minas Gerais e da Bahia passaram a apoiar Curitiba, com intenção de diminuir o poder político de São Paulo no Império. Em 29 de agosto de 1853, sob a sanção da Lei nº 704 do Império de Dom Pedro II, foi criada a província do Paraná:

Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Art. 2º - A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a assembléia respectiva não Decretar o contrário.

⁹⁴ Ofício do barão de Monte Alegre a Cândido José de Araújo Viana, ministro do Império, 30 jul. 1842. BELOTO, Divonzir. **A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora**. Dissertação (Mestrado em História) – PUC. São Paulo, 1990, p. 65.

⁹⁵ GREGÓRIO, Vitor Matos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843. **Revista Brasileira de História**, vol. 35, no 69, 2015, p. 322.

⁹⁶ Ibidem, p. 18.

Art. 3º - A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará 20 membros.

Art. 4º - O Governo fica autorizado para criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para definitiva aprovação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império.⁹⁷

Dessa maneira, estava criada a província do Paraná, com capital em Curitiba. O primeiro presidente foi Zacarias de Góes e Vasconcellos, que instalou em 19 de dezembro de 1853 o governo em Curitiba. A partir dessa nova fase política, Zacarias teria de iniciar um governo que defendesse o pleito paranaense das ameaças sob suas fronteiras e garantisse, pelo povoamento e o avanço da atividade agrícola, o domínio dos territorial.

Para compreendermos os dispositivos que a província do Paraná utilizou para assegurar o domínio de seus territórios, devemos recorrer a uma breve descrição do sistema de regulamentação de terras utilizado pelo governo português na América e o brasileiro no Império. O sistema de distribuição na América portuguesa era o sistema de concessão de sesmarias. Esse sistema baseava-se na doação de terras da Coroa/Estado para particulares que se comprometiam com o cultivo para adquirir os direitos de domínio das terras, sendo chamados, após a doação, de sesmeiros.⁹⁸ Essa transferência de terras públicas poderia ser anulada caso o sesmeiro afirmasse, sob diversas circunstâncias, que havia algo dentro dos domínios em desacordo na legislação. Estas terras seriam devolvidas ao poder público nacional, estadual ou provincial, passando a serem chamadas de terras devolutas, termo que José Luiz Cavalcante define:

No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa. Com tempo, esse termo passou a ter o significado de vago.”⁹⁹

⁹⁷ CAMARGO, João Borba. **História do Paraná: 1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004, p. 160.

⁹⁸ CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 22 jul. 2020, p. 2.

⁹⁹ CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 22 jul. 2020, p. 4 – 5.

As terras que eventualmente retornassem para os domínios do poder público como devolutas eram consideradas pelo governo central, na grande maioria das vezes, não ocupadas.¹⁰⁰ O não cumprimento do acordo entre sesmeiros e Estado, causa principal do surgimento das terras devolutas, abriu precedentes para que pequenas populações ocupassem estas terras sem domínio fundiário, estabelecendo o cultivo de subsistência, mesmo não tendo diretos assegurados pelas doações formais das sesmarias. Essas populações estabelecidas passaram a ser conhecidas como posseiros.¹⁰¹

Essa regulamentação foi utilizada até o ano de 1822, quando o Império Brasileiro suspendeu a concessão de sesmarias. Em 1850, o governo Imperial promulgou a Lei 603, a Lei de Terras. Esse dispositivo substituiu o antigo sistema de doação de sesmarias, pelo sistema de compra da terra e do subsequente título de propriedade, como destaca Paulo Pinheiro Machado:

Do ponto de vista legal, até 1822 o domínio do solo era conferido pelo título de sesmaria, concedido pela Coroa e pelos governadores das províncias. Entre 1822 e 1850 há um vácuo legislativo que só começará a ser regulamentado a partir da Lei de Terras de 1850, que previa a separação das terras públicas e particulares e estabelecia que o único título de propriedade que valeria a partir de então seria através da compra da terra.¹⁰²

Com essa nova legislação, a posse da terra só seria efetivada mediante a um processo de compra, possibilidade que, por conta do alto valor de venda das terras, só colocou os títulos de posse ao alcance financeiro de grandes latifundiários, deixando as ocupações posseiras em situação de ilegalidade. Em 1854, o governo Imperial estabeleceu um prazo para a legalização das propriedades, o que acelerou o processo de ocupação das terras e colocou as ocupações posseiras em litígio. Sobre esta atualização, Paulo Pinheiro Machado faz considerações sobre as consequências:

Muitas pessoas que dispunham de uma posição privilegiada nos diversos escalões do Estado, principalmente tabeliães, agrimensores, advogados e os próprios grandes fazendeiros, passaram a legitimar como suas regiões que pouco ou nada conheciam, mas que por sua situação geográfica, seriam terras

¹⁰⁰ PODELESKI, Onete da Silva. Lei De Terras de 1850. *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC – Brasil, ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009, p. 48.

¹⁰¹ CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 22 jul. 2020, p. 2.

¹⁰² MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916*. / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 60.

valorizadas rapidamente, independentemente de quem as de fato habitavam e cultivavam.¹⁰³

Como essa lei era de caráter nacional, a província do Paraná incorporou esse sistema. Esse dispositivo de legalização das terras passou a ser utilizado como sustentáculo da colonização das terras na província. Segundo Elpídio Serra, com a Lei de Terras e a possibilidade de distribuir propriedades a grandes fazendeiros, o Paraná pode dar destino à sua grande quantidade de terras consideradas devolutas e, da mesma maneira, pode garantir o domínio territorial da sua área considerada improdutiva, pois anteriormente a esta lei a província só poderia usar a disponibilidade de recursos naturais do território como justificativa para as expedições de dominação territorial.¹⁰⁴ Além disso, na esfera administrativa, o Paraná pode estimular a ocupação do território com a produção agrícola, atraindo como mão-de-obra o imigrante europeu. Sergio Nadalin afirma que, relacionando o processo de ocupação territorial com a ocupação demográfica, o Paraná pode garantir seu espaço político no cenário nacional e fortalecer suas reivindicações nas disputas fronteiriças com outras províncias.¹⁰⁵

Além do meio jurídico de acesso à terra que a Lei de Terras representava, os sistemas ilegais de posse e de grilagem¹⁰⁶ persistiriam nas terras de domínios públicos, inclusive operadas pelos grandes fazendeiros.¹⁰⁷ A grilagem, muito mais recorrente no Paraná, influenciaria na decisão de pequenos posseiros que, originários do Paraná, adentravam e se estabeleciam no planalto catarinense, impactando diretamente na disputa entre Paraná e Santa Catarina, questão que será abordada neste trabalho mais adiante.

Este sistema multiplicou rapidamente as propriedades nas regiões do Paraná e Santa Catarina por alguns motivos. As terras dos planaltos catarinense e paranaense que apresentavam melhores condições para a pecuária extensiva e que também possuíam recursos minerais abundantes foram adquiridas, pela compra, pelos grandes fazendeiros da região. Por sua vez,

¹⁰³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 60.

¹⁰⁴ SERRA, Elpídio. **Conflitos Rurais no Paraná: como foi que tudo começou.** Bol. geogr., Maringá, v. 28, n. 1, 2010, p. 78.

¹⁰⁵ NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba, SAMP, 2017, p. 74.

¹⁰⁶ De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, grilagem é definida como a apropriação ilegal da propriedade privada da terra, com apropriações de grandes extensões de terras para si, sem comprá-las no mercado capitalista. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista. Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

¹⁰⁷ SERRA, Elpídio. Op. Cit., p. 75.

as regiões de mata fechada, de pouca disponibilidade mineral e os faxinais¹⁰⁸ foram ocupadas pelos posseiros que viviam na região, mesmo na ilegalidade. Os posseiros trabalhavam nestas regiões derrubando a mata e limpando os campos para estabelecer suas pequenas lavouras de subsistência.¹⁰⁹ Mesmo com as melhores terras tendo sido concentradas nas mãos da elite regional, vários fazendeiros também se apropriavam de faxinais, pois o gado procurava pastagem nestas regiões no auge do inverno e nas queimadas das geadas.¹¹⁰ Havia também na região, uma grande quantidade de ervais nativos que, com a possibilidade de sustento, atraíram várias das famílias posseiras.¹¹¹

Dentro do contexto da formação dessas propriedades, as estruturas dos grandes latifúndios foram consolidadas na região. Paulo Pinheiro Machado afirma que vários autores explicaram a presença de latifúndios na região por motivos econômicos, ou seja, a baixa produtividade do solo e a pequena produção bovina ocasionaram o fenômeno que, para ser economicamente viável, deveria ser reproduzido em grandes extensões de terra. Segundo o autor, a estrutura social da região, os Campos que seriam disputados por Santa Catarina e Paraná, nada mais é que a reprodução do padrão senhorial, que via na grande quantidade de terras como um aporte para a concentração de riqueza e uma estratégia adotada para cada vez mais adquirir prestígio político local.¹¹² Grandes latifundiários tornariam-se, com o passar dos anos, os principais representantes da região no plano provincial e nacional, angariando prestígio e legislando sobre a questão políticas e sociais variadas, principalmente na disputa de limites que as províncias travariam tempos depois.

Com a criação da província do Paraná, a regulamentação da Lei de Terras e a multiplicação dos posseiros entre as regiões do planalto paranaense e catarinense, as províncias iriam utilizar a colonização das terras para estabelecerem seus domínios territoriais, em disputa com a Argentina, assunto do próximo item, e entre elas mesmas, assunto abordado adiante no trabalho.

¹⁰⁸Na definição de Paulo Pinheiro Machado “campos “sujeitos”, com muitas árvores e arbustos, onde no verão há alta incidência de carrapatos, berne e outro insetos prejudiciais ao rebanho” MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 61.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 61.

¹¹⁰ Ibidem, p. 61.

¹¹¹ Ibidem, p. 61 – 62.

¹¹² Ibidem, p. 66 - 67.

2.4 A consolidação das fronteiras internacionais: a problemática da Questão de Palmas.

As disputas que envolveram a região do planalto catarinense e do sudoeste do Paraná na chamada Questão de Palmas, denominada de Misiones pelos argentinos, ocorreram durante o século XIX, entre os anos de 1857 e 1895. As negociações mal resolvidas e inconclusivas envolvendo as fronteiras ibéricas que atravessaram o século XVIII ainda se mantinham vivas com a emancipação política do Brasil e da Argentina e, justamente por esse motivo, a região era contestada por ambos os Estados independentes.

Essa disputa entre os dois países possuía relevância por estabelecer condições de domínio da bacia do Prata, região de importância econômica elevada e também pela disputa dos ervais devolutos da região. Esse domínio aumentaria o poder geopolítico da nação que a dominasse.¹¹³

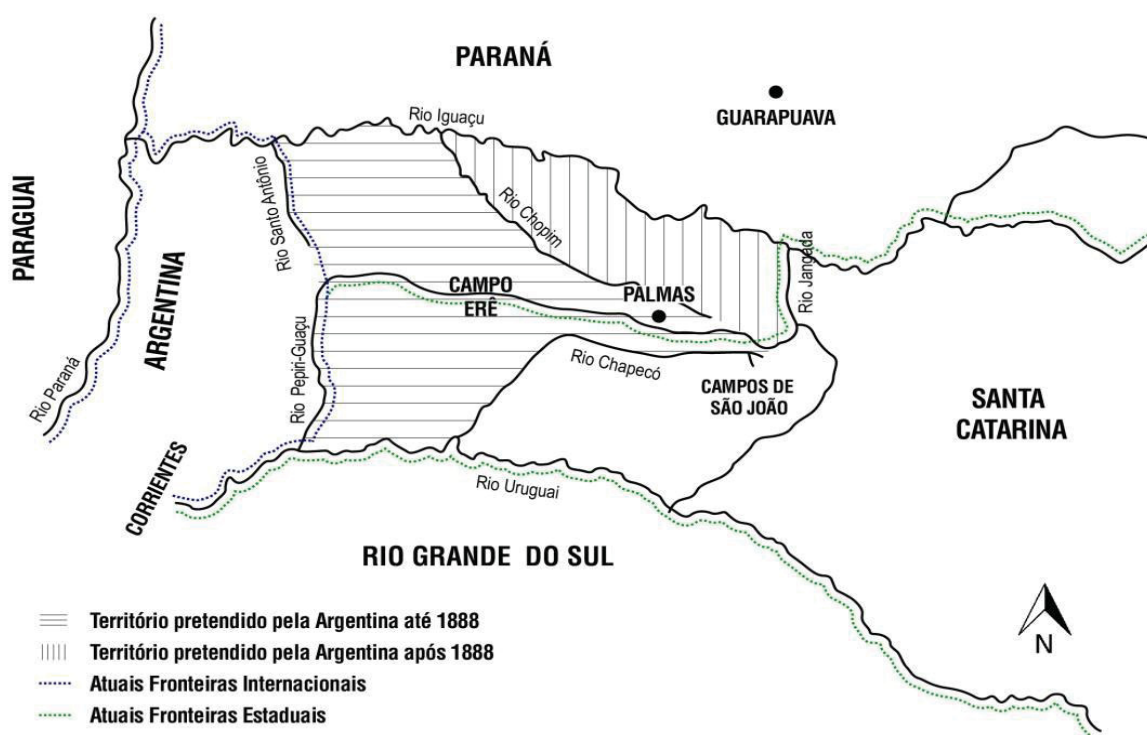


Figura 12: Mapa representando o território de Palmas e os rios considerados nas negociações.

Fonte: BARROS apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 265.

¹¹³MORAES, Cristina de. Análise da (re)organização do espaço na fronteira do oeste catarinense após a resolução da Questão de Palmas. **Cadernos do CEOM – Ano 25**, n. 37 – Fronteiras, p. 91.

As primeiras negociações para a resolução do impasse aconteceram em 1857, quando foi discutido e assinado o primeiro tratado entre Brasil e Argentina, que utilizava para redefinir as fronteiras da região as determinações do Tratado de Madri de 1750:

A linha divisória subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o rio Peperi ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do rio Uruguai e continuará pelo álveo do Peperi acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboca no rio Grande-de-Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Peperi, e depois pelo Iguaçu, ou rio Grande-de-Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe junta o rio Iguareí pela sua margem ocidental¹¹⁴

O tratado de 1857, baseado nas definições do artigo V do Tratado de Madri, não vigorou, pois, as definições fronteiriças não eram claras e precisas, e principalmente pelo desconhecimento geográfico da região na época do Tratado de Madri. Neste caso, não havia uma referência clara se os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (no documento, referido como Ibicuí) seriam mais a oeste ou mais a leste conhecidos com estes nomes, uma indefinição que causou atritos. Durante as novas negociações, tanto as de 1872 quanto as de 1882, a Argentina defendia que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os atuais rios Chapecó e Chopim e até mesmo o rio Jangada, fato que a colocava em indisposição com o Brasil.¹¹⁵ As disputas em torno destas fronteiras naturais baseavam-se na argumentação dos dois Estados sob qual dos rios, historicamente indefinidos juridicamente, a fronteira deveria se estabelecer, seja a região integrando a província Argentina de Misiones ou integrando o oeste catarinense.

Em 1890, foi assinado em Buenos Aires o Tratado de Montevideu. Esse tratado definia que a fronteira na região seria uma linha reta entre as fozes dos rios Chopim e Chapecó. A área do atual oeste catarinense ficaria integrada ao território argentino de Misiones e sua população de brasileiros, que já era estimada em milhares, passaria a ser considerada população argentina. Os brasileiros, em especial militares e vários políticos, opuseram-se ao tratado, já que a perda da área feria princípios de soberania nacional, colocaria em xeque uma área rica em erva-mate

¹¹⁴ Tratado de Madri in: PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o Traçado das Fronteiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Nº 2 –ano VII, abril-junho, Rio de Janeiro 1946.

¹¹⁵ FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (Século XX e XIX)**. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011, p. 100.

e madeira e ainda, arruinaria um corredor estratégico para manter a unidade territorial do sul do Brasil em caso de uma guerra com a Argentina ou em uma separação do Rio Grande do Sul.¹¹⁶ O governo provisório brasileiro tentava aprovar às pressas o tratado pois várias notícias, que se revelaram falsas tempos depois, sustentavam a ideia de que o sul brasileiro estava ameaçado territorialmente, como cita Ferrari:

Portanto, enquanto a opinião pública discutia o Tratado de Montevideu, o governo provisório brasileiro tinha urgência em definir o limite com a Argentina, pois recebera do Visconde de Pelotas, então governador do Rio Grande do Sul, telegrama comunicando que a guarnição do seu Estado pretendia proclamar o Estado independente, separando-o do restante do Brasil, até a promulgação da Constituição Federal.¹¹⁷

Diante das tensões trazidas pelo Tratado de Montevideu, os dois países resolveram levar a questão ao arbítrio¹¹⁸ de um terceiro sujeito, o presidente estadunidense Stephen Grover Cleveland. Os argumentos apresentados pelo representante brasileiro José da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foram de ordem geográfica e territorial, apoiando-se em mapas coloniais que estavam na Europa além do princípio de *uti possidetis*, já que o território era povoado oficialmente por brasileiros desde 1830.¹¹⁹ Entre os argumentos do Barão, a demografia da região é um dos pilares do pleito brasileiro:

Em 31 de dezembro de 1890, data do último recenseamento que se procedeu no Brasil, a população da comarca de Palmas era de 9.601 habitantes, dos quais 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. A parte contestada dessa comarca tinha então 5.793 habitantes, sendo brasileiros 5.763 e estrangeiros 30. Entre esses não havia um só cidadão argentino.¹²⁰

¹¹⁶ FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (Século XX e XIX)**. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011, p. 105

¹¹⁷ Ibidem, p. 105.

¹¹⁸ Em 07 de setembro de 1889, Norberto Quirino Costa e Leonel M. de Alencar firmaram o que se chamou "Tratado de arbitramento entre Brasil e Argentina", onde ficou estabelecido que, em caso de não chegarem a um consenso, um árbitro resolveria a questão." KARPINSKI, Cesar; MATIAUDA, Daniela I. G. Paisagem e fronteira nas questões territoriais entre Argentina e Brasil (1860-1914). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 9, n. 17, p. 72-85, maio/ago. 2017, p. 77 – 78.

¹¹⁹ FERRARI, Maristela. Op. Cit., p. 107-108.

¹²⁰ RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 59.

Com esta constatação sobre a nacionalidade dos ocupantes da área em disputa, o Barão do Rio Branco faz observações quanto ao método que deveria ser utilizado para a definição das fronteiras:

Em 1810 as províncias do vice-reinado do Rio da Prata se separaram da mãe-pátria e se desmembraram. O maior número dentre elas formou, desde 1816, a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, depois Confederação Argentina e ultimamente República Argentina. Em 1821 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves reconheceu a independência da nova República. Em 1822 o Reino do Brasil proclamou a sua independência e ficou sendo, até 1889, o Império Constitucional do Brasil. As duas novas nacionalidades herdaram seguramente, em matéria de limites territoriais, os direitos e obrigações de suas respectivas mães-pátrias, mas o único princípio que vigorava na época da Independência, não havendo então tratado algum de limites, era o do *uti possidetis*, já reconhecido por Portugal e Espanha desde 1750 como a única regra razoável e segura para a determinação das suas fronteiras na América do Sul.¹²¹

Segundo essa argumentação, os países independentes de Argentina e Brasil deveriam utilizar os mesmos métodos coloniais, que vigoravam inclusive na época das independências das nações, para definir as fronteiras em disputa que, no caso apresentado, derivava do uso e ocupação do território que definiu o Tratado de Madri de 1750.

Com base nas documentações apresentadas, o presidente Cleveland, em 1895, se mostrou favorável ao Brasil. A determinação do presidente estadunidense foi:

Agora, portanto, saibam quantos estes vierem que havendo eu, Grover Cleveland, as funções de árbitro nesta causa (...) dou aqui a seguinte decisão e laudo: Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Peperi (também chamado de Peperi Guaçu por estar abaixo do rio maior o Iguaçu) e Santo Antonio, a saber os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima, denominado sistema ocidental¹²²

Assim, encerrava-se a Questão de Palmas. Estava garantida judicialmente ao Brasil, a região e todas as suas riquezas naturais. Além da iminente preocupação econômica, o corredor

¹²¹ RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 67.

¹²² PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Nº 2 - ano VII, abril-junho, Rio de Janeiro 1946, p. 197. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf. Acesso em 02 abr. 2022.

que ligava ao sul do Brasil estava garantido e assim, a unidade nacional dos estados do sul estava ao menos, assegurada. Embora as questões internacionais houvessem sido resolvidas, outra questão ainda mais contundente continuaria: a qual estado da federação este território pertencia? Trataremos sobre esta disputa no próximo item.

2.5 As disputas estaduais pela delimitação de fronteiras: as disputas entre Paraná e Santa Catarina.

Concomitantemente às disputas internacionais envolvidas na Questão de Palmas, na região sul também incidiam indefinições de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, que já disputavam a região desde o século XVIII, disputa essa que teve início com a fundação da vila de Lages.

Devido à fundação da vila de Lages, disputada por São Paulo e Santa Catarina, o Caminho das Tropas gerou a possibilidade de tributar as atividades comerciais que por ele se desenvolviam, favorecendo financeiramente as elites locais.¹²³ Além disso, a vila de Lages, estava localizada em uma região de fácil acesso, sendo alvo constante de invasões e ataques tanto indígenas quanto espanhóis, motivo pelo qual deixou de ser atrelada à capitania de São Paulo e passando a estar sob jurisdição de Santa Catarina. A justificativa era que, pela proximidade geográfica, a jurisdição de Santa Catarina era mais eficaz no auxílio dos constantes ataques que a cidade sofria. Contudo, essa transferência não resolveu as disputas de limites, como aponta Paulo Pinheiro Machado:

A transferência de Lages a Santa Catarina não resolveu os problemas de disputas de limites, estes foram ampliados para o interior do sertão. A indefinição quanto aos limites do território do termo municipal de Lages, a ocupação do Iguaçu e dos Campos de Palmas por paulistas e paranaenses farão com que esta questão seja objeto de polêmica durante todo o séc. XIX. Enquanto Santa Catarina argumentava pelo cumprimento das instruções coloniais, que davam garantia ao domínio sobre todo o território circunscritos nos limites naturais ao sul dos rios Negro e Iguaçu, os paranaenses defendiam sua jurisdição sobre todo o planalto não pertencente a Lages, principalmente aos Campos de Palmas. Os paranaenses defendiam sua jurisdição, baseando – se em outros documentos oficiais, acrescido do argumento do *uti possidetis* –

¹²³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 110.

a ocupação e colonização de fato – que era realizada majoritariamente por criadores e lavradores paulistas e paranaenses.¹²⁴

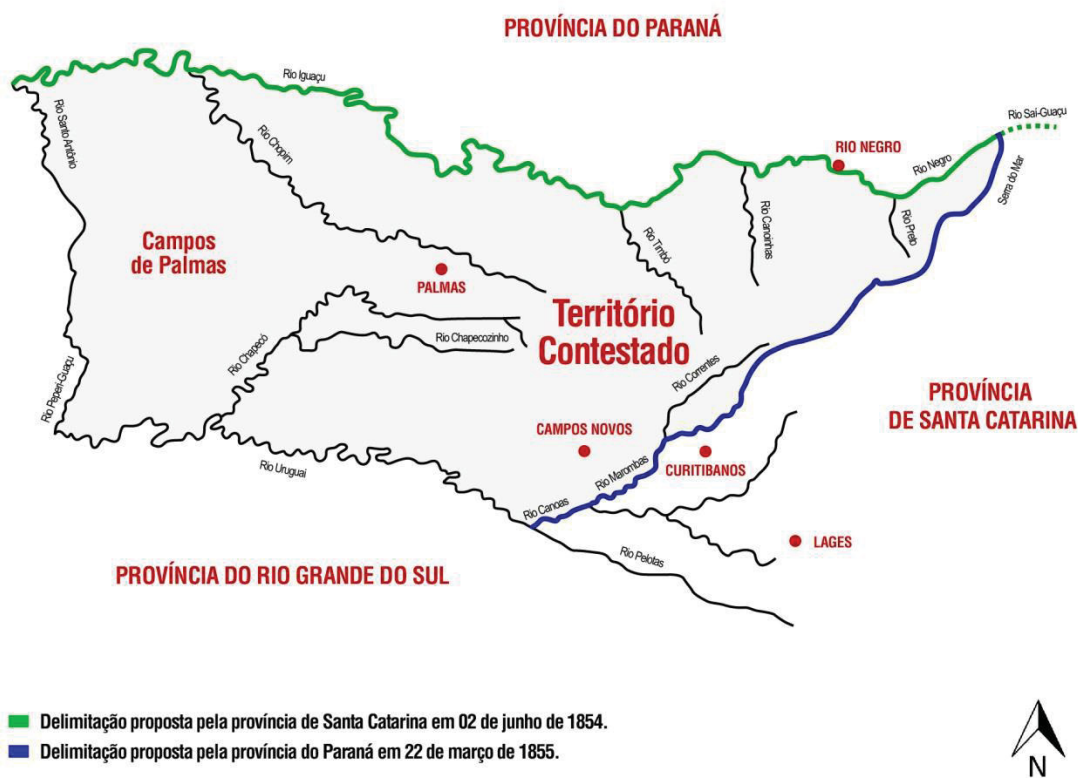


Figura 13: Mapa das propostas de organização fronteiriça de Paraná e Santa Catarina na década de 1850.

Fonte: FLEMING apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 17.

Enquanto ocorria a disputa, a 5ª comarca da província de São Paulo, como vimos, emancipou-se, em 1853, constituindo a província do Paraná. A presença de lavradores e posseiros nessa região era tão antiga quanto qualquer outra e tornou-se mais um ingrediente nas discussões do *uti possidetis*. O conflito envolvia não apenas os governos, mas atingia diretamente a população da região em litígio, da qual faziam parte sitiantes ou posseiros, que também eram afetados e se posicionavam em relação à reivindicação de limites. A defesa da

¹²⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916**. / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p.109 - 110.

propriedade, em oposição às práticas de expulsão e grilagem, ocorridas nas regiões dos grandes coronéis paranaenses, foi o motivo principal do estabelecimento das populações provenientes da fronteira paranaense na região e exerceu influência nas disputas. Paulo Pinheiro Machado faz considerações sobre o perfil político da população da região:

De fato, quase toda a população desta região era proveniente, majoritariamente, do Paraná, principalmente de Palmeira, Lapa e São José dos Pinhais, pertencente a região dos campos gerais, onde havia sofrido todo o tipo de expropriação e grilagem, ou eram descendentes de lavradores que procuravam novas terras. Estes habitantes procuravam as terras devolutas mais distantes com o intuito de levar a vida em paz, com um mínimo de segurança e conforto. Curiosamente, apesar de sua origem paranaense, a maioria dos lavradores sitiantes e posseiros simpatizavam com o pleito catarinenses sobre essa região. Afastar as fronteiras paranaenses significava ganhar distância do poder direto dos Coronéis, já que as atividades de grilagem eram muito mais intensas no Paraná. Portanto, para os sertanejos do planalto norte, a disputa de limites na região não era algo abstrato ou um assunto exclusivo de políticos. A existência desta questão representava uma ameaça real, tanto a sua dignidade pessoal, como à sua condição social de posseiro ou sitiante independente.¹²⁵

A presença destas populações e as suas reivindicações foi importante para as decisões sobre os domínios territoriais. Em 1865, o decreto imperial 3378 definiu as fronteiras das duas províncias:

O Decreto 3378, de 1865, definia a divisa entre as duas províncias pelo Rio Saí – Guaçu, a Serra do Mar e o Rio Marombas até sua foz no Canoas e, deste até o Rio Uruguai. Ficava sob jurisdição catarinense no planalto apenas o município de Lages e um pedaço de seu Distrito de Curitibanos. Os paranaenses teriam o domínio sob toda a região dos Campos de Palmas a oeste e a todas as bacias hidrográficas dos rios Negro e Iguaçu. Além disso, Campos Novos, que já era um Distrito do Município de Lages, ficaria dentro da Jurisdição paranaense.¹²⁶

Esse decreto sofreu forte oposição de deputados catarinenses, que consideraram pouco atrativo a Santa Catarina e muito interessante ao Paraná, que assumia o controle de todo o planalto catarinense. Nos discursos, os deputados argumentavam também que Santa Catarina perderia os postos de fronteiras e o domínio do comércio do gado que era à época um dos sustentáculos da província, além de acarretar litígio desnecessário à região em meio a um

¹²⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 123-124

¹²⁶ Ibidem, p. 110 - 111.

conflito internacional concomitante, a Guerra do Paraguai.¹²⁷ A pressão catarinense foi suficiente para que o decreto fosse anulado e nada foi decidido posteriormente por conta dos desdobramentos da Guerra do Paraguai.

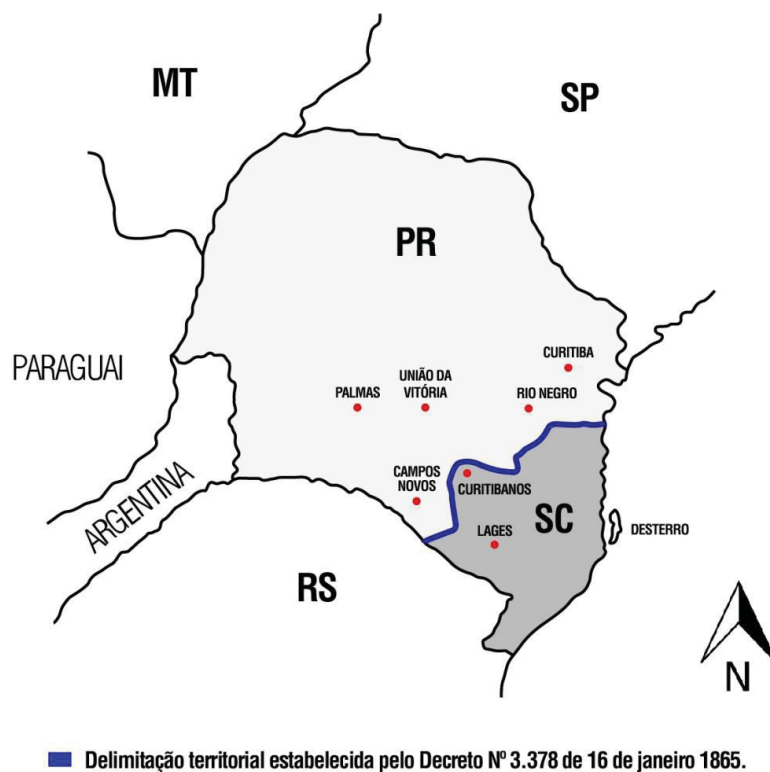


Figura 14: Mapa reproduzindo o Decreto Imperial de 1865.

Fonte: MACHADO apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 187.

Em 1879, um novo decreto imperial delimitou provisoriamente a divisa entre Paraná e Santa Catarina, sendo uma otimização do decreto de 1865. Esse decreto alterou a divisa do rio Marombas e a colocou nos rios do Peixe e Goin-En. O território de Santa Catarina havia

¹²⁷ PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 188.

sido ampliado e isso possibilitou o maior desenvolvimento das cidades de Lages e dos novos municípios de Curitibaanos e Campos Novos.¹²⁸

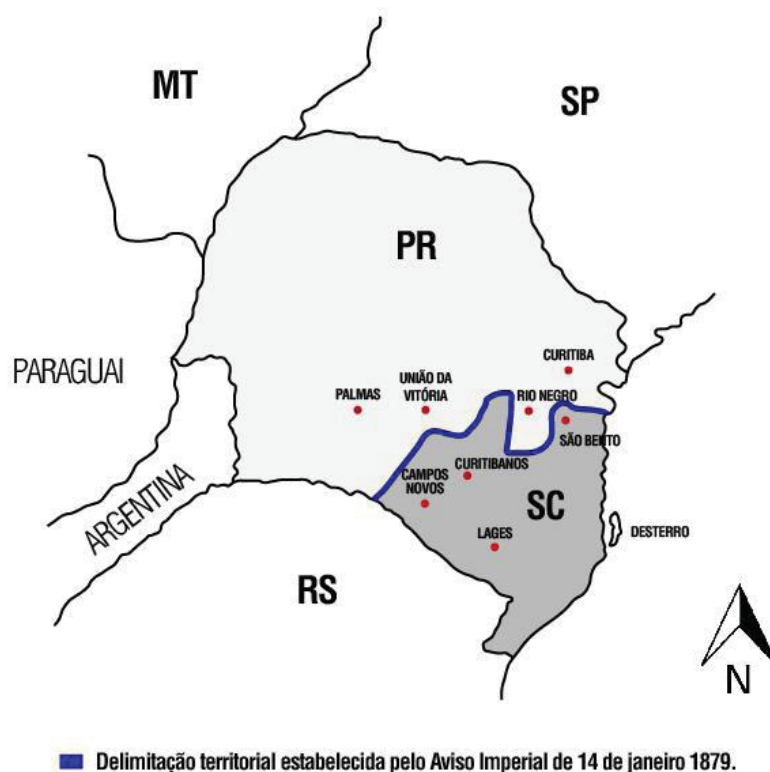


Figura 15: Mapa reproduzindo o Decreto Imperial de 1879.

Fonte: MACHADO apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 187.

Mesmo com as determinações do decreto de 1879, Santa Catarina ainda pressionava o governo imperial para aumentar seus limites, já que estavam interessadas na colonização da região do Rio Negro e também dos Campos de Palmas. A elite de Santa Catarina acreditava que a ocupação provisória do Paraná na região atrapalharia o desenvolvimento de estruturas de ampliação da força política provincial na região que já contava com estruturas econômicas que

¹²⁸ PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 190.

poderiam projetar as elites ao cenário político nacional.¹²⁹ Além disso, vários dos presidentes de província eram parte da Corte nacional, o que favorecia trocas e favores políticos entre poder local e regional que pesavam consideravelmente na defesa da questão dos limites.¹³⁰

No período republicano, a situação se agravou. A região contava com grandes fazendas e estâncias, estruturas econômicas e fundiárias que atraíam as populações de cidades próximas. A comercialização e tributação da erva mate e outros produtos da região acirraram ainda mais a questão dos limites. A economia local em torno do beneficiamento da erva-mate se tornou motivo de disputa entre os Estados, pois as maiores quantidades de ervais devolutos estavam localizadas no planalto norte catarinense, próximo de União da Vitória e Rio Negro. A erva-mate simbolizava o sustento para famílias caboclas, a possibilidade de investimento para as elites locais e arrecadação para as províncias e Estados.¹³¹

Tanto Santa Catarina como Paraná utilizaram dispositivos variados para que os territórios em disputa fossem concedidos as suas jurisdições. De maneira a elaborar um conjunto de documentações para serem apresentadas junto das petições ao STF, Santa Catarina atribuiu a função ao conselheiro Manoel da Silva Mafra que ficou encarregado de redigir o documento que defenderia o pleito catarinense, *A Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a Questão de Limites com o Estado do Paraná*¹³², publicado em 1899. Na introdução deste documento, Mafra já destaca o método empregado para a requisição dos domínios:

A historia e o direito patrios são accorcles em demonstrar que os limites do Estado de Santa Catharina são: Ao norte, o Estado do Paraná, pelos rios SahyGuassú, NeCTro e Iguassú; ao sul, o Estado do Rio Grande, pelos rios Mampituba, Pelotas e Uruguay; â leste, o Oceano; ao oeste, a Confederação Argentina, pelos rios Santo Antonio e Pepery-Guassú. Eram esses os limites entre as provincias de Santa Catarina e de S. Paulo, quando em 1824 foi promulgada a carta constitucional do Imperio, a qual os garantiu no art. 2 0 assim: O seu territorio (o do Imperio) é dividido em provincias, *Ila fôrma em q'lle actualmente se acha*; as quaes poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado, Sendo expresso na lei n. 704 de 29 de agosto de 1853 que o

¹²⁹ PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 191.

¹³⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916**. / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 111.

¹³¹ Ibidem, p. 120.

¹³² MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, 716 p.

territorio elevado á provincia do Paraná é o da *comarca* de Coritiba, *na provincia de S. Paulo*, é visto que o Poder Legislativo não deu a nova *provincia* sinão o *territorio da comarca de Coritiba*, comprehendido nos limites leaes da provincia de S. Paulo, isto é, naquelles limites, que encontrou e *garantiu* a carta constitucional de 1824. Assim, o julgamento do litigio entre os dous Estados depende da prova, que um e outro produzirem, dos limites meridionais da comarca de Coritiba, ao ser elevada, em 1853, á cáthegoria der provincia. Para a completa demonstração destas theses é indispensável trazer de bem longe os factos historicos, e os seus corollarios juridicos. A questão de limites entre os dous Estados é principalmente de historia; e para affirmar a verdade historica força é consultar o direito, as memorias e os escriptos dos tempos da infancia do Paiz.¹³³

Conselheiro Mafra procurou estabelecer relação do domínio territorial com a ocupação histórica do país, defendendo que os territórios de Paraná e Santa Catarina deveriam permanecer nas divisões propostas pela Constituição do Império, em 1824, que por sua vez, segundo Mafra, se baseava no histórico das Capitânicas. Atribuiu também como elemento importante na disputa que, tanto Paraná quanto Santa Catarina, produzissem documentações relevantes para que o arbítrio fosse considerado legítimo, baseando-se na “verdade histórica” que o autor propõe.

No Paraná, os esforços foram parecidos. O historiador e intelectual Romário Martins também ficou encarregado, quando chegou a direção do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, de produzir a documentação necessária para a reivindicação paranaense. Para tal efeito, Romário Martins procurou utilizar também a ocupação histórica da área para produzir seus documentos, baseando se principalmente nas cartas régias coloniais que definiam o território do leste catarinense como paranaense.¹³⁴ Como resultado, produziu o mapa abaixo:

¹³³ MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, p. 5-6.

¹³⁴ SILVA, Luiz Carlos da. BOSCHILIA, Roseli. A questão de limites e os usos e “permanências” dos mapas do Contestado na cartografia paranaense. **História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica**. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora da UFPel, 2014. Pág. 100.

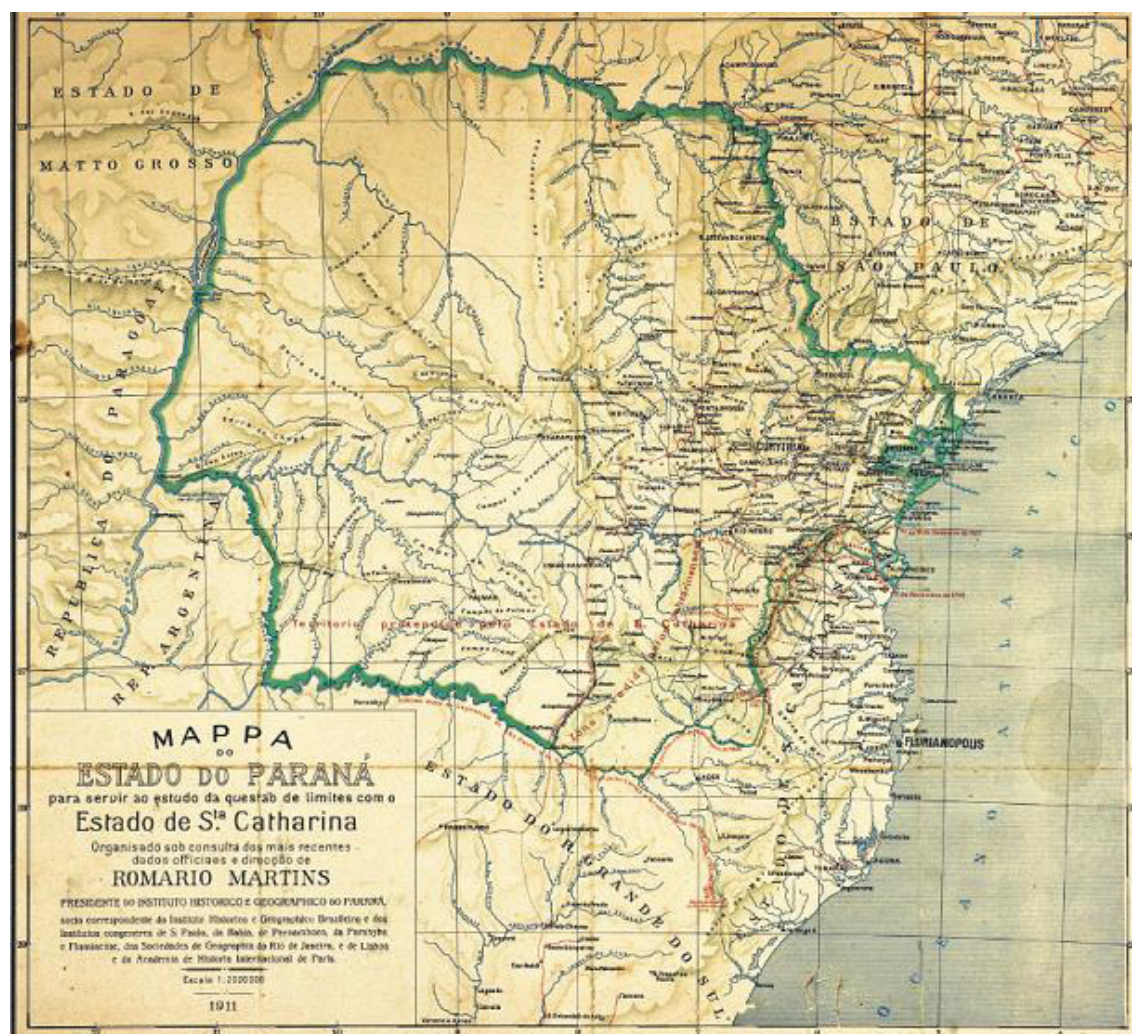


Figura 16: Mapa do Estado do Paraná para servir ao estudo da questão de limites com o Estado de Santa Catharina produzido por Romário Martins em 1911, tendo como base os estudos das documentações régias.

Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em 19 jul. 2022.

No mapa de Romário Martins vale destacar que o território em disputa foi dividido em duas partes: a parte pretendida por Santa Catarina, aquela que estava em disputa e a parte invadida por Santa Catarina, aquela que apresenta populações e estruturas catarinenses mas que o Paraná requeria. A intenção do Romário é apresentar os dados históricos para tentar negar as decisões oficiais do período, apresentando a interpretação paranaense da questão de limites.¹³⁵

¹³⁵ SILVA, Luiz Carlos da. BOSCHILIA, Roseli. A questão de limites e os usos e “permanências” dos mapas do Contestado na cartografia paranaense. **História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica**. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora da UFPel, 2014. Pág. 100.

Em 1904, a questão de limites entre os dois estados recebeu parecer favorável do Supremo Tribunal Federal ao estado de Santa Catarina, que mantinha a fronteira dos dois estados nos rios Iguaçu e Negro. O Paraná recorreu imediatamente da decisão e começou a entender que qualquer movimentação administrativa catarinense significava ignorar o recurso a sentença e devia ser tratada como invasão.¹³⁶ As autoridades paranaenses, a fim de construir e estabelecer estruturas de poder e povoação na região, começaram uma série de ocupações aos territórios catarinenses, partindo de União da Vitória. Um dos episódios mais marcantes aconteceu em 1905, quando o juiz paranaense de União da Vitória ordenou a invasão da região de Timbó Grande com 400 homens de força policial, a procura de criminosos que lá se esconderam. “Efetivamente, o que estava em questão era a disputa do vale do Rio Timbó, onde o Paraná havia criado um distrito policial subordinado a União da Vitória apenas no papel. As autoridades ali existentes eram ligadas ao distrito de Canoinhas e, portanto, a Santa Catarina.”

137

O recurso paranaense à decisão do Supremo Tribunal Federal de 1904 foi novamente julgado em 1909 e igualmente derrotado. Com forte oposição do Paraná, Santa Catarina não teve força o suficiente para executar a sentença. Essa contenda política não estava resolvida quando da eclosão da Guerra do Contestado em 1912, sendo concluída apenas em 1916, quando o fim do conflito traria consigo um novo, e duradouro, acordo de limites.

O conflito do Contestado, embora não seja abordado neste trabalho, é um conflito que deriva, em alguns aspectos, da disputa de limites. Paulo Pinheiro Machado considera que “(..) é importante registrar que o longo processo de indefinição entre as divisas marcou profundamente a natureza da ocupação demográfica da região e o perfil social e político destas comunidades.”¹³⁸ A problemática do conflito deriva da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande entre os anos de 1907 e 1910 pela concessionária estadunidense Brazil Railway. Foi com a construção e inauguração da ferrovia, em 1910, que as mudanças provocadas na região promoveram os atritos. O trecho da ferrovia entre as cidades de União da Vitória e Marcelino Ramos passava na região disputada anteriormente por Brasil e Argentina na Questão de Palmas,

¹³⁶MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças - sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, p. 118 – 119.

¹³⁷ Ibidem, p. 119.

¹³⁸ Ibidem, p. 107.

e o seu ramal leste ligava União da Vitória a Rio Negro, que também estavam em terras que eram reivindicadas por Paraná e Santa Catarina.

O projeto de construção de uma ferrovia na região já era uma realidade desde os tempos de império, quando o governo pretendia estabelecer uma ligação entre as regiões centro sul e as áreas mais meridionais, estimulando o povoamento na região, que ainda era escasso. Havia também a discussão sobre a estrada de ferro significar um elemento importante de soberania nacional, pois era importante manter o domínio da área dos Campos de Palmas, visto o temor de uma ocupação argentina na região.¹³⁹

Os privilégios concedidos pelo governo brasileiro à Brazil Railway foram enormes. Além do estabelecimento de seu empreendimento, a Brazil Railway possuía uma garantia de lucro dada pelo governo federal e recebeu, como incentivo à colonização, uma área de 15 quilômetros para cada lado da ferrovia. Dentro dessa área, a empresa poderia explorar a madeira, os recursos naturais e vender as terras a imigrantes para povoar a região.¹⁴⁰ Essas terras seriam exploradas pela maior subsidiária da Brazil Railway, Southern Brazil Lumber and Colonization Company – a Lumber¹⁴¹, como ficou conhecida.

Para posseiros e sitiantes, em sua maioria caboclos, a instalação da Lumber significou o fim do direito as suas posses, que estavam localizadas, segundo a lei federal, em terras devolutas. A exploração madeireira da região atingiu em cheio as regiões de mata fechada e de faxinais, historicamente ocupadas por caboclos que dela extraíam e beneficiavam a erva-mate que, com o corte das toras e seus transportes, passou a ser cada vez mais escassa, pela destruição dos ervaais localizados em terras devolutas. Sem documentos oficiais para legalizar a posse das terras, os caboclos, posseiros e sitiantes da área foram expulsos sumariamente e, para aqueles que apresentaram resistência ao processo, a Lumber organizou milícias que utilizavam de violência armada.¹⁴² Foi com a inauguração da ferrovia, em 1910, que estas mudanças provocadas na região pela penetração do capitalismo republicano ocasionaram um conflito

¹³⁹ AMADOR, Milton Cleber Pereira. Guerra do Contestado: maraca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na Região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM – Ano 22**, n.31 – Espaço de memória: abordagens e práticas, p. 499

¹⁴⁰ Ibidem, p. 501.

¹⁴¹ Companhia de colonização subsidiária da Brazilian Railway Company, empresa responsável pela extração de madeira na região do Contestado. Para maiores informações, consultar o trabalho de Alexandre Assis Tomporoski: TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. [tese] / Alexandre Assis Tomporoski; orientador, Paulo Pinheiro Machado – Florianópolis, SC, 2013. 282 p.; 21cm.

¹⁴² AMADOR, Milton Cleber Pereira. Op. Cit., p. 50

entre a população espoliada e as forças oficiais do Estado e as milícias da Lumber, o conflito do Contestado.

Os embates e discussões envolvendo o conflito do Contestado (1912 – 1916) ainda levantam grandes questionamentos. Longe de ser a guerra tal qual a imprensa oficial se referiu à época, verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua marca¹⁴³ e foi ela profundamente marcada pelas tensões estabelecidas entre a população local e o projeto de colonização e modernização defendido pelo Estado republicano brasileiro.

O conflito eclodiu em 1912 após o confronto do Irani, no qual a liderança cabocla do monge José Maria, que era mentor e líder espiritual dos caboclos, realizou um enfrentamento com o Regimento de Segurança do Estado do Paraná, chefiado pelo Coronel João Gualberto, com ambos mortos ao final da batalha. Na ocasião, o governo do Paraná entendeu que o monge José Maria e seus seguidores haviam invadido terras paranaenses e que o grupo representaria os interesses de Santa Catarina na questão de limites.¹⁴⁴ O conflito se estende até 1916, onde são derrotados os últimos redutos caboclos pelo exército brasileiro. No mesmo ano, a fronteira atual entre os Estados de Paraná e Santa Catarina foi definida a partir da assinatura do Tratado de Limites, assinado no dia 20 de outubro. Segundo Nilson Cesar Fraga, este tratado foi um dos mais arbitrários existentes na história do Brasil republicano pois representou as vontades particulares de Wenceslau Braz (Presidente da República), Affonso Camargo (Governador do Paraná) e Felipe Schmidt (Governador de Santa Catarina) no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.¹⁴⁵ Decidiram, ao menos num primeiro momento, que a questão de limites entre os dois estados estariam definidos de acordo com a citação abaixo:

I - Os limites entre os dous Estados passam de agora em diante a ser os que vão em seguida indicados: No litoral: entre o Oceano Atlantico e o Rio Negro a linha divisória que tem sido reconhecida pelo dous Estados desde 1771. No interior: o Rio Negro desde as suas cabeceiras até a sua fóz no Rio Iguassú e por este até á ponte da Estrada de Ferro

¹⁴³ FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado, o território silenciado**. 2 ed. Ver. e ampl. Florianópolis, Insular, 2017, p. 37.

¹⁴⁴ A guerra se inicia com a primeira reação bélica dos sertanejos frente a expropriação de suas terras. “Neste contexto, dá-se o início da guerra do Contestado, entendida como confronto armado, entre, as Forças de Segurança do Paraná e um grupo de sertanejos, sob a liderança do monge José Maria, tendo como marco inicial a Batalha do Irani, de 22 de outubro de 1912.” LIMA, Solei Regina. TONON, Eloy. Guerra do Contestado: o processo de rendição. **Revista Mosaico**, v. 10, 2017, p. 132-147.

¹⁴⁵ FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. Tese (doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, 2006, p. 80.

São Paulo-Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma Estrada de Ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que actualmente liga a cidade de Porto União da Victoria á cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até suas cabeceiras e dahi em linha recta na direção do meridiano até sua intercepção com a linha divisória do Uruguay e por esta linha divisória das ditas água, na direção geral do oeste, até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antonio e Pepiriguassú, na fronteira argentina.¹⁴⁶

Com algumas ressalvas com relação às fronteiras naturais ou artificiais, como a utilização de rios como referencial ou até mesmo a própria estrada de ferro dividindo o antigo município de Porto União da Vitória em União da Vitória para o Paraná, e Porto União para Santa Catarina, este acordo determinou uma nova formulação sobre os limites territoriais e tinha como finalidade fortalecer os domínios de ambos os Estados na região onde havia ocorrido o conflito. Em Santa Catarina, esse é o marco do início da colonização formal e imigrante do interior do planalto, com a criação dos municípios de fronteira e a divisão de outros:

O Estado tratou de fundar os primeiros quatro grandes municípios: Cruzeiro, Chapecó, Porto União e Mafra, através dos quais iniciou a fase de desmembramento administrativo e descentralizado do território, visando firmar definitivamente seu domínio sobre o Contestado. Com as cidades, vieram as prefeituras, as leis, tanto escolas como cadeias, mais padres e mais polícias, fundaram-se empresas e sindicatos, clubes e associações.¹⁴⁷

Em 1919, o intelectual paranaense Romário Martins produziu o primeiro mapa paranaense pós-acordo, já com as fronteiras definidas pelo acordo de limites de 1916:

¹⁴⁶ SCHMIDT, Felipe. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em sessão extraordinária de 24 de novembro de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina**, p. 8-9. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 18 jul. 2022.

¹⁴⁷ THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: INCON Edições/UnC, 1992, p. 104.

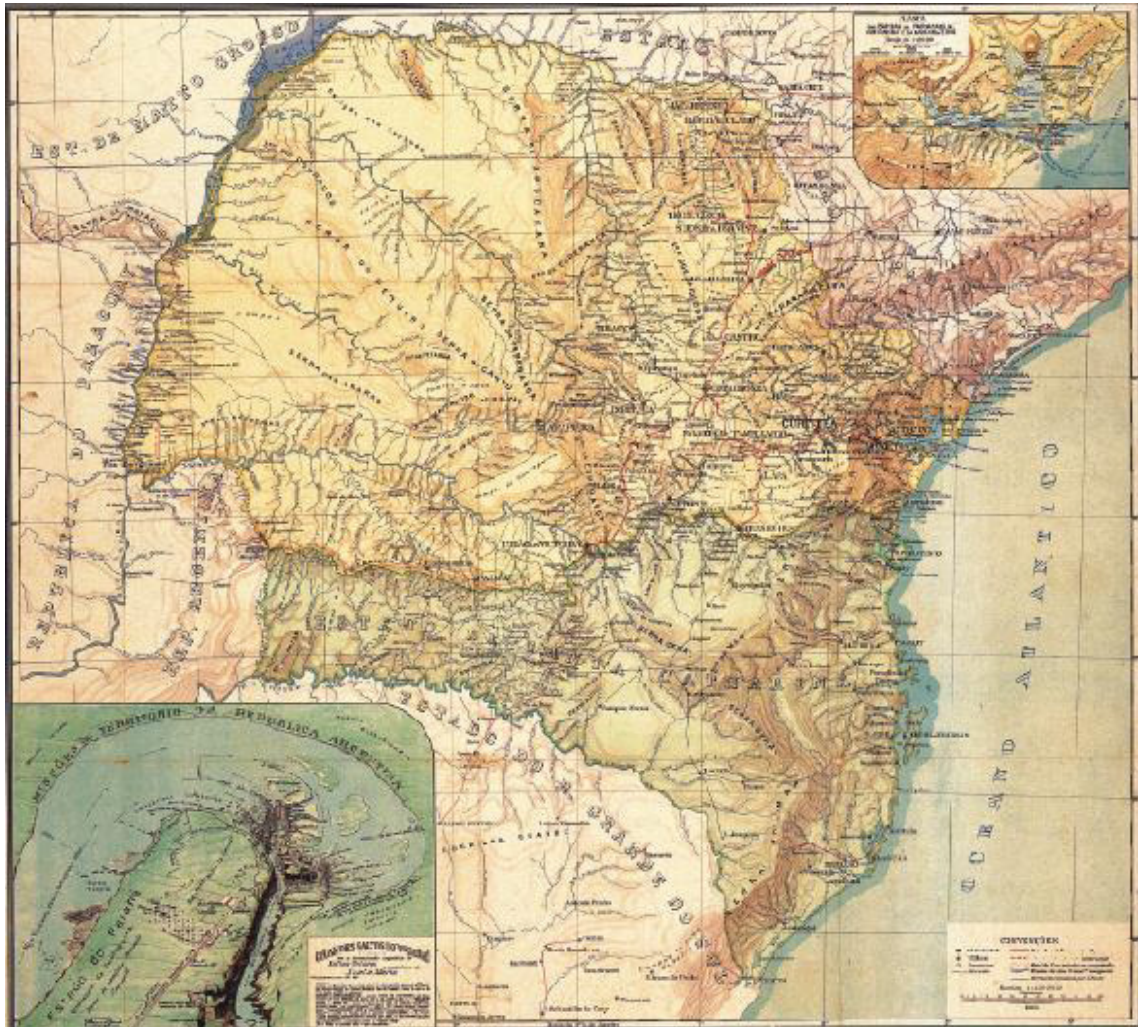


Figura 17: Mapa produzido por Romário Martins em 1919, interpretando o acordo de limites de 1916.

Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em 19 jul. 2022.



Figura 18: Mapa representando os limites entre Santa Catarina e Paraná definidos no tratado de 1916.

Fonte: Base cartográfica: PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. Op. Cit., p. 196; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa físico do Estado de Santa Catarina. Brasília, 2004b.** 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Desta maneira, encerraram-se as discussões políticas e econômicas sobre as fronteiras entre Santa Catarina e Paraná no século XX. Desde então e até o presente momento da elaboração desta dissertação, os dois estados seguiram por caminhos colonizadores e desenvolveram uma agricultura e indústria incipiente que atravessaria o século XX, que não será abordada neste trabalho, mas é uma sugestão de continuidade.

Como vimos neste capítulo, a consolidação territorial no Brasil entre os séculos XIX e XX seguiu preceitos e métodos que também foram utilizados para definir os territórios coloniais, abordados no primeiro capítulo. A ocupação dos territórios e o acesso à terra foram as estratégias utilizadas nas disputas territoriais entre Brasil e Argentina e entre Paraná e Santa Catarina, tendo sido recorrente nas documentações elaboradas pelos estados para os processos legislativos de arbitragem o histórico das ocupações territoriais definidas por tratados do passado, principalmente pelo princípio do *uti possidetis*. Embora essa ocupação territorial tenha garantido a estes estados o domínio territorial, as reflexões deste capítulo revelam que as

populações que residiam nas regiões em litígio foram diretamente impactadas com as mudanças advindas desse processo. Os indígenas dos Campos de Guarapuava e de Palmas foram condenados a partir das cartas régias de colonização a redução ou a morte pela “guerra justa”. As populações estabelecidas no contestado catarinense/paranaense tiveram de optar por um lado da disputa para fugir da grilagem praticada por fazendeiros instalados por dispositivos legais governamentais, exercendo força no pleito territorial em disputa, para depois terem suas terras ameaçadas pelo domínio da estrada de ferro. Mesmo que a presença das populações tenha sido de grande importância no processo de consolidação histórica das fronteiras, as condições materiais e sociais das quais eram impostas a elas não podem ser, de nenhuma maneira, usadas para afirmar que havia plena condição de desenvolvimento humano. Falar sobre a questão de limites pode apresentar diferentes facetas, mas, tratando-se da evolução territorial, a posse e a colonização das terras estiveram inequivocamente ligadas a estratégias de domínio, luta e resistência das populações originárias e transitórias frente ao poder constituído advindo das elites locais e das elites nacionais.

3.0 O Ensino de História através de mapas históricos e de oficina didática.

Nesse capítulo, apresentamos uma discussão sobre a utilização da aula-oficina no ensino de História, apresentando nossa proposta de oficina a partir da pesquisa apresentada nos capítulos anteriores. Apresentamos também as reflexões acerca do Ensino de História e a utilização dos mapas históricos na construção do conhecimento histórico-geográfico da formação das fronteiras.

3.1 A Oficina Didática como recurso metodológico para o Ensino de História

A escolha da metodologia da aula-oficina para a aplicação do trabalho foi motivada pelas características de que, essa abordagem pode transformar a sala de aula num ambiente de construção coletiva de saberes, através da troca de experiências e do conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer a construção coletiva do conhecimento em sala de aula, valorizando experiências sociais anteriores e fazendo ligações com o saber histórico apresentado na proposta de ensino.

Isabel Barca Isabel Barca explica o que é uma aula-oficina, contrastando-a com outras práticas educativas, outras formas de estruturar uma aula. Segundo a autora, há três tipos diferentes de aula: a aula-conferência, a aula-colóquio e a aula-oficina.

A aula-conferência é caracterizada pelo ensino tradicional, que desde os primórdios da educação era aplicado. Esse paradigma tradicional considerava que os alunos nada sabiam e que o professor não precisaria considerar experiências prévias, já que os mesmos não as possuíam. Essa é a concepção que o professor é o detentor máximo de conhecimento e que os alunos deveriam somente ouvir e aceitar as colocações.¹⁴⁸ Esse modelo de aula expositiva já não é mais considerado adequado nas circunstâncias educacionais do presente, mas ainda é largamente utilizado na educação mundial.

Na aula-colóquio, as experiências dos alunos são debatidas, mas o trabalho central ainda está nas mãos do professor e inclusive, a partir dos materiais apresentados pelo professor. A avaliação do conteúdo ainda passa pelas esferas quantitativas e, embora as experiências até

¹⁴⁸ BARCA, Isabel. Aula Oficina: Do Projeto À Avaliação. In: **Atas Da Quarta Jornada De Educação Histórica. Para Uma Educação De Qualidade.** Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131.

passem por discussões, a fundamentação empírica e sistemática do conhecimento construído coletivamente é mera retórica.¹⁴⁹

Por fim, a aula-oficina se caracteriza pela participação do professor no processo interpretativo de mundo e das relações com os alunos, antes de classificar o conhecimento produzido como certo e errado, incorreto ou correto. O processo de aprendizagem nesse modelo é resultado das experiências vivenciadas em sala, da confrontação das fontes e das considerações feitas, sejam elas individuais ou em grupo, sobre os conteúdos presentes e debatidos com o auxílio do professor.¹⁵⁰ Nessa perspectiva, o professor tem papel ativo na mediação dos debates para que os alunos possam estabelecer as conexões dos seus mundos e das suas posições com os eventos da ciência histórica, onde podem pensar o passado, analisar seus fragmentos no presente e propor perspectivas de futuro que podem ser possíveis pela observação do passado.

O referencial teórico utilizado por Isabel Barca para proposição da aula-oficina é a Educação Histórica. A Educação Histórica se define como o desenvolvimento da Consciência Histórica no âmbito do ensino-aprendizagem. É a capacidade do indivíduo desenvolver a leitura do passado, com base nas fontes apresentadas, e que essa interpretação possa auxiliar na compreensão que o presente é historicamente construído:

A Educação Histórica é um campo de investigação que pressupõe não autorizar a que, em História, se legitime toda e qualquer interpretação do passado: o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto constituem princípios em que se baseia a validação de uma ‘conclusão’ histórica (...). A mobilização destes princípios ajudará também a distinguir entre níveis de discurso sobre o passado - especulativo, histórico ou de senso comum. Os jovens, tal como os adultos, precisam de exercitar estas competências de selecção e avaliação da informação com base em critérios racionais, sem esquecer o sentido humano da vida.¹⁵¹

Isabel Barca defende que, para aplicar as diretrizes da Educação Histórica em sala de aula, o professor procure construir um perfil de professor investigador social. Esse professor é capaz de entender a progressão conceitual de seus alunos não só na acumulação de conteúdo, mas sim no próprio domínio metodológico da história e seus conceitos. Para que a proposta

¹⁴⁹ BARCA, Isabel. Aula Oficina: Do Projeto À Avaliação. In: **Atas Da Quarta Jornada De Educação Histórica. Para Uma Educação De Qualidade**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 131-132.

¹⁵¹ BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. **Currículo sem fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 115-126, jan./jun. 2007, p. 6.

educacional possa ser realizada, o professor deve seguir, no início do processo, os seguintes passos:

1) Recolha inicial de dados sobre as ideias prévias dos alunos acerca de um conceito substantivo, seleccionado dentro de uma determinada unidade em estudo. 2) Análise das ideias prévias dos alunos segundo um modelo (simplificado) de progressão conceptual: categorização das ideias de alunos desde ideias incoerentes e alternativas até às relativamente válidas. 3) Desenho, planeamento e implementação de uma unidade temática tendo em conta um refinamento progressivo das ideias históricas dos alunos previamente diagnosticadas. 4) Recolha de dados sobre as ideias dos alunos *a posteriori*, aplicando o mesmo instrumento do momento inicial. 5) Aplicação de um instrumento de metacognição aos alunos para monitorizar o processo de ensino e aprendizagem.¹⁵²

Dessa maneira, entende-se que o professor é mediador das discussões e deve estabelecer os diálogos concernentes para construir pontes e os elos de ligação que compõem o saber dos alunos, construídos coletivamente pelas discussões apresentadas. A avaliação desse processo de aprendizagem está na progressão à qual os conteúdos são relacionados pelos estudantes, utilizando seus conhecimentos prévios e estabelecendo as ligações concernentes à sua consciência histórica. A essa proposta, segundo Isabel Barca, deu-se o nome de aula-oficina, metodologia que se coloca em oposição às antigas práticas educacionais das aulas meramente expositivas ou falsamente ativas, que colocam o aluno numa posição passiva do conhecimento.¹⁵³ Sobre esse modelo de educação, Isabel Barca considera que:

No seu conjunto, o modelo de formação docente aqui enunciado tem como objetivo central envolver os formandos/professores na aplicação da teoria à prática, proporcionando-lhes âncoras na autoconstrução do perfil de professor-investigador social (com apoio da docente e de material bibliográfico). Esse perfil de profissionalidade avançada requer um refinamento das competências de análise de dados teoricamente guiada pela reflexão epistemológica sobre a História. As categorias de análise, numa linha de progressão de ideias em História, poderão (deverão) refletir-se depois, de forma aproximada, na avaliação convencional dos resultados de aprendizagem dos alunos –se esta for orientada para a qualidade do pensamento histórico, envolvendo interpretação de fontes e problematização de relações entre passado, presente e horizontes de futuro.¹⁵⁴

Orientando-nos pela proposta de Isabel Barca, preparamos uma aula oficina para ser aplicada com alunos do Ensino Médio, que instrumentaliza a pesquisa realizada nessa

¹⁵² BARCA, Isabel. Ideias chaves para a Educação Histórica: uma busca de (inter) identidades. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, jan./jun. 2012, págs. 46-47.

¹⁵³ Ibidem, p. 47.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 47.

dissertação, a qual apresentaremos no último item deste capítulo. No item seguinte, apresentamos reflexões sobre os conceitos do Ensino de História que norteiam o desenvolvimento teórico da oficina.

3.2 A Consciência Histórica e o uso de mapas nas aulas de História

Neste item, retomaremos a abordagem sobre Educação Histórica e como os saberes escolares se relacionam com a História. No entanto é necessário, primeiramente, apresentar as características principais da Didática da História, a metodologia empregada para que a Educação Histórica seja possível no espaço escolar e, sobretudo, na vida pública. Os estudos históricos e a construção do saber histórico estão ligados ao contexto no qual a educação se encontra. Segundo Rusen:

A didática da educação em história estabelece os objetivos e as formas da educação histórica dentro de um dado contexto político, social, cultural e institucional. A metodologia de instrução em história estabelece os meios práticos pelos quais estes objetivos são alcançados.¹⁵⁵

Com esta afirmação, Rusen defende que a Didática da História está ligada aos múltiplos contextos que a educação se encontra em uma determinada sociedade. A construção do saber histórico deve estar ligada às discussões que são contemporâneas para que possamos construir reflexões sobre o Ensino de História. Com isto, a Didática da História possibilita ultrapassar as barreiras da escola, os problemas relativos ao ensino-aprendizagem e expandir os domínios para outras áreas do raciocínio e do conhecimento histórico, levando o papel da história na opinião pública, nos meios de comunicação e em vários setores sociais que os historiadores podem utilizar para construir os saberes históricos.¹⁵⁶ Não há possibilidade de se construir um saber histórico se não analisarmos o consenso sobre o que somos e o que queremos ser do nosso grupo social, pois a função social do Ensino de História não pode ser deslocada deste mesmo consenso.¹⁵⁷

¹⁵⁵ RUSEN, Jorn. Didática na História: passado presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 9.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 12.

¹⁵⁷ CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de Consciência Histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional** 6(2): 93-112, Inverno, 2001, p. 111.

São com estas análises que pretendemos construir nos alunos o despertar da Consciência Histórica. A Consciência Histórica não está ligada somente à Educação em História, mas em qualquer forma de pensamento histórico que esteja reconhecendo no passado elementos do presente ou vice-versa.¹⁵⁸ Rusen define, em duas colocações, a Consciência Histórica:

Primeiro, a consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. Segundo, a consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana. Aqui a discussão sobre a estrutura narrativa da explicação histórica é extremamente útil.¹⁵⁹

Dessa forma, essa ideia propõe que interpretemos o passado de maneira a entender mecanismos, estruturas, permanências e rupturas que estão no nosso presente, além de poder perspectivar o futuro com o conhecimento do passado, desvencilhando-se da ideia de que a história só estabelece relações com passado. Estabelecer a consciência histórica em sala de aula é dar subsídio para que os alunos possam interpretar fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais como historicamente construídos. É partindo deste ponto que, na necessidade de entender o passado, cria-se a capacidade de interpretar fenômenos que se reproduzem e que em pouco tempo tomaram outras formas e outras estruturas. Vale ressaltar que a consciência histórica não está ligada a um processo de “adivinhação” ou descoberta do futuro, mas sim na possibilidade de pensar as relações que poderão ou não se estabelecer nos grupos sociais e na cultura humana.

Essa concepção de ensino exige que exista, pelo docente, uma análise mais profunda na renovação dos conteúdos e das suas abordagens. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Braga Garcia, a sala de aula é espaço de compartilhamento de significados e que por isto deve se estabelecer referenciais para proporcionar a troca de experiências individuais e coletivas

¹⁵⁸ RUSEN, Jorn. Didática na História: passado presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 14.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 14.

dentro do saber escolar.¹⁶⁰ Desse modo, é necessário que a história como a experiência humana no tempo aborde a história de homens e mulheres e suas experiências individuais e coletivas, para que com essa análise se formem outras experiências individuais e coletivas com perspectiva crítica.¹⁶¹ Em decorrência desse aprofundamento histórico em sala, é necessário que a abordagem dos conteúdos seja ancorada nas seguintes perspectivas:

(..) pode-se afirmar que assumir o primeiro princípio da Didática da História torna necessário que professores e alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematizações históricas, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História. Assim, busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento, uma vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas na unidade e diversidade do real.¹⁶²

Com a construção destas problematizações, o Ensino de História deve abordar os conteúdos de maneira a construir nos alunos uma identidade individual e coletiva dentro da realidade histórica. Para isso, é necessário também que abordemos as histórias de sujeitos históricos que não são apresentadas, a história dos considerados “comuns”, a história dos iguais a nós, daqueles que não tiveram proeminência social ou política, mas que são sujeitos históricos porque participaram ativamente de uma realidade histórica assim como todos, sujeitos do presente. Recuperando estes significados, a aproximação do conhecimento histórico com a realidade histórica do aluno traz resultados na formação de uma Consciência Histórica e na identidade histórica de nós todos, no nosso tempo.

Operamos com os conceitos apresentados nessa oficina de maneira a estabelecer a interdisciplinaridade entre História e Geografia. A problemática da oficina, envolvendo a construção das fronteiras e sua historicidade pode ser compreendida a partir do uso histórico da presença de estruturas e povoações nos locais em litígio, fazendo com que a produção de documentos comprobatórios fosse determinante nas disputas territoriais. O conhecimento

¹⁶⁰ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos, GARCIA, Tania Maria F. Braga. A formação da Consciência Histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005, p. 298-299.

¹⁶¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos, GARCIA, Tania Maria F. Braga. A formação da Consciência Histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005, p. 299.

¹⁶² Ibidem, p. 299-300.

dessas disputas pode exercer influência nos alunos a pensarem prováveis aspectos similares sobre as disputas territoriais recentes ou contemporâneas, os movimentos separatistas e de cunho nacionalista, estabelecendo pesquisas sobre as reivindicações e se a luta pelo território entendida da mesma forma que no passado.¹⁶³ Aproximando-se a isto, a opção pela divisão em grupos de discussão desta oficina foi pensada para que os resultados das análises facilitassem a compreensão da coletividade da história, pois o movimento de construção das fronteiras baseou-se nas convenções apontadas nos capítulos anteriores, decisões coletivas e em consequências também sentidas pela coletividade.

Como parte importante desta oficina, é necessário que os alunos tomem contato com diversos mapas produzidos ao longo do tempo e que se estimule a capacidade de interpretar os mapas sob a ótica da História. Existem considerações que afirmam que os mapas são recursos muito presentes nos livros didáticos de História, mas que em grande parte dos casos são usados somente como fontes ilustrativas do conteúdo, pouco utilizados como fontes históricas. Além disso, também se alega que os mapas presentes nos livros abordam padrões da cartografia tradicional, ligada somente a Geografia, sem a presença de orientações para se possa fazer uma leitura crítica sobre seu conteúdo.¹⁶⁴

Sobretudo, o mapa histórico se apresenta como uma convenção. Todas as escolhas que aparecem nele nos termos estéticos e estruturais são resultados de intenções na sua produção. Há três tipos de mapas históricos: o mapa produzido como documento em algum tempo passado, que é aceito hoje como fonte; o mapa produzido no presente, que busca trazer informações sobre o passado; e o mapa que é produzido no presente, que é influenciado pelas configurações do presente.¹⁶⁵ Ao trabalhar com mapas históricos, o professor deve guiar os alunos para que possam desenvolver a habilidade de análise na produção de conhecimento sobre os mapas históricos que são documentos, como defende Fabiano Arndt:

Os documentos históricos ocupam, ou ao menos deveriam ocupar, um lugar de destaque no ensino de História. Eles possibilitam interpretações construídas pelos próprios estudantes e, por isso, associam-se a metodologias mais “ativas”, nas quais os alunos desempenham papéis de proeminência no processo de aprendizagem. Além disso, a tratativa documental oportuniza o

¹⁶³ Na data de desenvolvimento deste trabalho, o cenário geopolítico mundial volta seus olhos para o conflito entre Rússia e Ucrânia, conflito que tem como uma de suas causas a disputas por territórios, domínios fronteiriços e o nacionalismo, este último tendo forte apelo ao passado histórico das regiões em disputa.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Fabiano Arndt Araújo Pykosz de. **Os mapas contam histórias : reflexões, análises e perspectivas da utilização da cartografia histórica no ensino de história**. Dissertação (Mestrado Profissional Ensino de História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020, p. 52.

¹⁶⁵ FERNANDES, Marcos Salete. **O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas**. Londrina, 2007, p. 7.

contato com o próprio método de trabalho do historiador e, portanto, facilita a percepção de características intrínsecas à construção do conhecimento histórico. A documentação poderia, assim, ser utilizada de diferentes maneiras em sala de aula, cabendo ao docente ponderar tipologias, recortes e métodos a serem empregados.¹⁶⁶

Nesse sentido mais amplo, o mapa histórico é apresentado como documento histórico por conta da sua historicidade como objeto, sempre presente nas sociedades humanas, de maneira a conhecer e reconhecer o espaço em que os seres humanos habitavam ou procurariam habitar. O mapa, mesmo com fins ilustrativos, pode ser usado em sala para o Ensino de História a partir da cartografia crítica, que pretende questionar as informações sobre a produção do mapa, a circulação e uso durante suas publicações e até os dias de hoje, podendo servir de problematização, mediada pelo professor, da relação entre espaço e tempo, elementos esses estruturais da História como ciência.¹⁶⁷

Os mapas históricos, dessa forma, podem ser utilizados para problematizar sua construção, a relação com o ambiente político, social e econômico da época de sua produção e, não menos importante, contribuir para que seja estabelecida uma capacidade interpretativa no conjunto dos saberes escolares, que possa desenvolver nos discentes um olhar crítico para as recorrentes interpretações e reinterpretações de limites nacionais ao longo dos anos de nossa história e, fundamentalmente, no presente. Sobre essa definição, Marcos Salete define que:

O mapa é um produto do poder político e, como tal, visa afirmar as pretensões de quem o produz. Arvora-se como instrumento organizador da realidade e divulgador de uma cultura e visão de mundo. Salienta uma povoação, um caminho, um ponto estratégico, em elemento econômico e obscurece o outro, o diferente, o nada, o sem-valor para o seu ponto de vista. Cunha expressão como “sertão”, “deserto”, “selvagem” e descreve o vazio, o desconhecido pela ausência de palavras, sinais em contraste a outras áreas iluminadas por desenhos e outras convenções afirmativas da cultura dominante.¹⁶⁸

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Fabiano Arndt Araújo Pykosz de. **Os mapas contam histórias: reflexões, análises e perspectivas da utilização da cartografia histórica no ensino de história**. Dissertação (Mestrado Profissional Ensino de História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020, p. 65.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 69.

¹⁶⁸ FERNANDES, Marcos Salete. **O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas**. Londrina, 2007, págs. 8-9.

Além das convenções apresentadas na citação acima, os mapas também são estendidos ao fenômeno do poder, usados principalmente para reivindicar os domínios de determinados Estados:

Outra dimensão importante do mapa é o conhecimento no sentido político de *saber é poder*. Conhecer – ter a representação do conhecido – facilitava a reivindicação de uso e posse. Por isso no passado o acesso aos mapas era bastante restrito. Ainda hoje o argumento é utilizado no sentido *conhecer para preservar e explorar racionalmente*. Uma nação que não domina este conhecimento tem sua soberania ameaçada.¹⁶⁹

Essa perspectiva sobre os mapas históricos está presente em nossa oficina quando utilizamos produções de sujeitos históricos que foram utilizadas como documentação para o arbítrio nas disputas territoriais. O aluno deve confrontar a historiografia e os mapas produzidos para efetivar essa leitura crítica dos mapas como determinante no entendimento das mudanças territoriais e políticas da região meridional do Brasil. Estes mapas estão juntos de fontes e bibliografias que utilizaremos como produto pedagógico na aula-oficina, conceito que trabalharemos no próximo item.

3.3 Oficina Didática: O processo histórico da construção de fronteiras meridionais no Brasil

OFICINA DIDÁTICA

O processo histórico da construção de fronteiras meridionais no Brasil

Prezado professor, prezada professora,

Esta oficina tem o objetivo de abordar a formação históricas das fronteiras nacionais, com ênfase na região meridional do Brasil e na construção da fronteira entre os Estados de Paraná e Santa Catarina. Ela é direcionada para estudantes da 2ª série do Ensino Médio. Seu desenvolvimento permite abordar a competência número 2 do eixo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: *Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais*

¹⁶⁹ FERNANDES, Marcos Salete. **O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas**. Londrina, 2007, p. 9.

*geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.*¹⁷⁰ Nessa competência e nas suas respectivas habilidades, definidas pela BNCC para esse período, deve-se:

[...] comparar e avaliar a ocupação do espaço, a delimitação de fronteiras e o papel dos agentes responsáveis pelas transformações. Os atores sociais, na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, no interior de uma cidade, região, Estado ou mesmo entre Estados, produzem diferentes territorialidades que envolvem variados níveis de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Dada essa complexidade de relações, é prioritário levar em conta o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história e da política na produção do espaço.¹⁷¹

A oficina é uma proposta de trabalho didático valorizada pelas abordagens da Educação Histórica. Essa busca permite desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar o passado e compreender os fenômenos do presente como historicamente construídos. Nesse modelo, você como professor deverá orientar os alunos a tecerem suas próprias conclusões, após identificar os conhecimentos prévios deles. Após a resolução da oficina, você poderá avaliar o processo de aprendizagem histórica com o instrumento que melhor convenha (apresentamos sugestões ao fim da proposta).

Recomendamos que reserve, no mínimo, 3 aulas para o desenvolvimento da oficina, que iniciará com o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes. Esse levantamento será feito pela apresentação de algumas perguntas sobre a formação das fronteiras atuais que definem o território brasileiro. São perguntas provocativas, que não exigirão nenhuma pesquisa para resolução pois elas têm, exatamente o objetivo de permitir que os estudantes expressem aquilo que sabem sobre o assunto. É necessário frisar que este material necessita da mediação contínua do professor no decorrer da atividade, situando os alunos temporalmente e espacialmente em relação às fontes que são apresentadas e dando subsídio na compreensão de conteúdos que são anteriores ou requisitados para a resolução das propostas da oficina.

Neste material, propomos a divisão em 4 grupos, mas que podem ser reorientados dependendo das características de cada sala de aula e do número de alunos participantes. Cada grupo realizará exercícios de compreensão e interpretação de fontes documentais, cartográficas ou bibliográficas para resolver questões de pesquisa que lhes serão apresentadas. O professor,

¹⁷⁰ **Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embraixa_site_110518.pdf, pág. 561.

¹⁷¹ Idem.

a professora têm um papel fundamental nessa etapa do trabalho, orientando os grupos no sentido de estimulá-los a observar, nos materiais apresentados, os aspectos que ajudam a entender a historicidade da construção dos limites e das fronteiras territoriais.

Após esse trabalho, cada grupo compartilhará o resultado de suas pesquisas com os demais colegas e, a partir desse compartilhamento, você pode apresentar novamente as indagações apresentadas no início do trabalho para avaliar a maneira como este incidu sobre as concepções iniciais. Esse compartilhamento pode ser feito por apresentação oral da equipe, por meio de um vídeo semelhante ao formato que *youtubers* e outros produtores de conteúdo utilizam, a elaboração de um podcast, com convidados para responder as perguntas sobre o tema, ou outros que se mostrem adequados. Sugerimos a possibilidade da construção de uma linha do tempo dos conteúdos da oficina como uma atividade síntese do material. Também nessa etapa do trabalho a mediação do professor, da professora é fundamental, para o processo de consolidação do conhecimento possível por meio do exercício realizado.

O processo histórico da construção de fronteiras meridionais no Brasil.

Estamos tão acostumados a observar nos mapas os limites entre países ou os estados de um país que não paramos para pensar como esses limites foram estabelecidos. É justamente isso que faremos nessa oficina: vamos estudar juntos como, ao longo da História do Brasil, se definiram algumas das fronteiras que hoje configuram o território do país, em especial aquelas que se encontram na região sul.

Para começar, vamos observar a ilustração a seguir.



Depois de observar o desenho, com base no que vocês se recordam, desenvolvam as atividades a seguir:

- Respondam: o que esse desenho representa?
- Procurem desenhar, na ilustração, as linhas de fronteiras que vocês se recordam que definem os limites do Brasil, nesse espaço que está representado.
- Procurem desenhar, na ilustração, a maneira como vocês se recordam que estão traçadas as linhas de fronteiras que definem os limites entre os Estados do Sul do Brasil
- Como vocês acham que as linhas que constituem esses limites foram estabelecidas?
- Em qual período histórico vocês acham que estas fronteiras foram estabelecidas?

Agora que vocês já fizeram esse primeiro exercício, em grupos poderão se dedicar à ampliação e aprofundamento dos conhecimentos sobre os processos históricos envolvidos na produção das fronteiras e na definição dos espaços brasileiros.

Grupo 1 - Desenhando um mapa na América Portuguesa (Período Colonial)

A tarefa desse grupo é entender a definição de limites do território da América Portuguesa. Depois de realizar esse trabalho, vocês poderão compartilhar com os demais colegas da turma o que compreenderam sobre esse assunto.

Fonte 1 -

O trecho que segue é um fragmento do Tratado de Tordesilhas. Ao ler, vocês poderão entender a disputa que foi resolvida pelo acordo feito na cidade de Tordesilhas, em 1494:

“E LOGO os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada [reinos da Espanha], etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc., disseram que porque entre os ditos senhores seus constituintes haja certa discordância sobre a quem cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da feitura deste tratado, está por descobrir no mar oceano; [...]suas altezas seus procuradores outorgaram e consentiram que se faça linha direita de polo a polo, a saber do polo ártico ao polo antártico, que é de norte a sul. A linha se há de estabelecer a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde na direção do poente [...]. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir pelo rei de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme, desde a dita linha até o levante [...]; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores para sempre. E que todo o outro, assim ilhas como terra firme achadas e por achar, descobertas e por descobrir, que são ou forem achadas pelos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e por seus navios, desde a referida linha indo na direção do poente, que tudo seja e fique e pertença aos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Leão, etc., e a seus sucessores para sempre.”

Fonte: Tratado de Tordesilhas (texto adaptado), folha 3, frente e verso. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Acesso em: 05 jul. 2020

Fonte 2 –

O mapa abaixo foi produzido pelo cartógrafo português Luís Teixeira, em 1574. Nele, está representado o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

Depois de observar o mapa e ler o trecho do Tratado de Tordesilhas, prepare uma apresentação para a turma, na qual vocês desenhem na ilustração abaixo as fronteiras definidas no período histórico abordado, compartilhem com a turma o que aprenderam sobre a definição desse limite e digam o período histórico em que esse processo de definição de fronteira ocorreu.



Grupo 2 – Expandindo as fronteiras coloniais.

A tarefa desse grupo é entender um contexto específico da história no período colonial no qual ocorreu uma disputa sobre a fixação de limites na América. Depois de realizar esse trabalho, vocês poderão compartilhar com os demais colegas da turma o que compreenderam sobre esse assunto..

Fonte 1 –

O texto que segue é um fragmento do Tratado de Madri. Ao ler, vocês poderão compreender os sujeitos envolvidos na disputa.

“Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar a amizade, que se podem oferecer com a resolução dos limites das duas Coroas na América, cujas conquistas não estabeleceram até agora os verdadeiros limites daqueles domínios. [...]”

Fonte: Tratado de Madri, 1750. (adaptado) Disponível em: <http://info.lncc.br/madri.html>

Fonte 2 –

O texto abaixo está baseado no estudo da historiadora Júnia Ferreira Furtado sobre o Tratado de Madri. Ele permite compreender os princípios que, por esse Tratado, passaram a ser predominantes na definição de limites entre as áreas de domínio da América Portuguesa e da América Espanhola

“Um dos princípios que orientaram a definição de limites pelo Tratado de Madri foi o do “uti possidetis”, que se configurou como elemento central nas negociações que desaguaram em Madri, em 1750. [Esse princípio estabelecia que o domínio da terra era de quem a ocupava]. No processo de negociação, também ficou resolvido que se renunciasse de todo ao estabelecimento de linhas imaginárias de demarcação. Ou seja, os acordos anteriores não seriam mais válidos e os novos limites passariam a ser determinados a partir dos rios e montes mais notáveis e conhecidos (as chamadas fronteiras naturais) e de cada uma das partes que os contratantes possuíam naquele momento.”

Fonte: Adaptado de FURTADO, Júnia Ferreira. **O mapa que inventou o Brasil.** São Paulo: Odebrecht, 2013. p. 332.

Fonte 3 -

O mapa apresentado a seguir foi elaborado em 1749 e serviu para defender os interesses da Coroa Portuguesa nas negociações que levaram ao Tratado de Madri. Essa defesa foi feita

por Alexandre de Gusmão, um estudioso que mobilizou uma série de argumentos para a produção do documento cartográfico que ficou conhecido como Mapa das Cortes, que é o que segue:



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/cart1004807.jpg>

O mapa a seguir apresenta a fronteira entre a América Portuguesa e a Espanhola, como definida pelo Tratado de Madri. A parte pintada em laranja correspondia aos antigos limites, determinados pelo Tratado de Tordesilhas, que havia sido firmado em 1494.

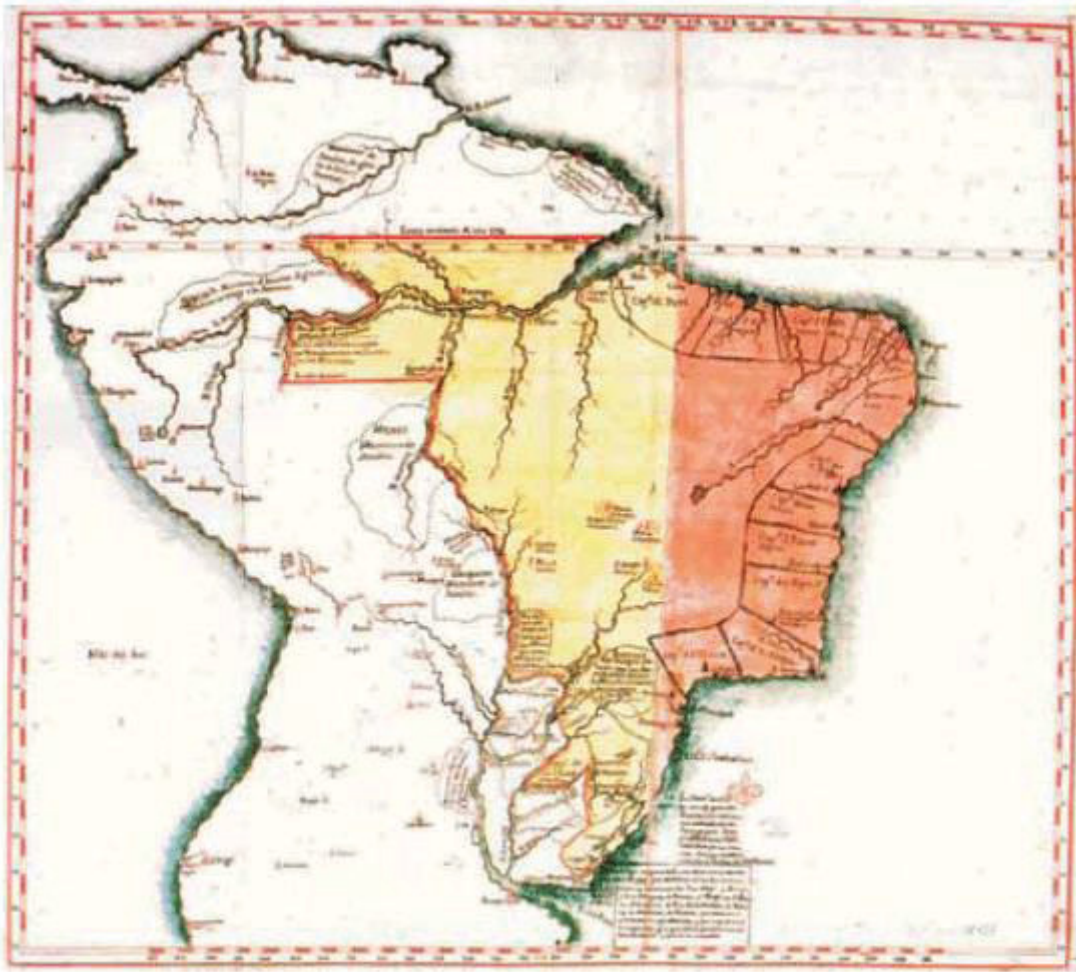


Figura 4. *[América del Sur]*, 1759, Archivo General de Simancas, M. P. y D., IV – 36.

Fonte: FERREIRA, Mario Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.23, nº 37, 2007, p. 67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/rZQxpFXZfhcDRZrfdDykCwb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 29 jul. 2022.

Depois de observar o mapa e ler o texto apresentado, preparem uma apresentação para a turma, na qual vocês: desenhem no mapa as fronteiras definidas por esse tratado, conte(m) o que compreendeu do Tratado a partir da leitura das fontes e diga(m) o período histórico em que esse processo de definição de fronteiras ocorreu.



Grupo 3 – Consolidando as fronteiras meridionais

No século XIX, vários espaços que atualmente fazem parte do território brasileiro ainda não tinham essa condição. Um desses espaços, que era disputado entre o Brasil e a Argentina, ficava na região meridional ou seja, no sul. Depois de realizar esse trabalho, vocês poderão compartilhar com os demais colegas da turma o que compreenderam sobre esse assunto.

A tarefa desse grupo é entender essa disputa e como ela se resolveu. Depois de compreender, vocês poderão explicar para os colegas da turma.

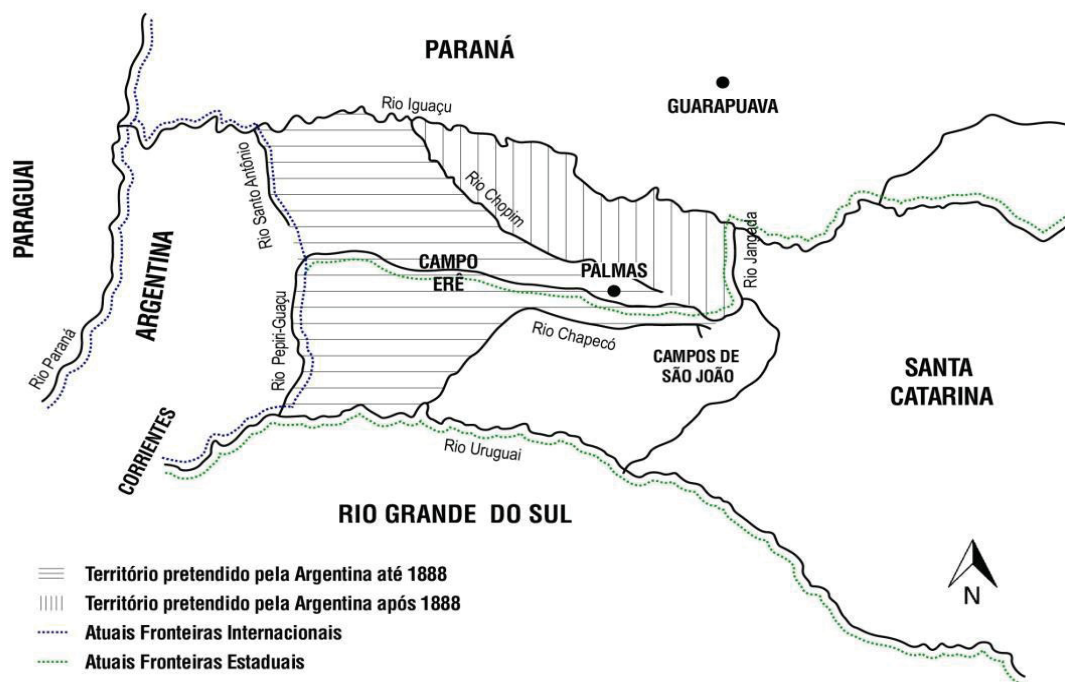
Fonte 1 -

O texto que segue foi escrito em 1894, pelo Barão do Rio Branco, o diplomata brasileiro que ficou encarregado de defender os interesses brasileiros sobre um espaço em disputa.

“O litígio submetido pelos Estados Unidos do Brasil e pela República Argentina à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América [Grover Cleveland] é sobre o domínio de um território, de que o Brasil está de posse, entre os rios Iguaçu e Uruguai. [...] O governo brasileiro e o argentino estão de acordo quanto às duas fronteiras do Iguaçu e do Uruguai, mas discordam quanto à determinação dos dois rios que, fluindo em direções diferentes, devem constituir a fronteira internacional do território. O Brasil sustenta que essa fronteira deve ser formada pelo Pepiri-Guaçu e pelo Santo Antônio. A República Argentina reclama para limites, desde 1881, dois rios mais orientais. Até 1888 eram o Chapecó e o Chopim. Nessa data transferiu a sua pretensão do Chopim para o Jangada.”

Fonte: RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina. (adaptado)** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, págs. 57-58.

A imagem a seguir mostra a região em disputa para vocês localizarem os rios correspondentes.



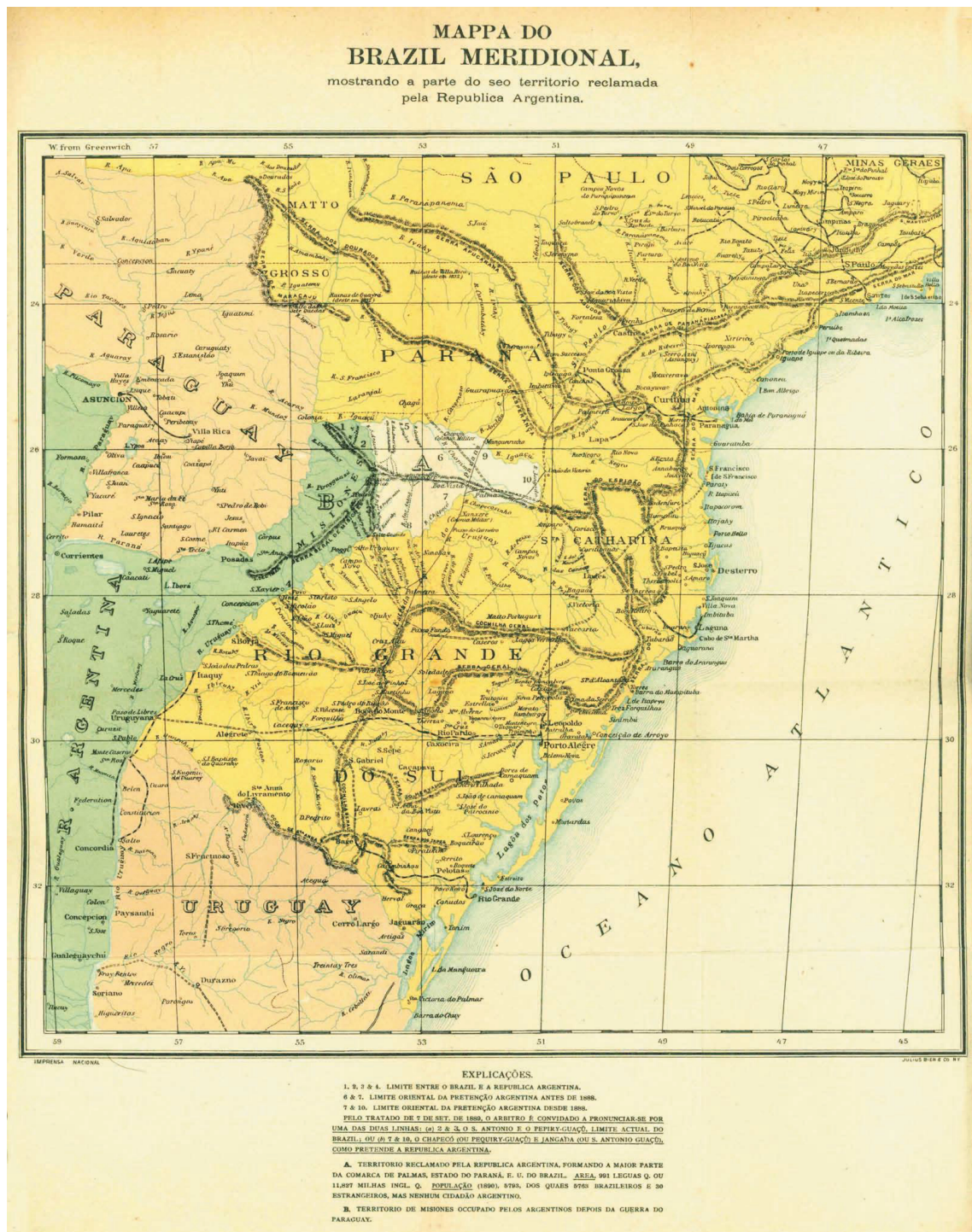
Fonte: BARROS apud PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889).** Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018, p. 265.

Fonte 2

Os mapas a seguir foram produzidos em 1894 e acompanharam a defesa do Barão do Rio Branco no processo realizado para a definição da fronteira. O primeiro apresenta a área correspondente ao Brasil e os países limítrofes, com uma representação da área em disputa entre o Brasil e a Argentina; o segundo detalha essa área disputada.



Fonte: RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina.** (adaptado) – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 257.



Fonte: RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina. (adaptado)** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 258.

Fonte 4 –

Os trechos que vocês vão ler a seguir foram escritos pelo Barão de Rio Branco em 1894. Neles, o diplomata mobiliza argumentos para defender que a área disputada deveria fazer parte do Brasil.

“Em 31 de dezembro de 1890, data do último recenseamento que se procedeu no Brasil, a população da comarca de Palmas era de 9.601 habitantes, dos quais 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. A parte contestada dessa comarca tinha então 5.793 habitantes, sendo brasileiros 5.763 e estrangeiros 30. Entre esses não havia um só cidadão argentino.

[...]

Em 1810, as províncias do vice-reinado do Rio da Prata se separaram e formaram a República Argentina. Em 1821 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves reconheceu a independência da nova República. Em 1822 o Reino do Brasil proclamou a sua independência e ficou sendo, até 1889, o Império do Brasil. As duas novas nacionalidades herdaram os direitos e obrigações de suas respectivas mães-pátrias, mas o único princípio que vigorava na época da Independência, não havendo então tratado algum de limites, era o do *uti possidetis* [quem ocupa tem direito ao território], já reconhecido por Portugal e Espanha desde 1750 como a única regra para a determinação das suas fronteiras na América do Sul”.

Fonte: RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina. (adaptado)** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, págs. 59-67.

Fonte 7 – Laudo arbitral de 1895 - Brasil/Argentina – presidente Cleveland.

O trecho a seguir fez parte do laudo que decidiu a disputa entre Brasil e Argentina pelas áreas referidas. A questão foi julgada pelo Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América.

Agora, portanto, saibam quantos este virem que, havendo eu Grover Cleveland, Presidente dos Estados Unidos da América, a quem foram conferidas as funções de Árbitro nesta causa, examinado e considerado devidamente as Exposições, documentos e provas que me foram submetidos pelas respectivas partes, em cumprimento das estipulações do dito tratado, dou aqui a seguinte decisão e laudo: Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Pepiri (também chamado de Peperi-Guazu) e San Antônio, a saber, os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo os limites.

Fonte: CLEVELAND, Stephen Groover. **LAUDO ARBITRAL de 1895 - Brasil/Argentina. (adaptado).** Disponível em: <http://www.info.lncc.br/att1895.html>.

Depois de ler os trechos da defesa apresentada pelo Barão e observar os mapas, preparem uma apresentação para a turma na qual vocês: desenhem no mapa as fronteiras definidas pelo tratado de arbitramento e apresentem o que compreenderam da argumentação a partir da leitura das fontes, destacando em que período histórico esse processo de definição de fronteiras ocorreu.



Grupo 4 – Províncias e Estados em busca de seus limites territoriais

Paraná e Santa Catarina, desde quando eram províncias imperiais e também depois que, com a república, se tornaram estados da federação, disputavam o domínio sobre espaços fronteiriços, cujos limites não estavam estabelecidos. Essa disputa iniciou em 1853, com a Emancipação Política do Paraná e teve desdobramentos nas décadas seguintes. Depois de realizar esse trabalho, vocês poderão compartilhar com os demais colegas da turma o que compreenderam sobre esse assunto.

A tarefa desse grupo é entender essa disputa e como ela se resolveu. Depois de compreender, vocês poderão explicar para os colegas da turma.

Fonte 1 –

Paraná e Santa Catarina mobilizaram argumentos para defenderem o domínio sobre os territórios em disputa. Segue uma consideração do historiador Paulo Pinheiro Machado sobre as argumentações:

(..) Santa Catarina argumentava pelo cumprimento das instruções coloniais, que davam garantia sobre o domínio de todo o território circunscritos nos limites naturais ao sul dos Rio Negro e Iguaçu. (...) Os paranaenses defendiam sua jurisdição baseando-se em outros documentos coloniais, acrescidos do argumento do *uti possidetis* [quem ocupa tem direito ao território] – colonização de fato – que era feita majoritariamente por criadores e lavradores paulistas e paranaenses. O Paraná procurava reforçar sua tese pelo *uti possidetis* uma vez que, com este princípio, o Brasil como um todo garantiu a soberania sobre muitos territórios, desde o Tratado de Madri em 1750, até várias arbitragens e acordos com vizinhos durante o século XIX, inclusive com a Argentina.

Fonte: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001, pág. 110.

Fonte 2 –

O trecho que vocês irão ler a seguir foi escrito pelo Conselheiro Manoel da Silva Mafra em 1899. O político catarinense ficou encarregado de redigir um documento que defenderia o domínio do território em favor de Santa Catarina.

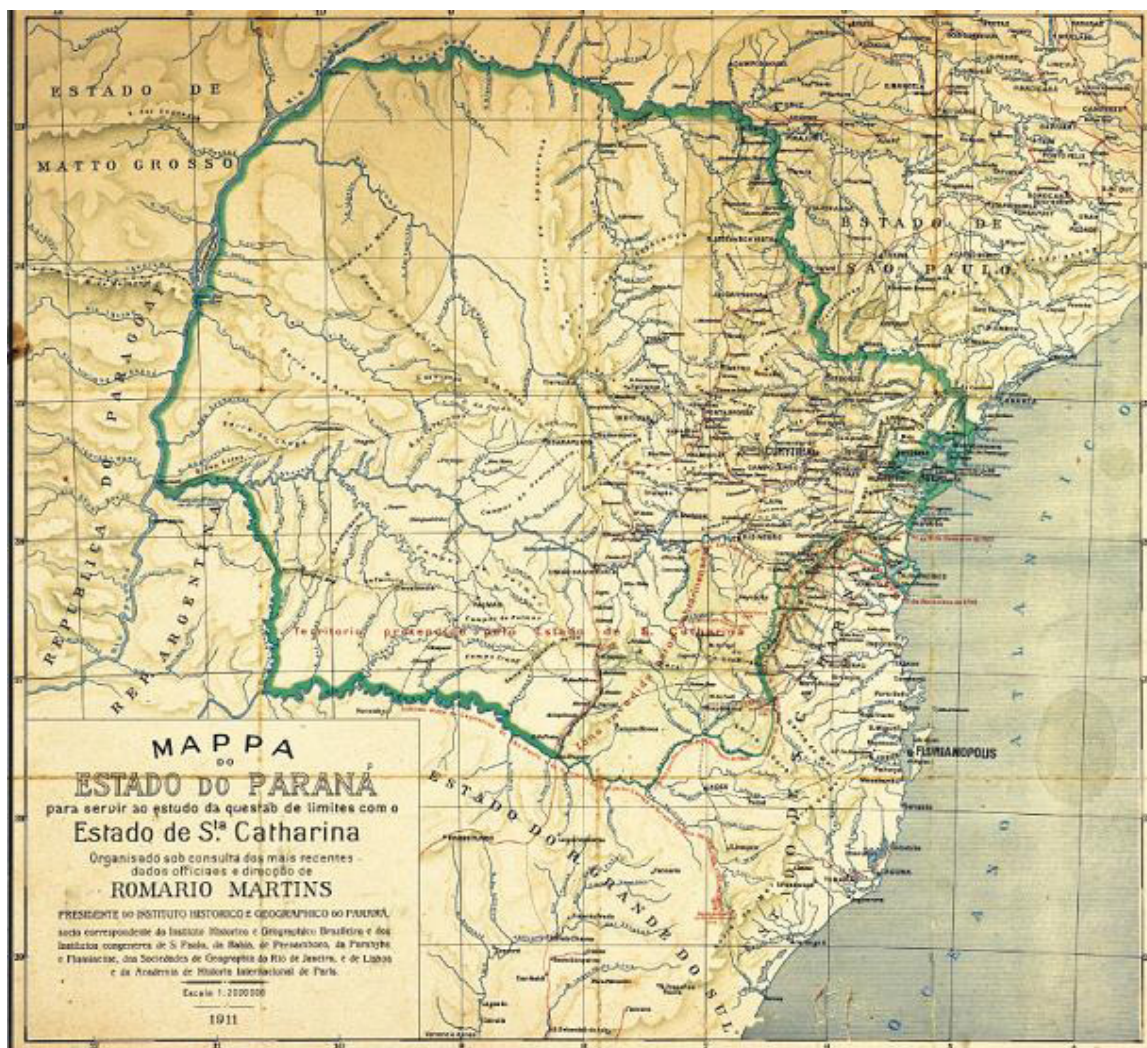
“A história e o direito são claros em demonstrar os limites do Estado de Santa Catarina. (...) Esses limites entre as províncias de Santa Catarina e de São Paulo foram estabelecidos em 1824, quando promulgada a constituição do Império. (...) Sendo expresse na lei n. 704 de 29 de agosto

de 1853 que o território elevado a província do Paraná é o da comarca de Curitiba, é visto que o Poder Legislativo não deu a nova província senão o território da antiga comarca de Curitiba, isto é, naqueles limites que a constituição de 1824 estabeleceu. Assim, o julgamento do litígio entre os dois Estados depende da prova, que um e outro produzirem, dos limites meridionais da comarca de Curitiba, ao ser elevada, em 1853, à categoria de província. Para a completa demonstração destas teses é indispensável trazer os fatos históricos e os seus aspectos jurídicos. A questão de limites entre os dois Estados é principalmente de história e para afirmar a verdade histórica é necessário consultar o direito, as memórias e os escritos dos tempos da construção do país”.

Fonte: MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná (adaptado)**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899. Págs. 5-6.

Fonte 3 -

Romário Martins foi um historiador e intelectual paranaense do final do século XIX e início do século XX. Foi o maior defensor das demandas dos paranaenses na disputa com Santa Catarina. O mapa abaixo é de sua autoria e foi produzido em 1911, resultado de pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e foi apresentado como parte dos documentos da defesa dos interesses paranaenses.



Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>

O trecho a seguir traz algumas considerações feitas pelos historiadores Luiz Carlos da Silva e Roseli Boschilia sobre este mapa produzido por Romário Martins:

Em um primeiro olhar o que mais chama a atenção é o contorno bem acentuado dos limites do estado. O rio Uruguai “é” a divisa mais ao sul do Contestado. Acompanha esta última a longa inscrição em vermelho: “Limites entre as Capitanias de São Paulo e do R. Grande do Sul, pelas Cartas e Avisos Régios de 1765, 1766, 1792, 1807, 1808 e 1809”. (...) Estes escritos resumiam, de certa forma, o trabalho de pesquisa de Romário Martins na coleta e análise de vários documentos pertinentes ao assunto. Mais do que isso, era o resultado da interpretação paranaense sobre esta documentação.

Fonte: SILVA, Luiz Carlos da. BOSCHILIA, Roseli. **A questão de limites e os usos e “permanências” dos mapas do Contestado na cartografia paranaense.** História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora da UFPel, 2014. Pág. 100.

Fonte 4 –

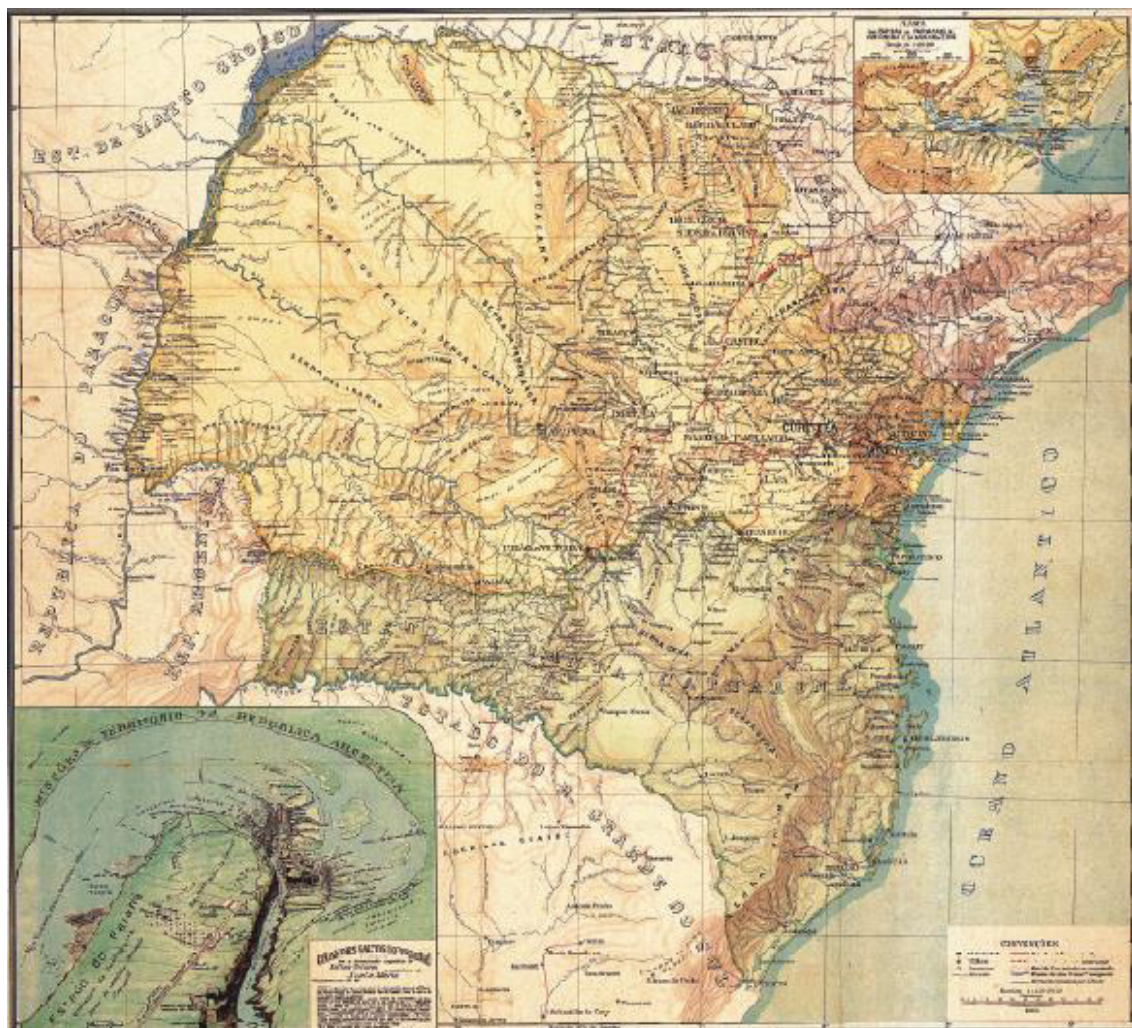
As negociações sobre a questão de limites se estenderam até o ano de 1916, quando a questão foi debatida no Congresso Nacional. No trecho abaixo, você lerá a carta enviada por Felipe Schmidt, governador de Santa Catarina, para os representantes do estado no Congresso Nacional, datada de 14 de agosto de 1916.

“As ocupações paranaenses da margem esquerda do Rio Negro são recentes. (..) Seria irrisório que de posse de uma sentença firmada à luz do direito e da verdade histórica, considerássemos contestada a nossa jurisdição da região. Em carta enviada em 20 de maio (de 1916), mostrei ao Sr. Presidente da República os inconvenientes de serem abandonadas as divisas naturais e [de se fazer] a divisão de uma cidade (Porto União da Vitória). União da Vitória está situada toda na margem esquerda do Iguaçu, em território que a sentença reconheceu pertencer a Santa Catarina. A divisão dessa localidade pela estrada de ferro seria uma fonte de conflitos e ordem administrativa e social, quando precisamos que o acordo sirva como esquecimento destes atritos do passado.

Fonte: SCHMIDT, Felipe. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina. (adaptado).** Págs. 44-48. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>.

Fonte 6 –

Em 1919, Romário Martins produziu este mapa abaixo, contemplando agora o acordo de limites de 1916 e suas determinações.



Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>

A representação a seguir mostra a região em disputa entre o Paraná e Santa Catarina e a definição de limites determinada pelo Tratado de Limites de 1916, arbitrado pelo governo federal de Wenceslau Braz. Em uma visão mais simples, uma reprodução do mapa acima a seguir:



Fonte: Base cartográfica: PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. Op. Cit., p. 196; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa físico do Estado de Santa Catarina. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

Depois de ler os trechos e observar os mapas, preparem uma apresentação para a turma na qual vocês apresentem o que compreenderam da argumentação e dos tratados, destacando em que período histórico esse processo de definição de fronteiras ocorreu e desenhando no mapa as fronteiras que foram definidas.



Agora que vocês já desenvolveram as tarefas, cada grupo poderá compartilhar o que aprendeu com os demais e aprender com os colegas o que eles aprenderam sobre processos históricos nos quais as fronteiras do e no Brasil foram estabelecidas. Construa sua argumentação a partir dos resultados que obteve e, de acordo com a orientação do seu professor, apresente suas argumentações acerca do tema.

REFERÊNCIAS

Fontes

CLEVELAND, Stephen Groover. **LAUDO ARBITRAL de 1895 - Brasil/Argentina. (adaptado)**. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/att1895.html>. Acesso em 27 jul. 2022.

Mapa das Cortes de Alexandre de Gusmão. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/cart1004807.jpg>. Acesso em 27 jul. 2022.

Mapa de Luís Teixeira, 1574. <https://efemeridesdoefemello.com/2014/06/07/portugal-e-espanha-assinam-o-tratado-de-tordesilhas/>. Acesso em 18 mai. 2022.

Mapa de Romário Martins dos territórios em disputa entre Paraná e Santa Catarina. Disponível em <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em 27 jul. 2022.

RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Tratado de Madri, 1750. Disponível em: <http://info.lncc.br/madri.html>. Acesso em 17 mai. 2022

Tratado de Tordesilhas. folha 3, frente e verso. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Acesso em: 05 jul. 2020

Publicação oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina. (adaptado)**. Págs. 44-48. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 25 jul. 2022.

Bibliografia

FERREIRA, Mario Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.23, nº 37, 2007, p. 67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/rZQxpFXZfhcDRZrfdDykCwb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01 ago. 2022.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O mapa que inventou o Brasil**. São Paulo: Odebrecht, 2013.

PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018.

PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. Op. Cit., p. 196; **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Mapa físico do Estado de Santa Catarina. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2022.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916.** / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001.

MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná.** Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou apresentar uma pesquisa que definiu um material pedagógico para que se compreenda a formação histórica das fronteiras brasileiras, utilizando o recorte espacial da região meridional do Brasil. A proposta pedagógica apresentada foi uma oficina didática, baseada nas reflexões de Isabel Barca acerca da Educação Histórica. Esta oficina é indicada para aplicação ao segundo ano do Ensino Médio e atende a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), especificamente a competência número 2 do eixo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: *Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.*¹⁷² Essa competência procura estabelecer a relação de compreensão do processo de desenvolvimento das fronteiras, do estabelecimento de territorialidades e a ação dos sujeitos históricos na construção destas.

Neste espaço, após o trajeto que percorremos para concluir a pesquisa, faremos algumas considerações sobre todo o processo de elaboração. É necessário frisar que a intenção desta pesquisa não é esgotar o tema, mas sim propor um formato para o ensino sobre outros espaços geográficos que passaram por disputas territoriais. Nesse sentido, este trabalho é um dos mais variados que podem ser produzidos, inclusive se utilizados os mesmos Tratados territoriais que são abordados nesta dissertação, que contêm outras determinações que incidem além da zona meridional do Brasil. Faremos indicações de novas pesquisas nos parágrafos abaixo.

O processo de elaboração deste trabalho foi dificultado pelo surgimento da pandemia de COVID-19, que surgiu no final de 2019 e que impôs um *lockdown* a partir do mês de março de 2020. Neste espaço de tempo, a atividade remota entre docentes e alunos fizeram alterar radicalmente a minha visão de uma sala de aula. A importância da interação social proposta na escola para o desenvolvimento dos estudantes na criação de um ambiente agradável e democrático foi sentida na volta aos trabalhos presenciais e, por isso, os próximos passos como docentes estarão ligados ao estímulo das experiências coletivas e a tornar-nos agentes desse novo modelo de socialização.

¹⁷² **Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf, pág. 560.

O período de aulas do PROFHISTÓRIA foi o principal catalisador dessa mudança. Com o avanço nas matérias, pude perceber o quão necessário é uma aproximação entre ensino e pesquisa. O conjunto da pressão institucional por índices quantitativos e o cumprimento dos conteúdos nos planejamentos na educação básica nos fazem, lentamente, adotar uma postura automática de simples transferidores de conteúdo em sala de aula. Com as aulas do programa, podemos pensar relações que estabelecem a aproximação entre a educação básica, a academia e principalmente, reaprendermos a assumir a posição de mediadores do conhecimento, entendendo que somos os principais agentes na construção dos subsídios para que o aluno possa ser o próprio construtor da realidade, favorecendo um ambiente capaz de desenvolver a identidade individual e coletiva dos alunos.

Apresento também a importância das leituras que resultaram na construção deste trabalho. Havia um conhecimento muito simplista sobre os Tratados que definiram os contornos do nosso território, maior ainda era o desconhecimento quando abordávamos os impactos diretos destas disputas sobre a população local. Hoje apresento maior domínio sobre estes temas e, ainda mais importante, posso apresentar sugestões de outras problemáticas que merecem trabalhos em pesquisas próprias e em materiais pedagógicos especializados.

Estudamos aspectos gerais, que definiram a política de definição de fronteiras no período colonial. Quando abordamos o Tratado de Tordesilhas de 1494, entendemos que as fronteiras estabelecidas entre a América portuguesa e espanhola compreendem um aspecto de toda a sua extensão. A pesquisa sobre a formação das fronteiras pode extrapolar esse recorte, já que este Tratado possuía alçada global. Estudamos também os impactos do Tratado de Madri de 1750 e outros tratados locais, como de Ildefonso, na configuração da região meridional do Brasil. Madri teve validade nacional e também possuía artigos que incidiam sobre outras zonas brasileiras indefinidas, que podem ser estudadas em outras pesquisas. No caso meridional do Brasil, procurou definir os limites do oeste da atual região sul brasileira.

Estudamos também que a validade destes acordos (especialmente o de Madri) estava condicionada à presença de povoações de origem europeia ou nativos aldeados. Essa definição ocasionou um processo de invasão de terras de povos nativos e a criação de estruturas coloniais na região. Analisando este processo, podemos perceber que o impacto destas decisões a população nativa foi degradante e que, caso não aceitassem a proposta religiosa ou apresentassem resistência, poderiam ser dizimados com justificativa legal através das cartas régias.

Estudamos que as definições de fronteira nas nações independentes de Brasil e Argentina seguiram princípios idênticos aos do período colonial. A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina se baseou na produção de documentação que comprovasse a natureza do território, se historicamente ele era pertencente a qual das duas nações. Percebemos também que o processo concomitante de disputa entre Paraná e Santa Catarina possuiu o mesmo contexto, já que desde a emancipação do Paraná, ambas as províncias/estados procuraram produzir documentos que comprovassem a presença de população oriunda das suas terras e que estabelecessem o domínio a partir do uso histórico do território. Identificamos também que a disputa por estes territórios estava ligada intrinsecamente ao potencial econômico que os campos ofertavam a nação/província/estado que o dominasse.

Mostramos os resultados da pesquisa por meio da oficina didática *O processo histórico da construção de fronteiras meridionais no Brasil*. Essa oficina tem por fundamento instrumentalizar a aproximação dos saberes escolares com as fontes históricas e geográficas, para que o aluno possa perceber a relação interdisciplinar entre a História e a Geografia, além de ter de trabalhar com fontes históricas, entrando em contato com um pouco do trabalho do historiador. Essa oficina foi dividida em grupos onde cada um deles, após um processo de recolhimento de informações prévias, teria de analisar cartas, documentos e mapas históricos para responder as questões propostas. Ao final, essa oficina deve ser avaliada com um método que ficará à escolha do profissional. Infelizmente, não pudemos inserir no conteúdo da oficina aspectos sobre a condição social das populações em situação de litígio territorial, principalmente devido ao tempo insuficiente para a elaboração, por isto, consideramos elaborar um material específico sobre esta abordagem no futuro.

Esperamos que este trabalho possa servir de inspiração a outros profissionais na construção do conhecimento histórico, para que possam também elaborar suas próprias oficinas e iniciar o trabalho de aproximação dos saberes acadêmicos aos saberes escolares. Esperamos também que este trabalho possa contribuir para a formação da consciência histórica, que possa construir nos estudantes as identidades históricas individuais e coletivas e que eles, em contato com esse material, possam conseguir ler e interpretar o mundo e identificar que as mais simples coisas do nosso universo cotidiano são, de uma maneira ou outra, historicamente construídas.

REFERÊNCIAS

Fontes

Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em 28 jul. 2022.

Coleção das leis do Brasil (1891). “Carta Régia de 13 de maio de 1808 - Manda fazer guerra aos índios Botocudos”. **Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional**, p.36 a 38. Disponível em <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18321>>. Acesso em 03 mai. 2022.

Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809. Carta Régia – de 1º de Abril de 1809 – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território”. **Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional** p. 36, vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html> Acesso em: 26 ago. 2022.

CLEVELAND, Stephen Groover. **LAUDO ARBITRAL de 1895 - Brasil/Argentina.** Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/att1895.html>> Acesso em 27 jul. 2022.

RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina.** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Tratado de Madri, 1750. Disponível em: <<http://info.lncc.br/madri.html>>. Acesso em 17 mai. 2022

Tratado de Tordesilhas. folha 3, frente e verso. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Acesso em: 05 jul. 2020

Sites

Mapa das Cortes de Alexandre de Gusmão. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/cart1004807.jpg>>. Acesso em 27 jul. 2022.

MULTIRIO, a mídia educativa da Cidade. **Contornos do Território.** Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/86-da-am%C3%A9rica-portuguesa-ao-brasil/8799-os-contornos-do-territ%C3%B3rio>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Coletânea de Mapas Históricos do Brasil. Disponível em: <<https://www.historia-brasil.com/mapas/brazil-1828.htm>>. Acesso em 29 ago. 2022.

Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>>. Acesso em 19 jul. 2022.

Publicação oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina.** Págs. 44-48. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso em 25 jul. 2022.

Bibliografia

AMADOR, Milton Cleber Pereira. Guerra do Contestado: maraca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na Região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM – Ano 22**, n.31 – Espaço de memória: abordagens e práticas, 2011. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/818>>. Acesso em 25 ago. 2020.

BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação da terra e relações d epoder nos Campos de Guarapuava (1768-1853).** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2815>>. Acesso em 05 abr. 2022.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: Do Projeto À Avaliação. In: **Atas Da Quarta Jornada De Educação Histórica.** Para Uma Educação De Qualidade. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131 – 144. Disponível em: <http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca1.pdf>. Acesso em 17 jul. 2022.

BARCA, Isabel. Ideias chaves para a Educação Histórica: uma busca de (inter) identidades. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, jan./jun. 2012, p. 37-51.

BARCA, Isabel. **Marcos de consciência histórica de jovens portugueses.** Currículo sem fronteiras, v. 7, n. 1, p. 115-126, jan./jun. 2007.

BARROS, José D’Assunção. **Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo Espaço.** Geografia (Londrina), v. 19, n. 3, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321020514_Geografia_e_Historia_uma_interdisciplinaridade_mediada_pelo_espaco>. Acesso em 29 out. 2019.

BECKER, Berta. Geografia e o Regaste da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 50, nº 2, número especial, 1988. Diponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/0>>. Acesso em 7 jan. 2020.

BECKER, Bertha. Brasil – Tordesilhas, Ano 2000. **In: Território** nº 7. Jul/ Dez. LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<https://silo.tips/download/brasil-tordesilhas-ano-2000>>. Acesso em 20 jan. 2022.

BELOTO, Divonzir. **A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora.** Dissertação (Mestrado em História) – PUC. São Paulo, 1990.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Vale Boa Ventura, 2012, Disponível em: <http://www.valeboaventura.com.br/images/noticias/heranca_indigena/povos_indigenas_em_sc.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001.

CAMARGO, Fernando. Pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), **Anais da XXIII reunião**, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/3597989/A_pendenga_intermin%C3%A1vel_as_demarca%C3%A7%C3%B5es_do_Tratado_de_Santo_Ildefonso>. Acesso em 14 set. 2020.

CAMARGO, João Borba. **História do Paraná: 1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>> Acesso em 22 jul. 2020.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de Consciência Histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional** 6(2): 93-112, Inverno, 2001.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.- dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosedefronteiras/index.php/v03n02/article/view/352>>. Acesso em 25 set. 2021.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa do Rio Grande do Sul (1850 – 1880)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CORREA, Jessica Aparecida. **A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas Ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753 – 1756)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2021.

CORREA, Valdir. **Caminho do Peabiru: um resgate cultural para o turismo**. Dissertação (mestrado) – Universidade da região de Joinville – Univille, Mestrado em Patrimônio e Sociedade, 2010.

D'ANGELIS, Wilmar R. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, 2017.

DIAS, Liliana Eliete dos Santos Patrício, **A Metodologia da Aula-Oficina no Ensino da História e da Geografia**. Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino da História e da

Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/15784>>. Acesso em 05 maio 2022.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras de Aldeamentos: Trajetória de atalaia e sepultura no Campos de Guarapuava. **Revista Semina** V9 - n 1 – 2010, publ. no 1º sem. 2011.

FERNANDES, Marcos Salete. **O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas**. Londrina, 2007.

FERRARI, Maristela. Conflitos Políticos na definição dos limites entre o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7805695-Conflitos-politicos-na-definicao-dos-limites-entre-o-brasil-e-argentina-a-questao-de-palmas-ou-misiones-1857-e-1895-1.html>>. Acesso em 16 set. 2020.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (Século XX e XIX)**. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

FERREIRA, Mario Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.23, nº 37, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/rZQxpFXZfhcDRZrfdDykCwb/abstract/?lang=pt>> Acesso em 01 ago. 2022.

FILHO, Alcides Goularti. A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306923749_A_Construcao_da_estrada_do_litoral_definindo_e_deslocando_os_caminhos_no_sul_de_Santa_Catarina>. Acesso em 02 fev. 2022.

FILHO, Alcides Goularti. Estrada de Campos Novos e de Palmas: dois caminhos no meio de uma disputa territorial. **ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB** - Año XI - Julio - 2019 - Nº 21 – ISSN: 1688-5317. Uruguay. Disponível em: <<https://estudioshistoricos.org/21/eh2113.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado, o território silenciado**. 2 ed. Ver. e ampl. Florianópolis, Insular, 2017.

FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. Tese (doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, 2006.

FRANCISCON, Anderson; MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi. A arquitetura na reprodução da memória: o caminho de Peabiru. **Akrópolis** Umuarama, v. 25, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2017.

FRANCO NETTO. **Fernando. População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O mapa que inventou o Brasil**. São Paulo: Odebrecht, 2013.

GREGÓRIO, Vitor Matos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843. **Revista Brasileira de História**, vol. 35, no 69, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/i/2015.v35n69/>>. Acesso em 16 abr. 2022.

JUNIOR, Francisco Ferreira. O degredo interno no Brasil do século XIX e sua utilização na ocupação dos Campos de Guarapuava. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 3 no.1, janeiro-abril 2011.

KARPINSKI, Cesar; MATIAUDA, Daniela I. G. Paisagem e fronteira nas questões territoriais entre Argentina e Brasil (1860-1914). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 9, n. 17, p. 72-85, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5524>>. Acesso em 16 abr. 2022.

LIMA, Solei Regina. TONON, Eloy. Guerra do Contestado: o processo de rendição. **Revista Mosaico**, v. 10, p. 132-147, 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 – 1916**. Tese (doutorado em História) / Paulo Pinheiro Machado, Campinas, São Paulo, SP: [s. n.], 2001.

MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899.

MIRANDA, Luciana Silmara; SANTOS, Dario Moreno Aires dos. Povos indígenas e tropeiros na formação da identidade cultural serrana: algumas considerações. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 31-42, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=MIRANDA%2C+Luciana+Silmara%3B+SANTOS%2C+Dario+Moreno+Aires+dos.+Povos+ind%C3%ADgenas+e+tropeiros+na+forma%C3%A7%C3%A3o+da+identidade+cultural+serrana%3A+algumas+considera%C3%A7%C3%B5es.+Revista+Mai%C3%AAutica%2C+Indaial%2C+v.+3%2C+n.+1%2C+p.+31-42%2C+2015.>>. Acesso em 10 out. 2020.

MORAES, Cristina de. Análise da (re)organização do espaço na fronteira do oeste catarinense após a resolução da Questão de Palmas. **Cadernos do CEOM – Ano 25**, n. 37 – Fronteiras, 2012. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/cadernos-do-ceom>>. Acesso em 09 set. 2020.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba, SAMP, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista. Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, Fabiano Arndt Araújo Pykosz de. **Os mapas contam histórias : reflexões, análises e perspectivas da utilização da cartografia histórica no ensino de história.** Dissertação (Mestrado Profissional Ensino de História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. **O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil.** In: Revista Brasileira de Geografia, Nº 2 - ano VII, abril-junho, Rio de Janeiro 1946, p. 197. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf. Acesso em 02 abr. 2022.

PETROLI, Francimar I. da S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853 – 1889).** Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre, BR – RS, 2018.

PIAZZA, Walter F. A Escravidão Numa Área de Pastoreio: os "Campos" de Lages. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, XVI (1,2):263-274, jul. e dez., 1990.

PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado; **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Mapa físico do Estado de Santa Catarina. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2022.

PODELESKI, Onete da Silva. Lei De Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil**, ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.

PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828).** Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012.

POSSAMAI, Paulo Cesar. **A fundação da Colônia do Sacramento.** Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004.

PRIORI, Angelo, et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/k4vrh>>. Acesso em 10 jan. 2022.

QUEVEDO, Júlio R. A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas missões. **Estudos Ibero – Americanos**. PUCRS, v. XX, n.2, p. 5 – 16, dezembro, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Antonio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas. **Boletim de Geografia – UEM – ano 07**, nº 1, setembro, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno.** (5a ed.). Petrópolis: Vozes, 1986.

RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites República Argentina**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RUSSEN, Jorn. Didática na História: passado presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento. **Revista eletrônica de críticas e teoria de literaturas**, vol. 6, n. 1, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/13268>>. Acesso em 20 set. 2020.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xoklengs**. Florianópolis: Edeme, 1973. Disponível em: <<https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-4-Silvio-coelho-indios-e-brancos-no-sul-do-Brasil.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos, GARCIA, Tania Maria F. Braga. A formação da Consciência Histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005

SERRA, Elpídio. Conflitos Rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

SILVA, Luiz Carlos da. BOSCHILIA, Roseli. **A questão de limites e os usos e “permanências” dos mapas do Contestado na cartografia paranaense**. História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora da UFPel, 2014.

SILVA, Sueli Maria da. **O Tropeirismo de Porcos: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região nordeste do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (mestrado), Pós-graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2006.

SOUZA, Almir Antonio de. LINO, Jailson Teixeira. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de Atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos -Campos de Guarapuava (1810-1825). **História (São Paulo)**, v.40, e2021016, 2021.

SOUZA, Almir Antonio. A invasão das terras Kaingang no Campos de Palmas: o processo contra a liderança indígena Vitorino Condá. **Mediações**, Londrina, v. 19, nº 2, 2014. Disponível em: <<https://uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20697>>. Acesso em 15 maio 2022.

SOUZA, Almir Antonio. BERNARSKI, Joice. O capitão comandante dos índios – Vitorino Condá, nos Campos de Palmas, no Iranin e no Chapeco: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 28, n. 42, p. 97-104, Jun/2015)

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: INCON Edições/UnC, 1992.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** [tese] / Alexandre Assis Tomporoski; orientador, Paulo Pinheiro Machado – Florianópolis, SC, 2013.

WARCOWCZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 7ª edição – Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1995.